

MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Brasília, 2016

MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa DN TCU nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321/2015, das orientações do órgãos de controle interno Portaria CGU nº 500/2016 e dos conteúdos e orientações disponibilizados, na *internet*, no sistema de prestação de contas *e-Contas*.

Brasília, 2016

SUMÁRIO

1.0 APRESENTAÇÃO	10
1.1 Estrutura do Relatório.....	10
1.2 Principais realizações da gestão no exercício.....	11
1.3 Principais dificuldades encontradas pela unidade prestadora da conta (UPC) para a realização dos objetivos no exercício	11
2.0 VISÃO GERAL DA UNIDADE	12
2.1 Finalidade e competências.....	12
2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	12
2.3 Ambiente de atuação	13
2.4 Organograma	14
2.5 Macroprocessos finalísticos.....	16
2.6 Principais Parceiros.....	20
2.6.1. Internos	20
2.6.2. Externos	20
3.0 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	22
3.1 Planejamento Organizacional	22
3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	22
3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	27
3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	29
3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	29
3.3 Desempenho orçamentário, operacional e financeiro.....	30
3.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados	30
3.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	55
3.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	71
3.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	71
3.3.5 Informações sobre a execução das despesas executadas diretamente pela Unidade	72
3.4 Execução descentralizada com transferência de recursos e acompanhamento das ações da Caixa Econômica Federal.....	75
3.4.1 Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos.....	75
3.4.2 Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores.....	75
3.4.3 Situação das obras realizadas em parceria com a Caixa Econômica Federal - CEF	79
3.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	86
4.0 GOVERNANÇA.....	94
4.1 Descrição das estruturas de governança	94
4.2 Gestão de riscos e controles internos.....	94
5.0 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	96
5.1 Gestão de Pessoas.....	96
5.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade.....	96
5.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal.....	98
5.1.3 Contratação de Pessoal de apoio e estagiários	100
6.0 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	101
6.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	101
6.1.1 Visão Geral – Deliberações do TCU – Exercício 2015	101
6.1.2 Estrutura e procedimentos da SNTMU para o acompanhamento das deliberações do TCU	103
6.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	111
6.2.1 Visão Geral – Deliberações do OCI.....	111
6.2.2 Estrutura e procedimentos da SNTMU p/ o Acompanhamento das deliberações do OCI.....	112

ANEXOS	113
Tabela 11 – Informações (dados) sobre as Obras atrasadas e paralisadas ao longo do Exercício – OGU/PAC	114
Tabela 12 – Informações (dados) sobre as Obras atrasadas e paralisadas ao longo do Exercício – OGU/Não PAC	115
Tabela 13 – Informações (dados) sobre as Obras atrasadas e paralisadas ao longo do Exercício – FIN	134

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABIFER – Associação Brasileira da Indústria Ferroviária
AECI - Assessor Especial de Controle Interno do Ministério das Cidades
ANPTrilhos – Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos
ANTP - Associação Nacional de Transportes Públicos
APM – *Automated People Mover*
AsPlan – Assessoria de Planejamento da SNTMU
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM – Boletim de Medição
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRT - *Bus Rapid Transit*
CAIXA - Caixa Econômica Federal
CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CGCOPA – Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014
CGLog - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Ministério das Cidades
CGMI – Coordenação-Geral de Modernização da Informação do Ministério das Cidades
CGOrf - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do Ministério das Cidades
CGPAC – Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento
CGPlan - Coordenação-Geral de Planejamento do Ministério das Cidades
CGRH - Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério das Cidades
CGU - Controladoria-Geral da União
COL – Comitê Organizador Local da COPA
CTPT – Comissão Técnica do Plano Tático
DAS – Direção e Assessoramento Especial
DECIS - Departamento de Cidadania e Inclusão Social
DEMOB - Departamento de Mobilidade Urbana
DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito
DEREG - Departamento de Regulação e Gestão
DIACT - Diretoria de Integração, Avaliação e Controle Técnico do Ministério das Cidades
DN - Decisão Normativa
EBTU – Empresa Brasileira de Transporte Urbano
EMBARQ Brasil - Centro de Transporte Sustentável do Brasil
EVTE – Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FIFA - *Fédération Internationale de Football Association*
FIN – Lastreamento com Recursos de Financiamento
GECOPA - Grupo Executivo da COPA
GEEs - Gases de Efeito Estufa

GEF - *Global Environment Facility* (Fundo Global para o Meio Ambiente)
GELs - Gases de Efeito Local
GEPAC - Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento
GEPnet – Sistema Gestor de Escritório de Projetos
GIGOV – Gerência Executiva de Governo da CAIXA
GT – Grupo de Trabalho
IEMA - Instituto de Energia e Meio Ambiente
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica
ITDP - Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento
LOA - Lei Orçamentária Anual
MCIDADES ou MCID - Ministério das Cidades
MICE – Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do MCidades para projetos inseridos no PAC.
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MPOG ou MP - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MT - Ministério dos Transportes
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NTU - Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos
OCI - Órgão de Controle Interno
OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OGU - Orçamento Geral da União
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PCPR – Prestação de Contas da Presidência da República
PlanMob - Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana - 2007
PNA – Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima do Governo Federal
PNMU - Política Nacional de Mobilidade Urbana
PPA - Plano Plurianual
PPP - Parceria Público-Privada
PRÓ-TRANSPORTE - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana
PSTM - Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima
RDC – Regime Diferenciado de Contratações Públicas
REIDI – Regime Especial de Incentivos
RP ou RAP - Restos a pagar
RPNP – Restos a Pagar Não Processados
SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SE - Secretaria Executiva do Ministério das Cidades
SEPAC - Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento do MPOG
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIMU - Sistema de Informações da Mobilidade Urbana
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SNAPU - Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos
SNH - Secretaria Nacional de Habitação
SNSA - Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
SNTMU - Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana
SPEs - Sociedades de propósitos específicos
SPI – Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do MPOG
SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério das Cidades
TCU - Tribunal de Contas da União
TRENSURB - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.
UCB – União dos Ciclistas do Brasil
UG - Unidade Gestora
UJ - Unidade Jurisdicionada
UO - Unidade Orçamentária
UPC - Unidade Prestadora de Contas
VLP – Veículo Leve sobre Pneus
VLT - Veículo Leve sobre Trilhos
WRI – *World Resources Institute Ross Center for Sustainable Cities*

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Objetivo: 0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.	31
Quadro 02 - Objetivo 0577 - Dotar as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 de sistemas de mobilidade urbana que conectem os polos geradores de viagens do evento, com ênfase no legado e na integração entre aeroportos, estádios, áreas centrais e de hotelaria.	37
Quadro 03 - Objetivo 0578 - Pavimentar e qualificar vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente.	42
Quadro 04 - Objetivo 0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.	44
Quadro 05 - Objetivo 0581 - Apoiar a implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os modais de transporte.	48
Quadro 06 – Objetivo 0584 - Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.	50
Quadro 07 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 10SS.....	55
Quadro 08 – Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS - Ação 10SR.	56
Quadro 09 – Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC - OFSS – Ação 10ST.	57
Quadro 10 – Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS - Ação 2D47.	57
Quadro 11 – Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC - OFSS – Ação 2D49.	58
Quadro 12 – Ações não Previstas LOA 2015 - Restos a Pagar – OFSS – Ação 7N73	68
Quadro 13 – Ações não Previstas LOA 2015 - Restos a Pagar – OFSS – Ação 10ST (9989).....	68
Quadro 14 – Ações não Previstas LOA 2015 - Restos a Pagar – OFSS – Ação 10SS (9989).....	69
Quadro 15 – Ações não Previstas LOA 2015 - Restos a Pagar – OFSS – Ação 0590	70
Quadro 16 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.	71
Quadro 17 – Despesas por modalidade de contratação	73
Quadro 18 – Despesas por grupo e elemento de despesa.....	73
Quadro 19 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.	75
Quadro 20 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	76
Quadro 21 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.....	76
Quadro 22 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos	77
Quadro 23 – Resumo quantidade obras atrasadas e paralisadas FIN	81
Quadro 24 – Eixos temáticos dos indicadores em estudos.....	87
Quadro 25 – Indicadores de Desempenho do PPA 2012/2015	91
Quadro26 – Cronograma GT Indicadores e Plano Tático	93
Quadro 27 – Força de Trabalho da UPC.....	96
Quadro 28 – Distribuição da Lotação Efetiva	96
Quadro 29 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	97
Quadro 30 – Despesas do pessoal	98
Quadro 31 – Quadro de contratações de estagiários	100
Quadro 32 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento	103

LISTA DE TABELAS

Figura 1 - Organograma da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana.....	14
Figura 2 - Evolução das Principais Metas de Investimentos em Mobilidade Urbana PPA 2012/2015.....	24
Figura 3 - Visão Esquemática do Acompanhamento Financeiro.....	80
Figura 4 - Obras atrasadas e paralisadas da OGU por unidade da Federação.....	81
Figura 5 – Evolução Obras Paralisadas FIN.....	82
Figura 6 - Evolução Obras Atrasadas FIN.....	83
Figura 7 - Obras atrasadas FIN por unidades Federativas.....	84
Figura 8 - Obras paralisadas FIN por unidade Federativa.....	84
Figura 9 - Obras Atrasadas e Paralisadas OGU Não PAC.....	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	15
Tabela 2 - Macroprocessos Finalísticos.....	17
Tabela 3 - Vinculação dos Planos com as Competências Institucionais.....	29
Tabela 4 - Contratos da Ação 10ST - valores liquidados no exercício (Programa 9989).....	69
Tabela 5 - Contratos da Ação 10SS - valores liquidados no exercício (Programa 9989).....	69
Tabela 6 - Obras Atrasadas e Paralisadas OGU/PAC.....	80
Tabela 7 - Obras Paralisadas FIN.....	82
Tabela 8 - Obras Atrasadas FIN.....	82
Tabela 9 - Obras Atrasadas e Paralisadas OGU Não PAC.....	85
Tabela 10 - Situação de Obras Atrasadas e Paralisadas Não PAC.....	86

1.0 APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão do exercício de 2015 da Unidade de Prestação de Contas (UPC) denominada Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (SNTMU) está estruturado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321/2015, das orientações do órgãos de controle interno Portaria CGU nº 500/2016 e dos conteúdos e orientações disponibilizados, na internet, no sistema de prestação de contas *e-Contas*.

1.1 Estrutura do Relatório

O Relatório de Gestão do exercício de 2015 da Secretaria está distribuído em seis capítulos e segue o disposto na Decisão Normativa TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015, na Portaria TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015, das orientações do órgão de controle interno, Portaria CGU nº 500, de 08 de março de 2016, e os conteúdos e as orientações disponibilizados no sistema *e-Contas*.

- **Capítulo 1:** Constitui a Introdução onde é apresentada a estrutura do relatório, as principais realizações da gestão no exercício e as dificuldades encontradas por esta unidade prestadora da conta (UPC) para a realização dos objetivos no exercício.
 - **Capítulo 2:** Trata da visão geral da unidade, contendo suas finalidade e competências; apresenta as normas e regulamento de sua criação, as alterações ocorridas e o funcionamento da unidade; o ambiente de atuação da Secretaria; mostra o organograma e os macroprocessos finalísticos de acordo com o funcionamento da Unidade no exercício de 2015 e seus principais parceiros internos e externos.
 - **Capítulo 3:** Versa sobre o planejamento organizacional da SNTMU e os desempenhos orçamentário, financeiro e operacional, abordando: os objetivos do exercício; a vinculação dos planos plurianuais com as competências institucionais da PNMU; as formas e instrumentos de monitoramento da execução e de resultados dos planos. Apresenta a situação atual de implementação do planejamento estratégico, do plano tático e dos indicadores de desempenho. O desempenho orçamentário é apresentado de forma conjunta com o financeiro e operacional, demonstrando nas metas a sua evolução e mostrando os empenhos e pagamentos realizados por ação orçamentária que se dá, na sua maioria, por descentralização de recursos aos entes federados, via Caixa Econômica Federal, atuando como Mandatária da União. Apresenta os montantes das descentralizações no exercício e de restos a pagar. Mostra a situação das obras realizadas com descentralização de recursos. Apresenta as despesas executadas diretamente pela UG da SNTMU.
 - **Capítulo 4:** Trata das informações sobre Governança.
 - **Capítulo 5:** Consolida as informações sobre recursos humanos, cuja gestão é da CGRH/SPOA do MCidades, mostrando a estrutura de pessoal da Secretaria, o demonstrativo das despesas com pessoal e contratação de estagiários recebidas da referida Coordenação-Geral.
 - **Capítulo 6:** Trata das Determinações e recomendações do TCU e CGU.
- **Anexos:**

No anexo estão apresentadas três base de dados utilizadas para a análise: são os demonstrativos das obras atrasadas e paralisadas ao longo do exercício, um com os empreendimentos com recursos do OGU e outro aqueles empreendimentos com recursos de financiamento (FIN).

1.2 Principais realizações da gestão no exercício

Em 2015, a Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana realizou ações de gestão de forma a atender à Lei nº 12.587 de 3 de janeiro de 2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), apoiando investimentos em mobilidade urbana por meio da descentralização de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) aos entes federados e financiamentos, contribuindo para a universalização do acesso aos serviços públicos de transporte coletivo e ao espaço público, a melhoria das condições de mobilidade urbana, o desenvolvimento sustentável das cidades e a melhoria na prestação dos serviços de transporte urbano.

Em consideração às diretrizes estabelecidas na Lei nº 12.587/12, que institui a PNMU, deu continuidade à implantação do Sistema de Informações em Mobilidade Urbana (SIMU) que será a principal ferramenta para implementar a atribuição referente à organização e disponibilização de informações de Mobilidade Urbana e de qualidade e produtividade dos serviços de transporte público coletivo.

Em 2015, como incentivo ao transporte não-motorizado foi desenvolvida e distribuída cartilha ao ciclista com orientações sobre o transporte por bicicleta. Também foi ampliada a divulgação de orientações técnicas aos entes federados e parlamentares, visando estimular a apresentação de emendas que possuam escopo de implantação de infraestrutura cicloviária.

Foram realizados seminários e oficinas para elaboração de Planos de Mobilidade, fortalecendo a capacitação técnica continuada nos Estados e Municípios buscando o desenvolvimento das instituições vinculadas à Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU).

A relação entre a mobilidade urbana e as mudanças do clima foi incorporada como cobenefício às melhorias de mobilidade urbana e às preocupações associadas aos demais problemas ambientais urbanos e, neste sentido, o governo federal reforçou as cooperações técnicas internacionais.

A Secretaria adotou medidas de qualificação técnica dos servidores que atuam na área de mobilidade urbana por meio de ciclo de palestras, com assunto pré-definido de transporte e da mobilidade urbana, de forma a disseminar conhecimento técnico em oficinas semanais, possibilitando nivelamento de conteúdo, maior qualificação e integração do corpo técnico com vistas a um melhor atendimento às demandas crescentes do setor. Neste sentido, em 2015 foi realizado o primeiro treinamento “Mobilidade sobre Trilhos” aos servidores da Secretaria com a coordenação da ANPTrilhos.

Foram realizados estudos para aperfeiçoamento dos normativos de programas de financiamento. Foi regulamentada a Política Socioambiental do FGTS, no âmbito do Gestor da Aplicação (MCIDADES), assunto que será abordado em maiores detalhes no Relatório de Gestão do FGTS.

1.3 Principais dificuldades encontradas pela unidade prestadora da conta (UPC) para a realização dos objetivos no exercício

Para atendimento dos objetivos, em consonância com as atribuições definidas na Lei 12.587 de 3 de janeiro de 2012, o fato do Governo Federal atuar de forma descentralizada na Mobilidade Urbana apoiando técnica e financeiramente os entes federados faz com que seja necessário que os entes federados possuam estruturas técnicas adequadas para planejar a mobilidade na sua cidade, elaborar os projetos dos sistemas, licitar as obras e serviços, obter o licenciamento e gerir a execução da implantação das infraestruturas, o que muitas vezes não se concretiza, causando dificuldades para a realização das obras de mobilidade urbana.

Além disso, os sistemas mais robustos tem grande complexidade e necessitam de prazos longos para implantação.

2.0 VISÃO GERAL DA UNIDADE

2.1 Finalidade e competências

A Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (SNTMU) tem como finalidade formular e implementar a política nacional de mobilidade urbana, entendida como a política de desenvolvimento urbano que tem por objetivo a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do município, priorizando os modos de transporte coletivo e os não-motorizados, de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável.

A Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, instituiu os princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana; as diretrizes para regulação dos serviços de transporte público coletivo; os direitos dos usuários; as atribuições da União, dos Estados e dos Municípios e as diretrizes para o planejamento e gestão dos sistemas de mobilidade urbana.

Assim, a atuação da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana se dá por meio do instrumento da política de desenvolvimento urbano denominado Política Nacional de Mobilidade Urbana, citado, que advém de competência estabelecida na lei fundamental e suprema do país, conforme descrito a seguir.

2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece no inciso XX do art. 21 como competência da União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

A Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e define, no seu art. 27, os assuntos que constituem áreas de competência de cada Ministério; estabelecendo dentre aquelas de competência do Ministério das Cidades, as políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito; a promoção, em articulação com as diversas esferas de governo, com o setor privado e organizações não governamentais, de ações e programas de urbanização, de habitação, de saneamento básico e ambiental, transporte urbano, trânsito e desenvolvimento urbano e políticas de subsídio à habitação popular, saneamento e transporte urbano além de planejamento, regulação, normatização e gestão da aplicação de recursos em políticas de desenvolvimento urbano, urbanização, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito.

Por outro lado, o Decreto nº. 4.665, de 3 de abril de 2003, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Ministério das Cidades, estabelecendo, no seu art. 15, as competências institucionais da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana.

Neste sentido, destaca-se a formulação, proposição, acompanhamento e avaliação da Política Nacional da Mobilidade Urbana, bem como os instrumentos necessários à sua implementação, de forma integrada com as demais políticas públicas voltadas para o desenvolvimento urbano sustentável, especialmente as de habitação, saneamento, meio ambiente e demais programas urbanos, promovendo ações de cooperação técnica com estados, Distrito Federal e municípios, organizações públicas e sociedade civil que atuam na área da mobilidade urbana

Também está prevista a formulação, em articulação com as esferas de governo, com o setor privado e organizações não governamentais, políticas, programas e ações relacionadas ao acesso aos

serviços de transporte coletivo e à mobilidade urbana e estimular o desenvolvimento tecnológico dos setores de transporte coletivo e circulação urbana.

Prevê o aperfeiçoamento da legislação e de mecanismos institucionais diferenciados com vistas a uma maior efetividade das políticas sociais aos usuários do transporte coletivo, visando à redução da pobreza urbana e à inclusão social e estimular estudos e pesquisas na área da mobilidade urbana sustentável e implementação de mecanismos para o financiamento da infraestrutura e dos serviços de transporte coletivo urbano, bem como promover e fomentar programas e ações de capacitação de recursos humanos e de desenvolvimento da gestão dos serviços de transporte coletivo e da circulação urbana e promover e fomentar programas e ações de apoio institucional para reduzir o número de acidentes e de vítimas no trânsito urbano.

Como é possível observar as competências da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana são de grande relevância e reflexo direto na qualidade de vida da população brasileira.

O funcionamento da Unidade, de acordo com o Decreto Federal nº 4.665, de 3 de abril de 2003 a estrutura organizacional da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana é formada por três Departamentos: Departamento de Cidadania e Inclusão Social (DECIS); Departamento de Mobilidade Urbana (DEMOB) e Departamento de Regulação e Gestão (DEREG).

De forma complementar, a Portaria nº 227, de 4 de julho de 2003 e suas alterações, do Ministério das Cidades, dispõe sobre o Regimento Interno do Ministério das Cidades.

2.3 Ambiente de atuação

A atuação da esfera federal na mobilidade urbana está sendo efetivada com a capacitação técnica continuada de pessoas buscando o desenvolvimento das instituições vinculadas à Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) nos estados e municípios, por meio da realização de seminários e oficinas para elaboração de Planos de Mobilidade.

Para atendimento das demandas visando uma melhor organização da UPC foram definidas, em 2015, gerências responsáveis pelo monitoramento das diferentes regiões do país no âmbito do Departamento de Mobilidade Urbana, responsável pelo macroprocesso finalístico de gestão e monitoramento dos investimentos em infraestrutura do PAC.

Foram designados quatro gerentes, três deles integrantes da categoria de infraestrutura, formada por analistas e especialistas em infraestrutura.

A partir de 2015 o governo federal iniciou a aproximação da Secretaria responsável pela Política Nacional de Mobilidade Urbana com as empresas estatais vinculadas ao Ministério das Cidades: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (TRENSURB), que operam os sistemas do modo metroferroviário sob responsabilidade da União, de forma a facilitar a integração dos diversos atores da mobilidade urbana no âmbito federal.

A proposta é utilizar a experiência técnica destas empresas no sentido de orientar os proponentes dos governos distritais, municipais e estaduais no que tange à elaboração de projetos de implantação, ampliação e modernização de sistemas metroferroviários, considerando inclusive os aspectos operacionais e questões de manutenção, bem como reforçar a capacitação dos técnicos do governo federal que atuam na área.

2.4 Organograma

O organograma da Secretaria está apresentado na figura a seguir.

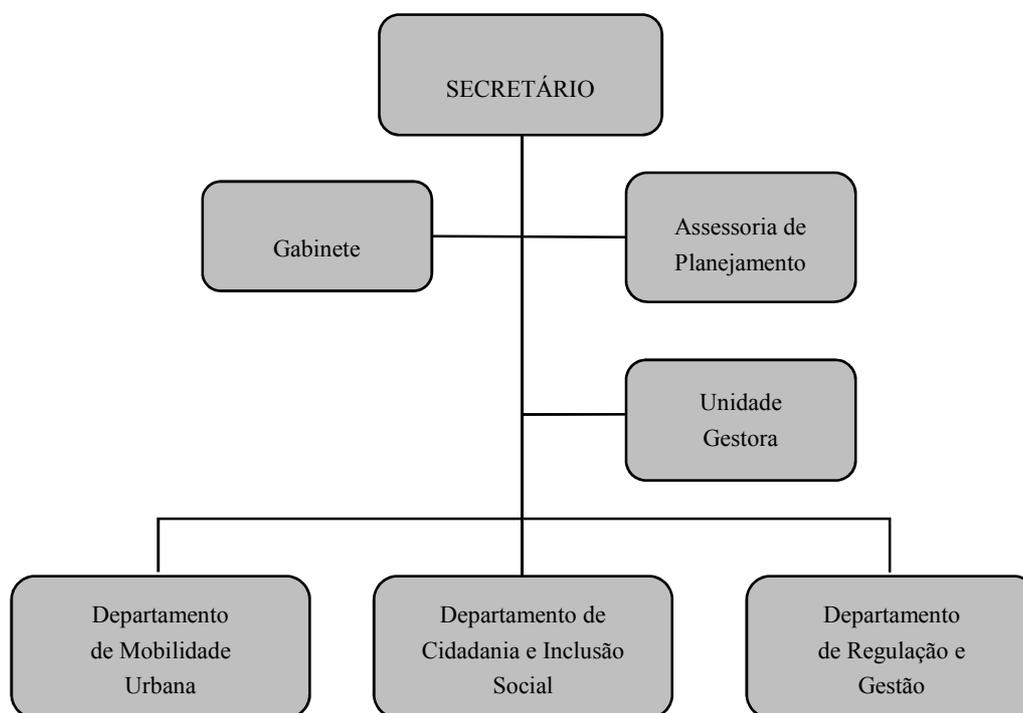


Figura 1 - Organograma da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana

De acordo com as competências dos órgãos específicos singulares previstas no Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003, tem-se o Departamento de Cidadania e Inclusão Social (DECIS) ao qual compete propor diretrizes, programas e ações para universalização do acesso aos serviços de transporte coletivo, à inclusão social e redução da pobreza urbana; desenvolver e propor legislação e de mecanismos institucionais diferenciados para a avaliação do impacto social das políticas e projetos; e propor mecanismos de apoio à gestão participativa e de controle social sobre as ações da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana.

Ao Departamento de Mobilidade Urbana (DEMOB) compete propor as bases para a integração intersetorial da Política Nacional da Mobilidade Urbana com as demais políticas afetas ao desenvolvimento urbano sustentável, especialmente as de Habitação, Saneamento e Meio Ambiente; apoiar a implantação do Estatuto da Cidade nas questões relativas à mobilidade urbana; analisar e propor instrumentos de incentivo ao desenvolvimento tecnológico; analisar e propor diretrizes de apoio ao transporte não motorizado envolvendo pedestres e ciclistas; desenvolver e estimular novas formas de financiamento da infraestrutura do setor; e formular normas e procedimentos para a operacionalização dos programas e ações que envolvam recursos gerenciados pela União.

Ao Departamento de Regulação e Gestão (DEREG) compete desenvolver e fomentar ações de desenvolvimento e aperfeiçoamento institucional, regulatório e dos processos de delegação dos serviços afetos à mobilidade urbana; propor e coordenar programas e ações, promover ações que induzam à gestão compartilhada e cooperativa entre as esferas de governo nas aglomerações urbanas; formular e propor, acompanhar e avaliar os programas e ações dos Planos Plurianuais, no que concerne à mobilidade urbana; coordenar, implementar e acompanhar o processo de planejamento estratégico da Secretaria; formular, em articulação com a SPOA, a proposta anual de

orçamento da Secretaria e monitorar sua execução; e implantar, gerenciar e manter atualizada a base de dados e o sistema de informações da Política de Mobilidade Urbana, promovendo a sua disseminação.

A Portaria nº 227, de 4 de julho de 2003, e suas alterações, que dispõe sobre o Regimento Interno do Ministério das Cidades, complementou o Decreto nº 4.665, definindo que compete ao Gabinete planejar, orientar, coordenar e controlar as atividades atribuídas à Secretaria; zelar pela adequação e atualização das ações atribuídas à Secretaria; coordenar, implementar e acompanhar o processo de planejamento estratégico da Secretaria; formular, em articulação com a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, a proposta anual de orçamento da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana e monitorar sua execução; e formular e propor, acompanhar e avaliar os programas e ações dos Planos Plurianuais, no que concerne à mobilidade urbana.

Algumas atribuições do Gabinete e de Departamentos são executadas pela Assessoria de Planejamento (ASPLAN), que concentra o desenvolvimento das ações voltadas ao planejamento e orçamento da área de transporte e da mobilidade urbana, bem como a elaboração dos normativos estabelecidos para definir a política pública. Porém, a Assessoria não consta na estrutura prevista formalmente.

A Unidade Gestora (UG), também não consta na estrutura formal da Secretaria. Executa orçamentária e financeiramente as despesas correntes (diárias) e com relação às despesas de capital a UG operacionaliza as transferências de recursos para a Mandatária da União das operações vinculadas ao PAC.

A Tabela a seguir apresenta o titular e respectivo cargo dos responsáveis pelas Unidades da Secretaria.

Tabela 1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de atuação no exercício de 2015
Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana	Raphael Rezende Neto	Secretário Nacional (DAS 101.6)	De 01/01/2015 a 22/02/2015
	Dario Rais Lopes	Secretário Nacional (DAS 101.6)	De 23/02/2015 a 31/12/2015
Departamento de Mobilidade Urbana (DEMOB)	Luiza Gomide de Faria	Diretor (DAS 101.5)	De 01/01/2015 a 31/12/2015
Departamento de Regulação e Gestão (DEREG)	Vago	Diretor (DAS 101.5)	De 01/01/2015 a 26/04/2015
	Edilson dos Santos Macedo	Diretor (DAS 101.5)	De 27/04/2015 a 31/12/2015
Departamento de Cidadania e Inclusão Social (DECIS)	Marco Antônio Vivas Motta	Diretor (DAS 101.5)	De 01/01/2015 a 31/12/2015

As competências dos Departamentos foram ajustadas conforme a necessidade dos macroprocessos finalísticos da Secretaria, apresentados no próximo item.

2.5 Macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos finalísticos da Secretaria considerados são aqueles relacionados com o negócio e a razão de existir da Secretaria, ou seja, com a formulação e implantação da Política de Mobilidade Urbana, de forma integrada com a política de desenvolvimento urbano, proporcionando o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, priorizando os modos de transporte coletivo e os não motorizados, de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável.

Todavia, o Plano Tático em elaboração irá definir os macroprocessos finalísticos formalmente, com a aplicação de metodologia apropriada.

Na Tabela a seguir estão apresentados resumidamente, os Macroprocessos Finalísticos, na sua concepção atual, atendendo as orientações do *e-Contas* para elaboração do Relatório de Gestão deste exercício:

Tabela 2 - Macroprocessos Finalísticos

Macroprocesso	Descrição	Produtos e serviços	Responsáveis
<p>Formulação e gestão de ações estruturantes para o setor de Mobilidade Urbana.</p>	<p>- Formulação e debate das políticas de mobilidade urbana.</p>	<p>a. Apoio à implementação das diretrizes da Política Nacional da Mobilidade Urbana;</p> <p>b. Integração intersetorial da Política Nacional da Mobilidade Urbana com as demais políticas afetas ao desenvolvimento urbano sustentável;</p> <p>c. Programa de Capacitação – Política Nacional de Mobilidade Urbana;</p>	<p>Departamento de Cidadania e Inclusão Social (DECIS)</p>
	<p>- Desenvolvimento Institucional dos Entes Federados e demais agentes do setor.</p>	<p>d. Pesquisas;</p> <p>e. Apoio ao planejamento da Mobilidade Urbana;</p> <p>f. Sistema Nacional de Informações sobre mobilidade urbana.</p>	
<p>Gestão e monitoramento dos empreendimentos de Mobilidade Urbana</p>	<p>- Processo de seleção dos empreendimentos e posterior acompanhamento dos trâmites de contratação (OGU e FIN – PAC).</p>	<p>g. Análises técnicas de enquadramento de propostas para seleção de empreendimentos de Mobilidade Urbana;</p>	<p>Departamento de Mobilidade Urbana (DEMOB)</p>
	<p>- Gestão e acompanhamento da execução dos empreendimentos de Mobilidade Urbana (OGU e FIN – PAC).</p>	<p>h. Acompanhamento de contratos visando à elaboração de projetos e à implantação de infraestrutura de Mobilidade Urbana.</p>	

<p>Desenvolvimento e aperfeiçoamento institucional, regulatório e dos processos de delegação dos serviços de mobilidade urbana.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação da efetividade da Política Nacional da Mobilidade Urbana por meio de indicadores; - Desenvolvimento e estímulo de novas formas de financiamento da infraestrutura e dos serviços do setor; - Aperfeiçoamento da legislação e de mecanismos institucionais com vistas a uma maior efetividade das políticas de mobilidade urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> i. Articulação com as empresas vinculadas TRENURB e CBTU); j. Atendimento aos órgãos de controle; k. Análise e acompanhamento de processos de financiamento e de inovações e incentivos fiscais em empreendimentos de mobilidade urbana (debêntures, REIDI, concessões puras ou patrocinadas, financiamento ao setor privado, entre outros); l. Definição de matriz de indicadores gerenciais com o objetivo de monitorar a efetividade da implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana e posterior apuração. m. Coordenação e acompanhamento da elaboração do Plano Tático da SNTMU, complementando o Planejamento Estratégico do Ministério das Cidades junto à Secretaria Executiva; n. Integração da PNMU com as demais políticas públicas voltadas para o desenvolvimento urbano sustentável, com apoio a discussões que tratam do tema no nível global (ONU Habitat, Agenda Pós 2015, Smart Cities, etc.). 	<p>Departamento de Regulação e Gestão (DEREG)</p>
---	--	--	--

Complementando os macroprocessos finalísticos informa-se que as ações de planejamento são executadas pela Assessoria de Planejamento (AsPlan) da SNTMU:

- Formular e propor, acompanhar e avaliar os programas e ações dos Planos Plurianuais, no que concerne à mobilidade urbana, incluindo a parte extraorçamentária (FIN – FGTS).

- Elaborar a proposta anual de orçamento da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (OGU e FIN).

- Assessoria técnica visando o aperfeiçoamento da legislação e de mecanismos institucionais diferenciados com vistas a uma maior efetividade das políticas públicas de mobilidade urbana.

- Elaborar atos normativos emitidos pela Secretaria, tais como, Instruções Normativas, Portarias, Resoluções, Manuais Técnicos dos Programas e ações da Secretaria (OGU e FIN).

- Elaborar relatórios anuais de gestão e prestação de contas, estabelecidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Conselho Curador do FGTS, Casa Civil, Controladoria Geral da União – CGU, TCU e demais órgãos – Mensagem Presidencial, Prestação de Contas da Presidência da República (PCPR) e Relatório de Gestão (OGU e FIN).

A gestão e execução financeira e orçamentária da SNTMU é realizada pela Unidade Gestora da Secretaria que tem como atribuição:

- Assegurar a conformidade documental dos registros financeiros e orçamentários, relativos aos recursos geridos pela Secretaria;
- Coordenar a execução orçamentária e financeira, das ações da SNTMU;
- Efetuar lançamentos financeiros e orçamentários no Sistema Integrado de Administração Financeira da Administração Federal – SIAFI e em banco de dados;
- Executar procedimentos orçamentários e financeiros referentes à concessão de diárias e passagens para os servidores da SNTMU, no âmbito do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP;
- Manter a interlocução com a Caixa Econômica Federal, no que tange à execução orçamentária e financeira dos contratos de repasse;
- Manter a interlocução com a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, nos assuntos pertinentes à execução financeira.
- Produzir os dados para atendimento às demandas dos órgãos de controle interno e externo, no âmbito da SNTMU, no que concerne aos aspectos orçamentários e financeiros da execução dos programas;
- Realizar a execução financeira das ações da SNTMU;
- Subsidiar a elaboração de orçamentos, planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos a serem aplicados em Mobilidade Urbana.

Observa-se que as demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 ficam a cargo do contador responsável no âmbito do Ministério das Cidades, lotado na CGOrf/SPOA/SE.

O responsável pela Contabilidade do MCidades é o contador setorial da SPOA, a Unidade Gestora (UG) da SNTMU é executora, pois realiza lançamentos no SIAFI. Faz os procedimentos de conformidade documental, ou seja, a verificação dos procedimentos executados pela UG no SIAFI.

O processo de enquadramento dos investimentos e a gestão e monitoramento dos investimentos via emendas parlamentares das Ações do Programa 2048 Mobilidade Urbana e Trânsito, passíveis de receber emendas parlamentares via SICONV e da Ação 1D73, neste caso, análise técnica para enquadramento especificamente daquelas propostas vinculadas à finalidade da Secretaria, ou seja, Não PAC, estão sendo desenvolvidas por técnicos do Departamento de Regulação e Gestão (DEREG).

2.6 Principais Parceiros

2.6.1. Internos

- Coordenações Gerais da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA): Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOrf) e Coordenação-Geral de Planejamento (CGPlan);
- Secretaria Executiva (SE): Gabinete e Diretoria de Integração, Avaliação e Controle Técnico - Diretoria de Integração, Avaliação e Controle Técnico do Ministério das Cidades (DIACT);
- Secretarias Nacionais de Habitação (SNH), de Saneamento Ambiental (SNSA) e de Acessibilidade e Programas Urbanos (SNAPU) num processo de integração das políticas;
- Consultoria Jurídica;
- Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (TRENSURB) responsáveis operadoras de sistemas metroviários existentes e por ações orçamentárias do Programa 2048 Mobilidade Urbana e Trânsito que contribuem com os objetivos do PPA 2012/2015;

- Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).

2.6.2. Externos

2.6.2.1. No Governo Federal

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), financiando por meio de linha de financiamento própria, obras de mobilidade urbana;
- Caixa Econômica Federal (CAIXA): atuando como Mandatária da União nos contratos de repasses e termos de compromisso com recursos do OGU; e como Agente Operador e Agente Financeiro nos contratos de financiamento com recursos do FGTS;
- Casa Civil da Presidência da República;
- Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento (GEPAC);
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- Ministério do Esporte, nas ações voltadas aos Jogos Olímpicos 2016;
- Ministério do Meio Ambiente (MMA), nas ações voltadas à sustentabilidade, mudança do clima;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG): Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento (SEPAC) e Secretaria Especial da COPA, nas ações de investimentos de mobilidade urbana;
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nas ações de financiamentos com recursos do FGTS;
- Ministério dos Transportes (MT), trabalho conjunto na elaboração do Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima.

2.6.2.2. No âmbito dos demais entes federativos

- Municípios;
- Estados;
- Distrito Federal.

Parceiros fundamentais tendo em vista a atuação descentralizada do Ministério das Cidades.

2.6.2.3. Privados

- Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU);
- Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP);
- Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos), em 2015, em ações de capacitação dos servidores no modo de transporte sobre trilhos;
- Concessionárias ou permissionárias do transporte público coletivo urbano;
- Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA);
- Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP);
- Sociedades de propósitos específicos (SPEs) relacionadas ao transporte público coletivo urbano;
- WRI Brasil Cidades Sustentáveis- (EMBARQ Brasil).

3.0 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Esta seção do Relatório de Gestão apresenta a forma como esta UPC planejou sua atuação e o seu desempenho com relação aos objetivos e metas estabelecidos.

Está estruturada em três grandes tópicos: planejamento organizacional, formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos, resultados da execução orçamentária, operacional e financeira.

3.1 Planejamento Organizacional

Quanto ao planejamento organizacional inicia-se com um resumo dos objetivos para o exercício, ano em que se encerra o Plano Plurianual 2012/2015, sintetizando o desempenho das metas, demonstra o estágio atual do planejamento estratégico do Ministério das Cidades e inclui o plano tático específico para a Secretaria que está em desenvolvimento.

Apresenta a vinculação entre os objetivos propostos no PPA 2012/2015, no que se refere à Mobilidade Urbana, e as competências institucionais da estabelecidas na Lei nº 12.587/2012, que estabelece a Política Nacional de Mobilidade Urbana, nos seus diversos aspectos.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

O ano de 2015 encerra o ciclo do Plano Plurianual 2012/2015 no qual os principais Objetivos do Programa 2048 Mobilidade Urbana e Trânsito, que traduzem os objetivos desta UPC, são relativos a investimentos na infraestrutura e à regulação:

a) - Investimentos em infraestrutura:

- Objetivo 0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível;

- Objetivo 0577 - Dotar as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 de sistemas de mobilidade urbana que conectem os polos geradores de viagens do evento, com ênfase no legado e na integração entre aeroportos, estádios, áreas centrais e de hotelaria;

- Objetivo 0578 - Pavimentar e qualificar vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente;

- Objetivo 0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.

b) - Regulação:

Objetivo 0584 - Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.

Dando uma visão geral destes Objetivos, quanto aos Investimentos, destaca-se como a principal realização do período a retomada em larga escala dos investimentos no setor, incluindo a mobilidade urbana no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

No período foi dada continuidade ao incentivo a financiamento do setor público para a área de mobilidade urbana, iniciado em 2010, para empreendimentos associados à Copa do Mundo com

a autorização para contratação de R\$ 8 bilhões, exclusivamente de recursos de financiamento visando melhorias dos deslocamentos nas cidades-sede.

Na sequência, publicada em 2012, tem-se a seleção de empreendimentos do PAC Mobilidade Grandes Cidades em cidades com população maior que 700 mil habitantes numa previsão total de R\$ 22,4 bi – sendo recursos de OGU de R\$ 10,2 bi e de FIN de R\$ 12,2 bi, com vistas a requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

Logo após, a seleção do PAC Mobilidade Médias Cidades elegendo propostas de mobilidade urbana em municípios com população entre 250 a 700mil habitantes no valor total previsto de R\$ 7,2 bi – exclusivamente com recursos onerosos - de financiamento, para investimentos em sistemas de transporte público coletivo para atender demandas estruturantes nas cidades médias do país.

Complementando, em 2014 a seleção do Pacto pela Mobilidade, visando implantação de sistemas de mobilidade urbana no país, resultando em seleção de 209 empreendimentos com valor de recursos novos total de R\$ 32 bi, 50% de OGU e 50% de FIN.

As seleções foram realizadas em consonância com as competências legais e institucionais do Ministério das Cidades, estabelecidas na Constituição Federal e na Política Nacional da Mobilidade Urbana, instituída pela Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e vêm a atender as demandas sociais cada vez mais elevadas da sociedade brasileira com relação à mobilidade urbana. Foram realizadas obedecendo às diretrizes estabelecidas pelo Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento – CGPAC.

As fontes de recursos que o Governo Federal disponibilizou para lastrear os empreendimentos de mobilidade urbana são a fundo perdido, do Orçamento Geral da União (OGU), e os recursos onerosos de financiamento, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) da área de Infraestrutura Urbana, especificamente do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

O gráfico a seguir apresenta a evolução das principais metas de Investimentos deste Objetivo:

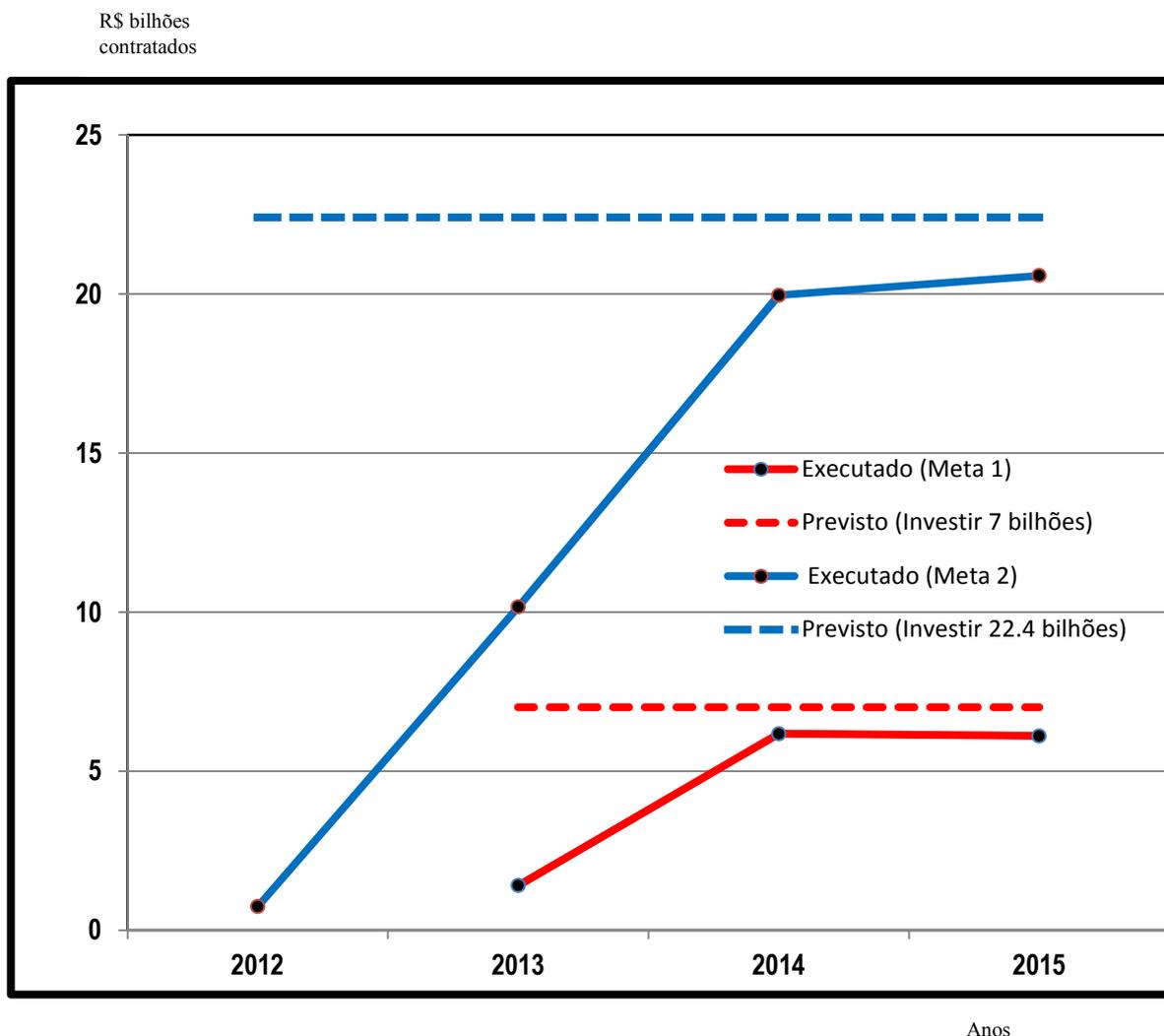


Figura 2 - Evolução das Principais Metas de Investimentos em Mobilidade Urbana PPA 2012/2015.

A Meta 1 atingiu, para as cidades com população inferior a 700 mil habitantes, até 31 de dezembro de 2015, o total de R\$ 6,107 bilhões, valores de repasse e de financiamento, considerando os totais de FIN do PAC Mobilidade Médias Cidades, seleção de empreendimentos de sistemas de mobilidade urbana para cidades entre 250 a 700 mil habitantes, Pró-Transporte e um contrato do BNDES e de OGU e FIN do Pacto pela Mobilidade e outras seleções pontuais (extra pauta) nas cidades com população inferior a 700 mil habitantes, atingindo 87,24% de execução com relação aos R\$ 7 bilhões previstos na meta.

Em função de redução de valores contratados e cancelamentos/distratos de contratos houve ligeiro decréscimo em 2015 no atingimento da meta com relação à 2014, que foi de 6,17 bilhões.

Os desembolsos no período de 2012 a 2015 de recursos do FGTS relativo à Meta de R\$ 7 bi, cidades < 700 mil foi de R\$ 559.402.603,29 (FGTS PAC Médias Cidades mais Pacto pela Mobilidade (incluindo extra pauta).

A Meta 2 destinada a investir R\$ 22,4 bi em mobilidade urbana nas cidades com população superior a 700 mil habitantes e regiões metropolitanas atingiu 91,8% de execução em 31/12/2015, são R\$ 20,58 bilhões, considerando o somatório das contratações formalizadas, com valores de

repassa e de empréstimo, de forma cumulativa de 2012 a 2015, incluindo OGU e FIN (FGTS e BNDES), PAC Mobilidade Grandes Cidades, Pacto pela Mobilidade, incluindo seleções pontuais (extra pauta), relativos a empreendimentos em municípios com população superior a 700 mil e regiões metropolitanas.

Estas contratações abrangem, principalmente, elaboração de estudos, projetos e obras de Terminais, Corredores de Ônibus, Bus Rapid Transit (BRTs), Corredores fluviais, Veículos Leve sobre Trilhos (VLT), Trens Urbanos e Metrô.

Os desembolsos no período de 2012 a 2015 de recursos do FGTS relativo à Meta de R\$ 22,4 bi, dirigidos a cidades > 700 mil hab, foi de R\$ 1.230.772.660,03 (FGTS PAC Grandes Cidades mais Pacto pela Mobilidade (incluindo extra pauta)).

Com relação ao Objetivo de dotar as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 de sistemas de mobilidade urbana que conectem os polos geradores de viagens do evento, com ênfase no legado e na integração entre aeroportos, estádios, áreas centrais e de hotelaria no período de 2012 a 2015 foram selecionados 32 empreendimentos de mobilidade urbana vinculadas à realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Todos esses empreendimentos tiveram contratos de financiamento assinados entre o Tomador do Recurso (Estados, Município e Distrito Federal) e os Agentes Financeiros, aqueles com recursos do FGTS a Caixa Econômica Federal e linha de financiamento do BNDES. Um contrato, de Natal foi distratado, passando a 31 contratos vigentes. Treze obras de mobilidade urbana encontram-se concluídas até o final de 2015, incluindo a obra do BNDES no Rio de Janeiro, e outras três atingiram percentual de execução superior a 90%.

Em 31/12/2015, os desembolsos dos financiamentos atingiram o valor de R\$ 3,5 bilhões. Foi viabilizada a continuidade das obras de infraestrutura de transporte e de mobilidade urbana, apesar de excluídas da Matriz de Responsabilidade, permanecendo em andamento, porém, com conclusão em período posterior ao prazo de início da Copa, mantendo o legado e o benefício à população.

Resumidamente, as 31 obras de mobilidade urbana são:

Belo Horizonte: 7 empreendimentos - Valor de Investimento: 1,4134 bilhões

Brasília: 1 empreendimento - Valor de Investimento: 54,22 milhões

Cuiabá: 2 empreendimentos - Valor de Investimento: 1,63052 bilhões

Curitiba: 7 empreendimentos - Valor de Investimento: 506,82 milhões

Fortaleza: 6 empreendimentos - Valor de Investimento: 664,14 milhões

Natal: 2 empreendimentos - Valor de Investimento: 443,9 milhões

Recife: 5 empreendimentos - Valor de Investimento: 859,0 milhões

Rio de Janeiro: 1 empreendimento - Valor de Investimento: 1,9696 bilhões

No período de 2012 a 2015 o PRÓ-TRANSPORTE teve desembolsos totais no valor de R\$ 6.743.093.926,36, incluindo todos os eixos do PAC e não PAC.

Com relação ao objetivo de pavimentar e qualificar vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente que teve início em 2010, quando o governo federal iniciou a alocação de recursos de financiamento para pavimentação e qualificação de vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente. O objetivo é proporcionar à população local beneficiada um ambiente urbano dotado de infraestrutura completa de via e de saneamento, por meio da implantação de pavimentação nova em vias existentes, sistema de drenagem de águas pluviais, redes de água e esgoto, calçadas, sistemas cicloviários, medidas de moderação de tráfego, elementos que promovam a acessibilidade universal e sinalização viária.

Como resultado da 1ª e 2ª etapa, até 31/12/2015 na quantificação da meta tem-se 2.084,70 Km de vias pavimentadas representando 41,7 % da meta total que foram executadas com os citados recursos de financiamento do Pró-Transporte (FGTS) neste eixo do PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas.

Estes empreendimentos também contribuíram com o transporte não motorizado, visto que até 31 de dezembro de 2015 foram executadas 2.382,86 km de calçadas e 60,37 km de ciclovias.

No que tange à Regulação da Política Nacional de Mobilidade Urbana o Programa Temático Mobilidade Urbana e Trânsito teve a primeira meta alcançada em 3 de janeiro de 2012, com a promulgação da Lei nº 12.587, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, estabelecendo o marco regulatório da mobilidade urbana, meta vinculada ao Objetivo 0584.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana estabelecida na referida legislação tem por objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para o desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do conjunto organizado e coordenado dos modos de transporte, de serviços e de infraestruturas que garantam os deslocamentos de pessoas e cargas no território urbano.

Elenca entre seus princípios a acessibilidade universal, o desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais, equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo, eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano e na circulação urbana.

Por outro lado, em 2015 foi concluída a edição revisada do Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana (PlanMob), por esta UPC, devidamente atualizado com relação à Lei nº 12.587/2012, ficando disponível para os entes federados e demais interessados este importante instrumento técnico para auxiliar na elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana.

O conteúdo abordado pelo Caderno de Referência PlanMob são os temas da Mobilidade Urbana que devem ser desenvolvidos nos Planos, conceitos e fundamentos gerais e os procedimentos e metodologia que devem ser seguidos para sua elaboração. Diferencia a questão de municípios menores que não possuem sistemas de transporte público coletivo cujo foco do planejamento deverá ser centrado em modos não-motorizados e outros tipos de inserções. Traz diretrizes para o planejamento da mobilidade urbana, os conteúdos mínimos que os planos devem conter, as consultas públicas, as pesquisas, o diagnóstico e as avaliações necessárias. Mostra um modelo de Termo de Referência para contratação de Planos de Mobilidade Urbana.

O PlanMob disponível em <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSE/planmob.pdf>. Foram impressos, em parceria com outros organismos (Caixa Econômica Federal) 1.500 exemplares do Caderno de Referência.

Foi desenvolvido programa de capacitação, para apoio aos entes federados considerando a obrigatoriedade de elaboração de Planos de Mobilidade Urbana por todos os municípios com população superior a 20 mil habitantes além dos demais obrigados por lei à elaboração do Plano Diretor (Lei nº 12.587/2012) e, também, que prevê como atribuição da União prestar assistência técnica e capacitação continuada aos entes federados.

Na quantificação da meta para atendimento ao previsto no PPA 2012/2015 tem-se: 1.418 em 2012, 323 em 2013, 761 em 2014 e 838 em 2015, perfazendo 3.340 agentes capacitados para auxiliar a elaboração de planos. Um total de 300 municípios atendidos de 2013 a 2015.

Nesta análise das metas conclui-se que, nos investimentos, o passo inicial está dado com as contratações efetivadas, porém, longo percurso ainda será percorrido para a implantação de sistemas de mobilidade urbana estruturantes.

A complexidade destas implantações, apresentando ciclos de execução plurianuais, necessitam de arranjos e de parcerias, envolvendo diversas fontes de recursos, aliado ao fato de que

o proponente, tomador dos recursos, é também gestor da operação dos sistemas, que envolvem obras de engenharia, cujo prazo de execução, em muitos casos, como nos metrô, é superior a 36 (trinta e seis) meses. O detalhamento dos Objetivos e Metas do PPA estão apresentadas em subitem específico neste Relatório de Gestão.

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Em 12 de setembro de 2013 foi firmado contrato para prestação de serviços especializados entre a Fundação Getúlio Vargas - FGV e Ministério das Cidades para apoiar o Ministério das Cidades na elaboração de seu planejamento estratégico para o período 2013-2015, no monitoramento de projetos prioritários e na modernização da gestão.

Como produto deste contrato foi elaborado o Planejamento Estratégico do Ministério das Cidades, coordenado e monitorado pela Secretaria Executiva do MCidades através de seu Escritório de Gerenciamento de Projetos.

O Plano Estratégico do MCidades é composto por 17 Objetivos Estratégicos e possui um portfólio de 27 Projetos Estratégicos. Dentre esses 27 projetos estratégicos, existe um projeto de melhoria da gestão denominado “Desdobramento do Planejamento Estratégico do MCidades para as unidades”. Tal projeto, também coordenado pela Secretaria Executiva do MCidades, está em desenvolvimento na forma de elaboração dos Planos Táticos para cada Secretaria Finalística, inclusive da SNTMU.

De acordo com o Termo de Abertura do Projeto “Desdobramento do Planejamento Estratégico do MCidades”, o objetivo deste projeto é a melhora na integração dos processos decisórios promovendo o alinhamento das decisões no nível tático ao nível estratégico (Planejamento Estratégico) e orientar as atividades e tarefas no nível operacional.

O caso específico do desdobramento da estratégia para a SNTMU (Plano Tático da SNTMU) se encontra em desenvolvimento e está detalhado a seguir.

O Projeto é denominado Plano Tático da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana.

Trata-se de um subprojeto, coordenado pela Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, denominado “Subprojeto de elaboração do Plano Tático da SNTMU” e faz parte da realização de um dos 27 iniciativas estratégicas do MCidades: Desdobramento do Planejamento Estratégico do MCidades para as unidades.

Tem por objetivo melhorar a integração dos processos decisórios promovendo o alinhamento das decisões no nível tático ao nível estratégico (Planejamento Estratégico) e orientar as atividades e tarefas no nível operacional.

O planejamento tático é uma extensão do planejamento estratégico. Ele irá estabelecer os passos necessários para implementar o plano estratégico de uma organização. Os Planos táticos permitirão ao MCidades ter melhor clareza sobre sua atuação, a ordem dos passos necessários para realizar suas atividades e o pessoal e as ferramentas necessárias para atender os objetivos estratégicos da organização.

Em setembro de 2015 foi formalizada a criação da Comissão Técnica do Plano Tático (CTPT) composta por 11 técnicos da Secretaria, através do Memorando nº 368/2015/SNTMU. Ainda em setembro de 2015 foi assinado o Termo de Abertura do Projeto, que tem prazo de finalização previsto para Agosto de 2018, incluindo quatro ciclos de monitoramento e avaliação.

Relativamente aos produtos desenvolvidos até então, com o objetivo fomentar as discussões do Planejamento Tático, em outubro de 2015 a SNTMU realizou dois debates para servir de insumo para a formatação do Modelo Lógico da Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), de

forma que Plano Tático da SNTMU seja devidamente alinhado aos objetivos da PNMU. O primeiro debate tratou do “Histórico da SNTMU e da Política Nacional de Mobilidade Urbana” e o segundo tratou da “Interface da atuação da Secretaria com as Políticas de Desenvolvimento Econômico”. Os debates foram uma oportunidade para incentivar a equipe técnica da SNTMU a conhecer e discutir a Política Nacional de Mobilidade, ampliando suas perspectivas sobre horizonte de atuação da Secretaria.

Foram realizadas reuniões da CTPT com a equipe de coordenação do projeto da Secretaria Executiva para elaboração do Mapa Tático e este está em discussão com a alta direção da SNTMU (diretores e Secretário), conforme o relatório e cronograma do projeto em anexo. Ainda, conforme o Termo de Abertura do Projeto e o cronograma em anexo, estão previstas as seguintes entregas até agosto de 2017:

- 1) Plano Tático
 - 1.1) Mapa tático
 - 1.2) Iniciativas estratégicas
 - 1.3) Indicadores
 - 1.4) Publicação e formalização do Plano Tático
- 2) Monitoramento e Avaliação do Plano Tático
 - 2.1) Definição do modelo de monitoramento
 - 2.2) 1º ciclo de monitoramento e avaliação
 - 2.3) 2º ciclo de monitoramento e avaliação
 - 2.4) 3º ciclo de monitoramento e avaliação
 - 2.5) 4º ciclo de monitoramento e avaliação

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O Plano Plurianual PPA 2012/2015 da SNTMU reflete as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, ou seja, é aderente à razão para a qual a SNTMU foi criada, à sua missão, atendendo de uma forma geral aos instrumentos de apoio à Mobilidade Urbana previstos no Artigo 25 da Lei e de forma específica conforme demonstrado na Tabela a seguir apresentada:

Tabela 3 - Vinculação dos Planos com as Competências Institucionais

Objetivo do PPA 2012/2015	Vinculação com a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) - Lei 12.587/12.
0574 Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível	Qto aos princípios – Art. 5º, Inciso I, II e IV; Qto às diretrizes da PNMU - Art. 6º, Inciso II, III, IV e VI; Qto aos objetivos da PNMU - Art. 7º, Inciso II, III e IV; Qto às diretrizes da política tarifária – Art. 8º, Inciso VII; Qto às atribuições da União - Art.16, Inciso, I e IV.
0577 Dotar as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 de sistemas de mobilidade urbana que conectem os polos geradores de viagens do evento, com ênfase no legado e na integração entre aeroportos, estádios, áreas centrais e de hotelaria	Qto aos princípios – Art. 5º, Inciso I, II e IV; Qto às diretrizes da PNMU - Art. 6º, Inciso II, III, IV e VI; Qto aos objetivos da PNMU - Art. 7º, Inciso II, III e IV; Qto às atribuições da União - Art.16, Inciso, I e IV.
0580 Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal	Qto às diretrizes da PNMU - Art. 6º, Incisos II e III; Qto aos objetivos da PNMU - Art. 7º, Inciso III Qto aos instrumentos de gestão: Art 23, Inciso IV
0581 Apoiar a implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os modais de transporte	Qto aos princípios da PNMU – Art. 5º, Inciso VI; Qto às diretrizes da PNMU - Art. 6º, Inciso II; Qto aos objetivos da PNMU - Art. 7º, Inciso III.
0584 Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável	Qto aos princípios da PNMU – Art. 5º, Inciso II, IV, e V; Qto às diretrizes da PNMU - Art. 6º, Inciso I, II, IV e V; Qto às atribuições da União - Art. 16, Inciso I, II, III, IV e VI; Qto aos planos de mobilidade urbana – Art. 24.

Ao mesmo tempo, o plano estratégico do Ministério das Cidades segue estas diretrizes e o plano tático da UPC está sendo traçado de forma alinhada com a missão institucional da Secretaria, conforme demonstrado em outros tópicos deste relatório que trata especificamente destes planos. Com intuito de aperfeiçoar a gestão após a conclusão do plano tático será desenvolvido o plano operacional.

3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

A UPC acompanha e monitora os objetivos e metas do PPA por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) do Governo Federal e apresenta os resultados nos respectivos relatórios de gestão anuais e prestações de contas, o que possibilita a utilização destes resultados na tomada de decisões.

Desta forma, pretende-se facilitar a cooperação, a articulação e a integração entre as áreas da UPC e com órgãos externos.

A utilização destes instrumentos de monitoramento possibilita a identificação de necessidades de ajustes e revisões dos planos, como ocorreu com relação à quantificação de meta de “Investir R\$22,4 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população superior a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível”, apurada até 2015 pelas contratações efetivadas no período do PPA 2012/2015 e que foram propostas para o PPA 2016/2019 de outra forma, revisando o planejamento, melhorando a gestão, direcionando para metas que apresentem produtos de sistemas de mobilidade que efetivamente tenham sido entregues à sociedade, trazendo maior confiabilidade à efetiva aplicação do recurso.

Por outro lado, pretende-se, após concluído o Plano Tático, efetuar o seu acompanhamento e monitoramento. Informa-se que a elaboração do Plano Tático da SNTMU está sendo monitorada pelo instrumento Sistema Gestor de Escritório de Projetos (GEPnet), ferramenta para gerir escritórios de gerenciamento de projetos em organizações e foi estruturado para permitir a gestão e o acompanhamento dos projetos existentes, assim como o registro de todo o ciclo de vida de um determinado projeto. O sistema está sob gerenciamento do Escritório de Projetos da Secretaria Executiva do MCidades.

O Planejamento Estratégico do Ministério das Cidades é acompanhado e monitorado pela Secretaria Executiva do Ministério das Cidades.

A SNTMU corrobora com o entendimento de que o monitoramento é etapa essencial para a consecução dos resultados da gestão e tem por objetivo contribuir para a realização das metas declaradas nos planos; auxiliar a tomada de decisão de forma tempestiva. Neste sentido, a Secretaria possui uma Assessoria de Planejamento (AsPlan) dedicada à avaliação dos planos plurianuais, relatórios periódicos anuais, entre outros, conforme já relatado neste documento.

Com o avanço no estabelecimento de indicadores que meçam a efetividade da política de mobilidade urbana que está em curso será possível ampliar a verificação dos resultados atingidos, por meio da apuração destes indicadores conforme determinado no item específico deste relatório que trata de indicadores.

3.3 Desempenho orçamentário, operacional e financeiro

Com relação ao desempenho orçamentário são detalhados os Objetivos da UPC estabelecidos no PPA, descrevendo, de forma cumulativa com os demais anos como se deu a evolução das metas e os resultados alcançados. Apresenta as ocorrências orçamentárias e execução física e financeira das Ações que compõe a LOA e as liquidações que ocorreram no exercício daquelas ações que possuem empenhos anteriores em Restos a Pagar, porém, não constam na LOA 2015. A cada Ação é feita uma análise dos eventos. São relatados fatores que intervieram no desempenho orçamentário.

Desta forma está sendo demonstrado o desempenho orçamentário, operacional e financeiro da UPC.

É apresentada uma síntese dos Restos a Pagar dos exercícios anteriores.

3.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

Neste subitem passa-se a descrever, com maiores detalhes, de forma cumulativa com os exercícios anteriores os Objetivos do PPA e as metas definidas.

3.3.1.1 Objetivo 0574

O Quadro apresentado a seguir mostra a evolução das metas deste Objetivo, bem como a regionalização da principal meta.

Quadro 01 - Objetivo: 0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível					
Código	0574	Órgão	56000 - Ministério das Cidades			
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito				Código	2048
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2015(*)	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
1	Investir R\$ 7 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população entre 250 a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível	R\$ bilhões	7,00	0,25	6,10	87,14%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
1	Investir R\$22,4 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população superior a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível	R\$ bilhões	22,40	0,64	20,58	91,8%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2015	c) Realizada até 2015	d) % Realização (c/a)
2.1	Municípios entre 1 e 3 milhões de habitantes	bilhão de reais	1,70	0,14	1,77	104%
2.2	Municípios entre 700 mil e 1 milhão de habitantes	bilhão de reais	2,20	0,01	1,07	49%
2.3	Municípios-sede de Regiões Metropolitanas acima de 3 milhões de habitantes e Distrito Federal	bilhão de reais	18,50	0,49	17,74	111%

(*) Nesta meta houve contratações em 2015 de R\$ 0,25 bi, porém a meta cumulativa reduziu de 6,17 para 6,10, em virtude de cancelamentos e/ou redução de valores contratados anteriormente.

3.3.1.1.1 Análise Situacional do Objetivo 0574

A consecução deste Objetivo teve início com a seleção pública de propostas inscritas no PAC Mobilidade Grandes Cidades, concluída em abril de 2012, quando começaram as contratações, atingindo, em 2013, mais de 31% do total selecionado, ampliado para quase 50% em 2014 e até o final de 2015 ultrapassou os 50% atingindo 50,29% das contratações. O total selecionado foi de R\$ 22,431 bilhões (OGU 10,208 e FIN 12,163).

Os valores de investimentos, incluindo as contrapartidas dos demais partícipes, na seleção, foram da ordem de R\$ 32,488 bilhões; as fontes de recursos são o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, outras fontes de financiamento como do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Orçamento Geral da União - OGU.

O recorte populacional desta seleção considerou cidades com população superior a 700 mil habitantes, bem como municípios integrantes das regiões metropolitanas, com vistas a requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Com vistas a suprir a carência de projetos qualificados na área de mobilidade urbana, o Governo Federal disponibilizou no PAC Mobilidade Grandes Cidades recursos orçamentários inclusive para elaboração de estudos e projetos.

A seleção beneficiou 51 municípios, entre os quais, as regiões metropolitanas de Salvador/BA, Fortaleza/CE, Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Recife/PE, Curitiba/PR, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS, São Paulo/SP, Manaus/AM, Goiânia/GO, São Luís/MA, Belém/PA, Campinas/SP, Guarulhos/SP, Maceió/AL, Campo Grande/MS, João Pessoa/PB, Teresina/PI, Natal/RN, Nova Iguaçu/RJ e São Bernardo do Campo/SP.

Visando atender à crescente demanda por melhorias da mobilidade urbana nas cidades brasileiras, a partir de junho de 2013 foi dado início à nova pactuação, com proposições do governo federal ao Pacto pela Mobilidade colocando mais recursos para investimentos em transporte público coletivo urbano, com estimativa inicial de R\$ 50 bilhões, incluindo também recursos para elaboração de Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica – EVTE e projetos. Estes empreendimentos serão denominados aqui como pertencentes ao Pacto pela Mobilidade.

Na primeira fase de pactuação (do Pacto pela Mobilidade) foram beneficiados os maiores municípios brasileiros, principalmente aqueles com mais de 700 mil habitantes, e as oito maiores regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Curitiba, acrescentando maior disponibilização de recursos a estes municípios já selecionados no PAC Mobilidade Grandes Cidades.

A partir de abril de 2014, na segunda parte das pactuações do Pacto pela Mobilidade, foi expandida a consulta de interesse aos municípios com população entre 400 mil e 700 mil habitantes a investir em mobilidade urbana, adicionando possibilidade de acesso desta faixa populacional aos recursos vinculados ao denominado Pacto pela Mobilidade. Em todas estas seleções os integrantes de regiões metropolitanas puderam apresentar propostas.

Essas pactuações de investimentos em infraestrutura de mobilidade urbana do Pacto pela Mobilidade foram realizadas observando, conforme anúncio inicial, as seguintes características:

- destinação para empreendimentos de transporte público coletivo urbano;
- priorização para transporte de alta e média capacidade e que atendam áreas com população de baixa renda;
- integração da intervenção proposta com:
 - empreendimentos já existentes ou em execução;
 - integração entre modos e serviços de transporte coletivo;

- foco em empreendimentos que:
 - atendam à demanda imediata;
 - apresentem soluções de caráter metropolitano.

Assim, foram destinados recursos novos a partir de 2014 que totalizaram R\$ 32 bilhões para atendimento de demandas de mobilidade urbana provenientes de municípios e estados, de fontes de recurso de financiamento e do OGU. No total a pactuação inclui propostas de municípios dos estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins.

No âmbito do PAC tem-se também a categoria PAC Mobilidade Médias Cidades no qual foram selecionados, em 2013, empreendimentos de sistemas de mobilidade urbana para cidades entre 250 a 700 mil habitantes, exclusivamente com recursos de financiamento, do PRÓ-TRANSPORTE e de outras fontes de financiamento, com previsão de contratações no valor total de R\$ 7,032 bilhões, sem considerar os valores de contrapartidas. Em 2014 e 2015 foi dada continuidade à assinatura dos contratos de financiamento desta seleção.

Contribuem também para realização deste Objetivo as empresas Trensurb e CBTU que operam os sistemas metroviários e de trens urbanos de Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Maceió, João Pessoa e Natal, expandindo e modernizando seus sistemas e ampliando o número de passageiros transportados. Com o PAC Equipamentos em 2012 e, em 2014, com a seleção de proposta de Natal, João Pessoa e Maceió no PAC Grandes Cidades, iniciou-se o processo de modernização dos sistemas. Com relação à Região Metropolitana de Porto Alegre, operada pela Trensurb, as melhorias ocorreram pela expansão do sistema de trens urbanos de passageiros até o município de Novo Hamburgo, e a implantação do sistema Aeromóvel, que liga a estação Aeroporto da Trensurb ao Aeroporto Internacional Salgado Filho.

As metas da CBTU e da TRENSURB são apresentadas nos seus respectivos Relatórios de Gestão.

REALIZAÇÕES EM 2015

Em 2015 continuaram as contratações de todas as propostas selecionadas nas diferentes fases de seleção citadas, que possuem caráter plurianual.

O total de contratações formalizadas até 31 de dezembro de 2015 no PAC Mobilidade Grandes Cidades foi de R\$ 11,281 bilhões, sendo R\$ 5,621 bilhões de OGU e R\$ 5,659 bilhões de FIN, considerando somente os recursos disponibilizados pelo Governo Federal. Estes valores, acrescidos às contrapartidas dos proponentes Estados e Municípios, chegam a R\$ 14,916 bilhões até esta data, com um total de 45 instrumentos formalizados.

As principais realizações em 2014 e 2015, no que se refere ao PAC Mobilidade Grandes Cidades, foram a assinatura de oito termos de compromissos com valor de repasse de R\$ 1,959 bilhões e de oito contratos de financiamento, cujo somatório de valores de empréstimo é de R\$ 2,225 bilhões, sendo R\$ 1,836 bilhões em 2014 e R\$ 0,389 bilhões em 2015.

Nos anos de 2014 e 2015, no âmbito do Pacto pela Mobilidade e Extra Pauta foram contratados empreendimentos que totalizam R\$ 6,661 bilhões.

Cumulativamente com 2013 tem-se R\$ 10,094 bilhões, com recursos do OGU (R\$ 9,448 bilhões) e financiamento (R\$ 0,646 bilhões). Estes empreendimentos, considerando as contrapartidas dos entes federados, alcançam R\$ 10,742 bilhões contratados.

De forma complementar informa-se que foi empenhado o valor de R\$ 1,031 bilhões (sem tarifa CAIXA) e efetuou-se o pagamento de R\$ 67,684 milhões de serviços medidos, de recursos do OGU do exercício, em 2015, referentes aos empreendimentos que compõem este Objetivo e R\$ 384,180 milhões de pagamentos de recursos do OGU de empenhos dos anos anteriores (Restos a Pagar) referentes a empreendimentos desta carteira.

Os recursos empenhados em 2015 referem-se a 74 empreendimentos apresentados a seguir em porcentagem por regiões brasileiras: Nordeste: R\$ 131.244.262,00 (13%); Sudeste: R\$ 839.120.139,96 (81%); Norte: R\$ 19.266.300,49 (2%); Sul: R\$ 9.825.665,65 (1%) e Centro-Oeste: R\$ 31.937.819,31 (3%).

O PAC Mobilidade Médias Cidades teve concluída a fase de seleção em março de 2013, quando foram selecionadas 62 propostas (63 empreendimentos) beneficiando 59 municípios.

Até 31/12/2015, 42 (quarenta e dois) contratos de financiamento do PAC Mobilidade Médias Cidades foram assinados no valor de R\$ 5,318 bilhões de empréstimo, que, somado às contrapartidas dos tomadores, atinge R\$ 6,621 bilhões de valor de investimento.

Ressalta-se que, de uma forma geral, o alcance das metas está relacionado diretamente ao desempenho dos entes federados neste processo de contratação.

Sistemas viários mais complexos, como o metroviário, para serem implantados necessitam de arranjos e de parcerias, envolvendo diversas fontes de recursos, aliado ao fato de que o proponente, tomador dos recursos, é também gestor da operação dos sistemas, que envolvem obras de engenharia, cujo prazo de execução, em muitos casos, é superior a 36 (trinta e seis) meses.

Uma das novidades destes empreendimentos do PAC na área de mobilidade urbana é o interesse de alguns proponentes em utilizarem Parcerias Público Privadas - PPPs nas suas licitações e contratações, incluindo recursos da União na fase preliminar, cuja forma de implementação requer mecanismos novos de execução e controle.

Esses empreendimentos de mobilidade urbana visam a melhoria do transporte público coletivo urbano e intermunicipal/interestadual de caráter urbano, com consequente melhoria da qualidade de vida da população diretamente beneficiada por estes investimentos, conforme preconiza a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Os cinco sistemas operados pela CBTU transportaram 179,89 milhões de passageiros em 2015 uma média mensal de 14,99 milhões de passageiros, o que significou uma redução de 0,31% em comparação ao resultado no ano anterior. A média mensal de 593,33 mil passageiros por dia útil ficou 0,51% inferior do que a média apurada em 2014. Com relação à TRENURB, o trem metropolitano de passageiros e o sistema aeromóvel transportaram 57.554.522 passageiros até 31/12/2015, com uma média dia útil de 189.924 passageiros.

3.3.1.1.1 Meta: Investir R\$22,4 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população superior a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível

Especificamente nesta meta, de forma cumulativa, considerando 2012, 2013, 2014 e 2015 atinge-se, até 31 de dezembro de 2015, 28 (vinte e oito) termos de compromisso assinados com recursos do OGU do PAC Mobilidade Grandes Cidades perfazendo em valores de repasse R\$ 5,621 bilhões e 17 contratos de financiamento com recursos do FGTS, pactuados no Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ- TRANSPORTE e com recursos do BNDES, no valor de empréstimo de R\$ 5,659 bilhões (R\$ 0,389 bilhão em 2015).

Assim, no cômputo geral, no PAC Mobilidade Grandes Cidades tem-se R\$ 11,281, sendo R\$ 0,389 bilhões contratados em 2015, recursos de financiamento, e, incluindo as demais

contratações do Pacto pela Mobilidade, neste ano, em cidades com população superior a 700 mil habitantes, acresce R\$ 0,148 bilhões de valor de financiamento contratado, perfazendo R\$ 11,428 bilhões.

O valor das contratações, incluindo OGU e FIN, FGTS, BNDES, PAC Mobilidade Grandes Cidades, Pacto pela Mobilidade, (incluindo Extra Pauta), somando 2012, 2013, 2014 e 2015, é de R\$ 21,232 bilhões, em valores de empréstimo e repasse e, em valores de investimento, R\$ 25,395 bilhões, incluindo as contrapartidas dos entes federados, sendo R\$ 20,585 relativos a municípios com população superior a 700 mil habitantes, abrangendo os seguintes destaques:

PAC MOBILIDADE GRANDES CIDADES E PACTO PELA MOBILIDADE (INCLUI EXTRA PAUTA):

Elaboração de projetos de:

- Corredores e BRTs em Campo Grande, Campinas, Belém, Recife, Teresina, João Pessoa, Natal;
- VLT em Maceió;
- Metrô em Belo Horizonte;
- Trem Urbano em Teresina.

Entre as obras contratadas com recursos do OGU tem-se:

- Metrô em Fortaleza, Salvador e Brasília;
- BRT em Fortaleza, Salvador, Recife, Goiânia e Campinas;
- Corredor de ônibus em Manaus, São Bernardo do Campo, São Paulo, Guarulhos, Recife, João Pessoa e Brasília;
- Transporte fluvial em Recife;
- VLT no Rio de Janeiro;
- Qualificação de vias em Teresina, Belém.

Por outro lado, os contratos de financiamento assinados são de:

- BRT em Brasília, Goiânia e Campinas;
- BRT e Corredor em Belém;
- BRT Transbrasil Rio de Janeiro;
- Metrô em Fortaleza e Salvador;
- Corredores em Belo Horizonte, Manaus Teresina, João Pessoa, Guarulhos, São Bernardo do Campo, Brasília e Campo Grande.

PACTO PELA MOBILIDADE:

Para elaboração de estudos e projetos: Teresina, São Gonçalo, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul.

Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica – EVTE : Teresina, Duque de Caxias, Campinas e Corredores e terminais em São Paulo.

Entre obras contratadas pelo Pacto pela Mobilidade (recursos do OGU) tem-se:

- Metrô e BRT em Curitiba;
- Corredores de ônibus em São Paulo, Goiânia, Teresina e Curitiba;
- VLT e Centro de Controle Operacional em Teresina.

Os demais proponentes devem efetuar a entrega da documentação técnica institucional e jurídica à Mandatária da União, Caixa Econômica Federal – CAIXA para assinatura dos Termos de Compromisso com recursos do OGU e aos Agentes Financeiros visando efetivar as contratações das operações de crédito dos empreendimentos selecionados.

À medida que estão sendo habilitados passam a assinar os termos de compromisso e os contratos de financiamento possibilitando o início das obras de infraestrutura de mobilidade urbana selecionadas.

No preenchimento da meta foram consideradas as contratações formalizadas, com valores de repasse e de empréstimo.

Conforme apresentado a meta de investir R\$ 22,4 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população superior a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível atingiu 91,8% de execução.

Quantidade alcançada: R\$ 20,58 Bilhões

Data de Referência: 31/12/2015

3.3.1.1.1.2 Meta: Investir R\$ 7 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população entre 250 a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível

A realização desta meta está vinculada ao PAC Mobilidade Médias Cidades que se refere a empreendimentos de sistemas de mobilidade urbana selecionados para cidades entre 250 e 700 mil habitantes, exclusivamente com recursos de financiamento, do PRÓ-TRANSPORTE (FGTS) e de outras fontes de financiamento, como financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor total selecionado de R\$ 7,195 bilhões. O resultado da seleção foi publicado em 5 de março de 2013.

Ao todo, em 2013, foram formalizados 9 contratos de financiamento com os municípios de Feira de Santana/BA, Rio Branco/AC, Contagem/MG, Niterói/RJ, Mogi da Cruzes/SP, Caxias do Sul/RS diretamente e com tomador o Governo do Estado, beneficiando os municípios de: Aracaju/SE, São Vicente/SP, Santos/SP, Carapicuíba/SP, Jandira/SP, Barueri/SP e Osasco/SP.

Nesta mesma linha, em 2014, outros 33 novos contratos de financiamento foram assinados beneficiando os municípios de Aparecida de Goiânia/GO, Anápolis/GO, Vitória da Conquista/BA, Aracaju/SE, Boa Vista/RR, Uberaba/MG, Uberlândia/MG, Juiz de Fora/MG, Campos dos Goytacazes/RJ, Petrópolis/RJ, Volta Redonda/RJ, Jundiaí/SP, Piracicaba/SP, Ribeirão Preto/SP, São José dos Campos/SP, Sorocaba/SP, São José do Rio Preto/SP, Praia Grande/SP, Santos/SP, Foz do Iguaçu/PR, Londrina/PR, Maringá/PR, Canoas/RS, Pelotas/RS, Blumenau/SC, Joinville/SC, Florianópolis/SC, Caucaia/CE, Petrolina/PE e Mossoró/RN.

Trata-se de propostas para implantação, reestruturação e ampliação de corredores de ônibus, implantação de BRT e VLT, bem como terminais de integração e ciclovias articuladas a sistemas estruturantes de transporte público coletivo, os quais buscam potencializar a fluidez da mobilidade urbana nas cidades brasileiras de porte médio, corrigindo, minimizando ou prevenindo os problemas de circulação, a partir da priorização dos investimentos nos sistemas de transporte público coletivo.

No final de 2015 tem-se contratadas no PAC Mobilidade Médias Cidades 74% das propostas selecionadas, as quais perfazem R\$ 5,318 bilhões em valores de financiamento, sendo R\$ 1,406 bilhão em 2013 e R\$ 3,799 bilhões, em 2014 e R\$ 0,113 bilhão em 2015. Incluindo as contrapartidas, os contratos firmados totalizam R\$ 6,621 bilhões em investimentos em sistemas de transporte público coletivo para atender demandas estruturantes nas cidades médias do país.

As demais propostas selecionadas estão em processo de validação e habilitação e verificação das condições de endividamento dos proponentes para a assinatura dos contratos de financiamento.

Para cômputo da meta foram acrescentadas as contratações de financiamentos e de OGU de municípios com população menor que 700 mil habitantes do Pacto pela Mobilidade (incluindo Extra-Pauta), OGU e FIN, no número de onze empreendimentos, no valor de R\$ 0,789 bilhão, sendo R\$ 0,652 bilhão em 2014 (três empreendimentos) e R\$ 0,137 bilhão assinados em 2015 (3 empreendimentos).

Assim, no cumprimento desta meta, para as cidades com população inferior a 700 mil habitantes, foram contratados, até 31 de dezembro de 2015, o total de R\$ 6,107 bilhões considerando os totais de FIN do PAC Mobilidade Médias Cidades, Pró-Transporte e um contrato do BNDES e de OGU e FIN do Pacto pela Mobilidade e outras seleções pontuais (Extra Pauta) nas cidades com população inferior a 700 mil habitantes, atingindo 87,24% de execução com relação aos R\$ 7 bilhões previstos na meta.

A meta está sendo apurada considerando os valores de empréstimo das contratações formalizadas até 31/12/2015.

Em função de redução de valores contratados houve ligeiro decréscimo no atingimento da meta com relação à 2014, que foi de 6,17 bilhões.

Quantidade alcançada: 6,10 R\$ Bilhões

Data de Referência: 31/12/2015

3.3.1.2 Objetivo 0577

Com relação aos empreendimentos da COPA, tem-se uma avaliação qualitativa descrita na análise situacional a seguir.

Quadro 02 - Objetivo 0577 - Dotar as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 de sistemas de mobilidade urbana que conectem os polos geradores de viagens do evento, com ênfase no legado e na integração entre aeroportos, estádios, áreas centrais e de hotelaria.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Dotar as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 de sistemas de mobilidade urbana que conectem os polos geradores de viagens do evento, com ênfase no legado e na integração entre aeroportos, estádios, áreas centrais e de hotelaria		
Código	0577	Órgão	56000 - Ministério das Cidades
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito	Código	2048
METAS QUALITATIVAS			
Sequencial	Descrição da Meta		
3	Implantar e requalificar sistemas de mobilidade urbana pactuados na Matriz de Responsabilidade		

3.3.1.2.1 Análise Situacional do Objetivo 0577

Os grandes eventos esportivos são reconhecidamente uma oportunidade para catalisar planos de investimentos que tenham por objetivo melhorar a infraestrutura e as condições de vida da sociedade. A Copa do Mundo é, portanto, mais do que organizar jogos de futebol. O país acolheu essa tarefa compreendendo seu caráter estratégico para consolidar uma perspectiva de crescimento econômico de longo prazo. Além do investimento em infraestrutura, os grandes eventos esportivos fortalecem a imagem do país no cenário externo.

ESTRUTURAS DE GESTÃO

Pela complexidade do evento e, em especial, com o objetivo de garantir a formação de um legado alinhado aos interesses estratégicos do país a partir da realização da Copa, foi criada uma estrutura de governança para articulação entre os entes federados, órgãos públicos e parceiros privados envolvidos e com o “Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA 2014” (COL). O objetivo da estrutura de governança é definir, desde o primeiro momento, o planejamento das ações, a função e as responsabilidades de cada ator envolvido, bem como os fluxos de informações, monitoramento de resultados e implementação de ações preventivas e corretivas. No âmbito do Governo Federal o Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014 – CGCOPA foi o responsável por definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Vinculado ao CGCOPA o Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 – CGCOPA teve o objetivo de coordenar e consolidar as ações, estabelecer metas e monitorar os resultados de implementação e execução do Plano Estratégico para Copa 2014.

MATRIZ DE RESPONSABILIDADES

Um dos principais desafios da organização da Copa no Brasil foi o de coordenar os esforços entre os diferentes entes federativos, preservando a autonomia e a atribuição de cada um e garantindo, ao mesmo tempo, o cumprimento de um único projeto. Assim como o Governo Federal assumiu garantias perante a FIFA, as cidades-sede também assumiram responsabilidades e celebraram compromissos sobre temas específicos, especialmente em relação à mobilidade urbana. Neste contexto foi criado um instrumento de planejamento e pactuação: a Matriz de Responsabilidades. Este protocolo de cooperação federativa assinado entre União, Estados, Municípios e o Distrito Federal definiu as responsabilidades de cada um dos entes no que se refere às fontes de recursos e execução dos projetos considerados essenciais para a realização da Copa, além de permitir a transparência das ações governamentais. As ações previstas foram descritas em anexos temáticos à Matriz de Responsabilidades, discriminando os investimentos, etapas, prazos e responsáveis para cada uma. Tais anexos foram dinâmicos, isto é, comportaram alterações e adições de projetos. Em janeiro de 2010, o Governo Federal, Governadores e Prefeitos das cidades-sede da Copa assinaram a Matriz de Responsabilidades e os anexos relativos à mobilidade urbana.

MONITORAMENTO DOS PROJETOS

A partir da definição dos projetos e da assinatura dos anexos da Matriz de Responsabilidades, iniciou-se a fase de monitoramento das etapas dos projetos.

Com base nas informações fornecidas pelos responsáveis pelos projetos, foram realizados ciclos de monitoramento dos compromissos assumidos na Matriz de Responsabilidades sob método similar ao adotado pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e conduzidos pelo GECOPA, com envolvimento das cidades-sede, órgãos de financiamento e outros agentes. Nesses ciclos de monitoramento, as informações recebidas foram analisadas e, caso identificados pontos de atenção, foram definidas ações preventivas e/ou corretivas. O processo de monitoramento dos projetos prevê atuação local e realização de análise crítica da evolução dos empreendimentos.

MOBILIDADE URBANA

Os projetos de mobilidade urbana para as cidades-sede da Copa foram apresentados pelas Prefeituras e Governos Estaduais ao Governo Federal em setembro de 2009. Os projetos foram priorizados para receber financiamento federal, por meio do Programa Pró-Transporte com recursos

do FGTS e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, com exceção do Corredor Transcarioca da cidade do Rio de Janeiro, com financiamento do BNDES, considerando as seguintes diretrizes:

- Ligação entre aeroporto, porto, área hoteleira, terminal rodoviário e o estádio definido para a Copa;
- Legado para a sociedade;
- Sistema de transporte coletivo urbano;
- Projeto básico e executivo existentes;
- Conclusão até o período da Copa 2014.

O Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana – Pró-Transporte atua no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e da Política Setorial de Transporte e Mobilidade Urbana, e tem por finalidade propiciar o aumento da mobilidade urbana, da acessibilidade, dos transportes coletivos urbanos e da eficiência dos prestadores de serviços, de maneira a garantir o retorno dos financiamentos concedidos ao setor público e privado e conferir maior alcance social às aplicações do FGTS. O Pró-Transporte tem 48 meses de prazo de carência e prazo máximo de amortização de até 20 anos, exceto para o sistema de transporte sobre trilhos cujo prazo é de até 30 anos. A taxa de juros nominal é de 6% ao ano, com exceção para o transporte sobre trilhos, que tem taxa de juros nominal de 5,5% ao ano. Os principais projetos de mobilidade envolvem à implantação de corredores exclusivos para transporte coletivo, *Bus Rapid Transit* – BRT, Veículo Leve sobre Trilhos - VLT, implantação e readequação de vias, estações, terminais e sistemas de monitoramento de controle de tráfego. O BRT prevê vias segregadas para ônibus, embarque pré- pago e estações fechadas. O Corredor consiste em faixas de rolamento preferenciais e exclusivas para ônibus. O VLT é baseado em veículos sobre trilhos na superfície, que possibilita uma convivência harmoniosa em meio urbano.

REALIZAÇÕES DO PERÍODO

No âmbito do Ministério das Cidades foi dada continuidade ao monitoramento dos empreendimentos de mobilidade urbana vinculadas à realização da Copa do Mundo FIFA 2014, inclusive daqueles que não foram concluídos para o evento, visto atendimento da população em geral, usuária do transporte público.

Após a última atualização da Matriz de Responsabilidades, autorizada pela Resolução GECOPA nº 25, de novembro de 2013, permaneceram no âmbito da Copa 32 empreendimentos associados à realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Todos esses empreendimentos tiveram contratos de financiamento assinados. Um contrato, de Natal foi distratado, passando a 31 contratos vigentes. Treze obras de mobilidade urbana encontram-se concluídas até o final de 2015, incluindo a obra do BNDES no Rio de Janeiro, e outras três encontram-se com percentual de execução superior a 90%. As obras de mobilidade urbana somam um total de R\$ 7,7 bilhões de investimento, sendo R\$ 4,3 bilhões em financiamento. Em 31/12/2015, os desembolsos dos financiamentos atingiram o valor de R\$ 3,5 bilhões. Foi viabilizada a continuidade das obras de infraestrutura de transporte e de mobilidade urbana, apesar de excluídas da Matriz de Responsabilidade, permanecendo em andamento, porém, com conclusão em período posterior ao prazo de início da Copa, mantendo o legado e o benefício à população.

FATORES QUE CONTRIBUÍRAM E QUE DIFICULTARAM A EXECUÇÃO DO OBJETIVO

Um dos fatores que dificultaram a execução do objetivo foi o reduzido grau de detalhamento dos projetos apresentados pelos entes federados ao Governo Federal. À medida que foram gradualmente maturados surgiram dificuldades tais como: readequação de projetos (devido grande

número de desapropriação/reassentamento e alteração de traçado), cumprimento das pendências para o desembolso (apresentação de projeto adequado, planilhas orçamentárias, obtenção de licença de instalação, titularidade do terreno), mudança de mandato na prefeitura e a própria característica das intervenções, realizadas nos grandes centros urbanos exigindo grandes desvios de fluxos de veículos nas principais vias das cidades e desapropriações. Isso culminou em várias alterações da Matriz de Responsabilidades em virtude de ajustes nas obras, união ou divisão de projetos, exclusão de empreendimentos, alteração de valores de investimentos, exigindo mais tempo na repactuação dos entes envolvidos e reprogramação das atividades a serem executadas.

Por outro lado, entre os fatores que contribuíram para o processo está a Lei nº 12.462, de 05 de agosto de 2011, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), possibilitando novas modalidades de contratações e agilidade nos processos licitatórios, e a Medida Provisória 496/2010 (Lei 12.348, de 15 de dezembro de 2010), que excepcionalizou o limite de endividamento de municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Considerando que a maioria dos empreendimentos de mobilidade urbana vinculados à Matriz de Responsabilidades, apesar da evolução das obras, tiveram seus prazos de conclusão postergados para o pós-Copa, e considerando que as metas parciais atingidas atenderam ao evento e as etapas ainda não concluídas não impactaram negativamente nos sistemas de trânsito e transportes das cidades-sede durante o evento, os trabalhos subsequentes serão realizados com enfoque à continuidade e finalização das obras de mobilidade urbana priorizando a implantação e melhoria dos sistemas de transporte público coletivo nos deslocamentos diários da população para que esses empreendimentos se constituam em importante legado para a sociedade e para o desenvolvimento urbano das cidades-sede.

3.3.1.2.1.1 Meta: Implantar e requalificar sistemas de mobilidade urbana pactuados na Matriz de Responsabilidade

Em virtude das revisões da Matriz de Responsabilidades alguns empreendimentos foram desvinculados do evento esportivo.

Atualmente 32 empreendimentos de mobilidade urbana permanecem associados à realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Trinta e um destes empreendimentos foram considerados até 31/12/2015, visto um contrato de Natal ter sido distratado.

Essas obras de mobilidade urbana vinculadas à Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo FIFA 2014 utilizam exclusivamente recursos de financiamento e têm como objetivo melhorar a mobilidade nas cidades que sediarão o evento, beneficiando a população, que usufruirá permanentemente dos novos sistemas de transporte coletivos, sistemas viários e equipamentos.

Desde 2013, as obras que saíram da Matriz de Responsabilidades passaram a integrar formalmente o rol de empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em junho de 2013, foi concluída a primeira obra de mobilidade na cidade de Belo Horizonte (MG) – empreendimento denominado Boulevard Arrudas / Tereza Cristina – que requalificou o espaço viário com obras estruturais, viárias e urbanísticas. A cobertura do rio, com estrutura em concreto armado, além do viaduto de transposição da linha férrea, possibilitou a implantação de um sistema viário que melhorou a mobilidade urbana de maneira geral e facilitou a integração do oeste da Região Metropolitana ao Centro. Em Belo Horizonte, até o final de 2015 foram concluídos mais cinco empreendimentos (Corredor Pedro II e Obras Complementares nos BRTs Antonio Carlos/Pedro I e Cristiano Machado, BRT Área Central, Expansão da Central de Controle de Trânsito, Via 210 - Ligação Via Minério/Tereza Cristina e BRT Cristiano Machado) e uma obra finalizou o período com 92% de execução - BRT Antônio Carlos / Pedro I.

Em Brasília (DF), a obra de ampliação do acesso ao aeroporto foi entregue em maio de 2014.

Em Cuiabá (MT), o corredor Mário Andreazza finalizou o período com 100% de execução física e o VLT Cuiabá/Várzea Grande com 73%, incluindo o material rodante adquirido.

Na cidade de Curitiba (PR), estão sendo implementados sete empreendimentos, entre eles um corredor ligando o aeroporto à Rodoferroviária, a modernização do sistema de controle e monitoramento de tráfego, o BRT, a requalificação do Terminal Santa Cândida, Rodoferroviária e do Corredor Marechal Floriano e as obras nas Vias de Integração Radial Metropolitanas, para facilitar o acesso ao centro da cidade. Desses, destaque à requalificação da Rodoferroviária e a implantação do BRT – Linha Verde, ambos com 100% de execução física.

Em Fortaleza (CE), o empreendimento BRT Av. Alberto Craveiro, que liga o Eixo Via Expressa/Raul Barbosa ao estádio, ultrapassou 75% de execução. Também em Fortaleza, a implantação do BRT Av. Paulino Rocha ultrapassou os 70% e o VLT Parangaba/Mucuripe e duas novas estações do Metrô ultrapassam 50% de execução.

No Rio de Janeiro (RJ), o BRT TransCarioca está com 100% de execução. A obra foi inaugurada em 1º de junho de 2014 e já está em operação. O empreendimento interliga bairros do subúrbio carioca, desde a Barra da Tijuca até o aeroporto Internacional Tom Jobim, na Ilha do Governador, passando por Barra da Tijuca, Curicica, Ilha do Governador, Taquara, Tanque, Praça Seca, Campinho, Madureira, Vaz Lobo, Vicente de Carvalho, Vila da Penha, Penha, Olaria e Ramos. Este é o primeiro corredor de alta capacidade a cortar transversalmente a cidade.

Em Recife (PE), o Corredor Via Mangue foi concluído, assim como o Terminal Integrado Cosme e Damião. Os outros três empreendimentos previstos estão com execução superior a 80%, dos quais dois BRTs e um corredor.

Em Natal (RN), o Corredor Estruturante – Zona Norte / Estádio Arena das Dunas tem 75,68% de execução. O acesso ao novo aeroporto de São Gonçalo do Amarante superou os 30% de execução e uma obra de implantação de via teve o contrato distratado.

As obras de mobilidade urbana somavam um total de R\$ 7,7 bilhões de investimento, sendo 4,3 bilhões em financiamento, e estão em sua maioria em obras.

Valores de investimentos conforme as atualizações contratuais efetivadas pela CAIXA: Belo Horizonte: 7 empreendimentos - Valor de Investimento: 1,4134 bilhões; Brasília: 1 empreendimento - Valor de Investimento: 54,22 milhões; Cuiabá: 2 empreendimentos - Valor de Investimento: 1,63052 bilhões; Curitiba: 7 empreendimentos - Valor de Investimento: 506,82 milhões; Fortaleza: 6 empreendimentos - Valor de Investimento: 664,14 milhões; Natal: 2 empreendimentos - Valor de Investimento: 443,9- milhões; Recife: 5 empreendimentos - Valor de Investimento: 859,0 milhões e Rio de Janeiro: 1 empreendimento - Valor de Investimento: 1,9696 bilhões.

Em 31/12/15, os desembolsos dos financiamentos atingiram o valor de R\$ 3,584 bilhões, correspondente a 81% do total financiado.

Obs: A quantificação das metas preenchidas considera os contratos de financiamento assinados que se mantiveram vinculados à Copa e não foram cancelados.

Quantidade alcançada: 31

Data de Referência: 31/12/2015

3.3.1.3 Objetivo 0578

O Quadro a seguir apresenta os objetivos e as metas relativos à pavimentação e qualificação de vias urbanas.

Quadro 03 - Objetivo 0578 - Pavimentar e qualificar vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Pavimentar e qualificar vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente					
Código	0578	Órgão	56000 - Ministério das Cidades			
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito			Código	2048	
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
4	Pavimentar e qualificar 5.000 km de vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente	quilômetro	5.000,00	805,7	2.084,70	41,7%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
4.1	Municípios de RMs prioritárias ou com mais de 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou com mais de 100 mil habitantes (S e SE)	quilômetro	4.000,00	266,37	978,37	24%
4.2	Municípios com população entre 50 mil e 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou entre 50 mil e 100 mil habitantes (S e SE)	quilômetro	500,00	73,25	355,25	71%
4.3	Municípios com população menor que 50 mil habitantes	quilômetro	500,00	466,08	751,08	150%

3.3.1.3.1 Análise Situacional do Objetivo 0578

O Governo Federal, desde 2010, vem alocando recursos para pavimentação e qualificação de vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente. O objetivo é proporcionar à população local beneficiada um ambiente urbano dotado de infraestrutura completa de via e de saneamento, por meio da implantação de pavimentação nova em vias existentes, sistema de drenagem de águas pluviais, redes de água e esgoto, calçadas, sistemas cicloviários, medidas de moderação de tráfego, elementos que promovam a acessibilidade universal e sinalização viária.

Espera-se, assim, melhorar as condições de salubridade e segurança viária local, sobretudo nos deslocamentos a pé e por bicicleta, além de melhorar o acesso dos moradores às vias por onde trafegam as linhas de ônibus que atendem à região beneficiada.

Assim, ao encontro da implementação desta política, foram lançadas três etapas do PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas. A 1ª etapa selecionou 387 propostas perfazendo um montante de R\$ 2,4 bilhões em valores de financiamento, sem incluir as contrapartidas dos entes federados, a 2ª etapa selecionou 488 propostas com valor total de R\$ 8,2 bilhões de financiamento e a 3ª etapa alocou recursos da ordem de R\$ 3 bilhões para 1.222 propostas.

Essas seleções tiveram abrangência nacional beneficiando todas 27 unidades federativas, sendo 26 estados e o Distrito Federal, e 1.509 municípios brasileiros com valor total de R\$ 13,6 bilhões. Os recursos foram distribuídos da seguinte forma no país: 16% na Região Centro Oeste, 22% na Região Nordeste, 11% na Região Norte, 30% na Região Sudeste, 20% na Região Sul.

RESULTADOS

A 1ª etapa possui, no final de 31/12/2015, 172 empreendimentos de financiamento, assinados no Pró-Transporte, no valor de financiamento de R\$ 1,33 bilhão, aproximadamente 55% do volume de recursos alocados. Foram desembolsados R\$ 888,28 milhões. A base destas informações é o Agente Operador do FGTS, excluindo as canceladas e distratadas.

A 2ª etapa tem contratadas, até 31/12/2015, 294 operações de crédito, totalizando em valor de empréstimo R\$ 5,69 bilhões, aproximadamente 69% dos recursos selecionados. Foram desembolsados R\$ 1,067 bilhão. Informações do Agente Operador do FGTS, excluindo as canceladas e distratadas.

Na 3ª etapa foram contratadas 77 operações de crédito, totalizando em valor de empréstimo R\$ 296,20 milhões, aproximadamente 10 % do volume de recursos alocados.

Como resultado da 1ª, 2ª e 3ª etapa, até 31/12/2015, foram executados 2.084,70 km de vias pavimentadas. Na discriminação das metas é apresentado de forma detalhada este quantitativo.

FATORES QUE DIFICULTARAM A EXECUÇÃO DO OBJETIVO

Os recursos alocados para o PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas são de financiamento, desta forma a falta de capacidade de endividamento dos municípios brasileiros prejudica a contratação das propostas selecionadas. Outro fator que dificulta a execução do objetivo é o fato desta ação ser implementada de forma delegada, através dos estados e municípios, nem sempre com estruturas técnicas suficientes para fazer frente às tarefas de elaboração dos projetos, obtenção de licenças, licitação das obras e serviços, aporte de contrapartidas e gestão da execução das intervenções. As reduções de autorizações e carências de novas autorizações para contratação de operações de crédito pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) também configuram dificuldade.

3.3.1.3.1.1 Meta: Pavimentar e qualificar 5.000 km de vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente

As operações de crédito referentes ao PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, na sua 1ª Etapa, totalizam 172 contratos de financiamento assinados no Pró-Transporte, no valor de empréstimo de R\$ 1,33 bilhão, conforme já apresentado.

Este R\$ 1,33 bilhão da 1ª etapa está distribuído da seguinte forma no país: 11 % na Região Centro Oeste, 15,6 % na Região Nordeste, 21,7 % na Região Norte, 26,1 % na Região Sudeste, 25,6 % na Região Sul. Setenta contratos foram concluídos até 31/12/2015.

Na 2ª etapa do PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas foram totalizados R\$ 5,69 bilhões de valor de financiamento, com 294 contratos assinados no Pró-Transporte, até 31/12/2015. Sete contratos foram concluídos até 31/12/2015.

As operações de crédito referentes ao PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, 3ª Etapa, totalizam 77 contratos de financiamento assinados no Pró-Transporte, no valor de financiamento de R\$ 296,20 milhões e valor de investimento de R\$ 340 milhões, incluindo as contrapartidas dos entes federados, até 31/12/2015.

Como resultado efetivo, considerando todas as etapas, até 31/12/2015 na quantificação da meta tem-se 2.084,70 Km de vias pavimentadas representando 41,7 % da meta total que foram executadas com os citados recursos de financiamento do Pró-Transporte (FGTS) neste eixo do PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas (quantitativo total dos três grupos de municípios).

A distribuição deste quantitativo deu-se da seguinte forma: no Grupo 1 tem-se 978,37 km de vias pavimentadas executadas; no Grupo 2 foram executados 355,25 km e no Grupo 3 foram executados 751,08 km. Os recortes populacionais foram definidos da seguinte maneira: Grupo 1 - municípios sedes de regiões metropolitanas, capitais, municípios acima de 70 mil habitantes localizados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e acima de 100 mil habitantes localizados no Sul e Sudeste; Grupo 2 - municípios entre 50 mil e 70 mil habitantes localizados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e entre 50 mil e 100 mil habitantes no Sul e Sudeste; Grupo 3 - municípios abaixo de 50 mil habitantes.

Quantidade alcançada: 2.084,7 quilômetros

Data de Referência: 31/12/2015

3.3.1.4 Objetivo 0580

O Objetivo está apresentado no Quadro a seguir, onde estão identificadas as suas metas.

Quadro 04 - Objetivo 0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal					
Código	0580	Órgão	56000 - Ministério das Cidades			
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito			Código	2048	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
5	Implementação de infraestrutura de transporte não motorizado: 2.000 Km de infraestrutura cicloviária	quilômetro	2.000,00	24,52	60,37	3%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)

6	Implementação de infraestrutura de transporte não motorizado: 8.000 Km de calçadas	quilômetro	8.000,00	1.048,86	2.382,86	30%
Sequencial	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
6.1	Municípios de RMs prioritárias ou com mais de 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou com mais de 100 mil habitantes (S e SE)	quilômetro	6.400,00	496,03	1.226,03	19%
6.2	Municípios com população entre 50 mil e 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou entre 50 mil e 100 mil habitantes (S e SE)	quilômetro	800,00	72,9	378,90	47%
6.3	Municípios com população menor que 50 mil habitantes	quilômetro	800,00	479,93	777,93	97%

3.3.1.4.1 Análise Situacional do Objetivo 0580

Este objetivo agrega realizações de acessibilidade universal nos sistemas de transporte coletivo operados pelo Governo Federal (CBTU e TRENURB). Tem-se apoiado a infraestrutura de transporte não motorizado por meio de ações inseridas no PAC conjuntamente com a implantação de infraestrutura de transporte público coletivo urbano e infraestrutura viária.

Todos os segmentos em desenvolvimento de implantação de sistemas de transporte e de mobilidade urbana estão sendo executados com as premissas de acessibilidade universal.

As informações da CBTU e da TRENURB são apresentadas em Relatório de Gestão das respectivas empresas.

REALIZAÇÕES EM 2015

Os investimentos do Governo Federal em mobilidade urbana priorizam a implantação de sistemas de média e alta capacidade, que são os modos de transporte que exigem maior aporte de recursos e que, portanto, os Estados e Municípios necessitam de parceria com a União para lograrem avanços. No entanto, diante da grande demanda, o Ministério das Cidades tem apoiado a infraestrutura de transporte não motorizado (bicicleta e pedestres) por meio de ações inseridas no PAC conjuntamente com a implantação de infraestrutura de transporte público coletivo urbano e infraestrutura viária. Neste sentido tem-se construções de calçadas associadas às pavimentações que estão sendo executadas no PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas e de ciclovias ao longo de eixos de transporte coletivo, como metrô e BRTs.

Este fato positivo de associação pode ser confirmado na possibilidade de financiar infraestrutura cicloviária no PAC Mobilidade Grandes Cidades, Mobilidade Médias Cidades e Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas. Estas estimativas estão demonstradas nas metas específicas.

Registra-se que nos empreendimentos selecionados no Pacto pela Mobilidade estão previstos investimentos em transporte não motorizado de aproximadamente 650 km de ciclovias ou ciclofaixas e 1.000 km de calçadas nas seguintes cidades: Brasília, Goiânia, Curitiba, Porto Alegre, Belém, Belo Horizonte, Fortaleza, Maceió, João Pessoa, São Luís, Recife, São Paulo, Osasco, Diadema, Rio Grande da Serra, São Bernardo, Santo André, Santos e São Vicente.

Essas implantações de sistemas não motorizados contribuem diretamente com a mitigação das mudanças do clima, pois as transferências modais ocorridas farão com que migrem usuários de outros modos de transporte motorizados para não motorizado, que não emite gases de efeito local e estufa.

Até 31 de dezembro de 2015 foram executadas 2.382,86 km de calçadas e 60,37 km de ciclovias.

3.3.1.4.1.1 Meta: Implementação de infraestrutura de transporte não motorizado: 2.000 km de infraestrutura cicloviária

O Ministério das Cidades tem apoiado a infraestrutura de transporte não motorizado por meio de ações inseridas no PAC conjuntamente com a implantação de infraestrutura de transporte público coletivo urbano e infraestrutura viária.

Neste sentido, tem-se, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Mobilidade Grandes Cidades, estimativa de investimentos em infraestrutura cicloviária conforme dados a seguir apresentados:

<u>Proponente – Item de Investimento</u>	<u>Valor Previsto (R\$)</u>
Governo de Estado da Bahia - ciclovia e bicicletários	R\$ 5.331.388,00
Governo do Estado do Rio Grande do Sul - ciclotrilha	R\$ 907.051,41
Prefeitura de Fortaleza/CE - ciclovia	R\$ 1.272.693,93
Prefeitura de São Luís/MA - ciclovia	R\$ 1.038.786,80
Prefeitura de Campo Grande/MS - ciclovia e bicicletários	R\$ 9.796.200,00
Prefeitura de Recife/PE - bicicletários	R\$ 800.000,00
Prefeitura de Teresina/PI - bicicletários	R\$ 316.800,00
Prefeitura de João Pessoa/PB - ciclovia/faixa, paraciclos e bicicletários	R\$ 8.043.328,19
Prefeitura do Rio de Janeiro/RJ - bicicletários	R\$ 50.000,00
Prefeitura de Nova Iguaçu/RJ - bicicletários	R\$ 27.072,00
TOTAL:	R\$ 27.583.320,33

Fonte: Quadros de Composição do Investimento (QCI) apresentados pelos proponentes.

Em 2015, como incentivo ao transporte não motorizado foi desenvolvida e editada 300 mil cartilhas ao ciclista com orientações sobre o transporte por bicicleta, com recursos da Caixa Econômica Federal e outros parceiros.

A Cartilha do Ciclista reúne informações sobre legislação, sinalização, diferentes vias que compõem a rede cicloviária e regras de circulação e segurança, com o objetivo de esclarecer e

conscientizar ciclistas, condutores de veículos motorizados e pedestres sobre como manter convivência pacífica e harmônica entre os diversos modais no trânsito brasileiro.

Por outro lado, levantamento feito nas propostas selecionadas no PAC Mobilidade Médias Cidades, indica a previsão de implantação de 704 km de ciclofaixas e/ou ciclovias, integradas aos projetos de transporte público.

O PAC Mobilidade Médias Cidades refere-se a projetos de sistemas de mobilidade urbana para cidades entre 250 a 700 mil habitantes, exclusivamente com recursos de financiamento, do PRÓ-TRANSPORTE e de outras fontes de financiamento.

No PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas também possibilitou a inclusão de ciclovias/ciclofaixas a partir da 2ª etapa.

Nesta meta deve-se registrar que nos empreendimentos selecionados no Pacto pela Mobilidade estão previstos investimentos em transporte não motorizado de aproximadamente 650 km de ciclovias ou ciclofaixas nas seguintes cidades: Brasília, Goiânia, Curitiba, Porto Alegre, Belém, Belo Horizonte, Fortaleza, Maceió, João Pessoa, São Luís, Recife, São Paulo, Osasco, Diadema, Rio Grande da Serra, São Bernardo, Santo André, Santos e São Vicente.

RESULTADOS 2015 - ATUALIZAÇÃO

Até o final de 2015 foram executados 60,3 km de ciclovias, sendo a maior parte destas ciclovias, 33,30 km, foram executadas nos empreendimentos vinculados a Copa do Mundo de 2014, conforme discriminado abaixo:

Belo Horizonte:

- BRT Área Central = 1,3 km de ciclovias realizadas
- VIA 210= 1,7 km de ciclovias realizadas
- Boulevard Arrudas = 3,5 km de ciclovias realizadas

Fortaleza:

- Alberto Craveiro = 2,5 km de ciclovias realizadas

Porto Alegre:

- Corredor Padre Cacique (Obra excluída da Matriz de Responsabilidades) = 4,6 km de ciclovias realizadas

Curitiba:

- Corredor Aeroporto/Rodoferroviária = 10,0 km de ciclovias realizadas
- Requalificação do Corredor Marechal Floriano = 4,5 km de ciclovias realizadas
- Requalificação da Rodoferroviária (inclusive acessos) = 0,5 km de ciclovias realizadas
- Extensão linha verde sul = 1,7 km de ciclovias realizadas

Recife:

- Ramal Cidade da Copa = 3 km de ciclovias realizadas

Por outro lado, no PAC Mobilidade Grandes Cidades e Pacto pela Mobilidade foram concluídos os seguintes trechos em São Paulo: 3,2 km de ciclovias no corredor da Av. Inajar de Souza e 3,3 km no corredor da Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini.

Já nos empreendimentos do PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas foram concluídos 12,25 km de ciclovias e 8,32 km de ciclofaixas.

Quantidade alcançada: 60,37 Km

Data de Referência: 31/12/2015

3.3.1.4.1.2 Meta: Implementação de infraestrutura de transporte não motorizado: 8.000 km de calçadas

O Ministério das Cidades tem apoiado a infraestrutura de transporte não motorizado por meio de ações inseridas no PAC conjuntamente com a implantação de infraestrutura de transporte público coletivo urbano e infraestrutura viária.

Nesta meta deve-se registrar que serão revitalizados mais de 1.000 km de calçadas nos empreendimentos selecionados no Pacto pela Mobilidade nas seguintes cidades: Brasília, Goiânia, Curitiba, Porto Alegre, Belém, Fortaleza, Maceió, Natal, João Pessoa, São Luís, Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Osasco, Diadema, Mauá, Rio Grande da Serra, São Bernardo, Santo André, Ribeirão Pires, Santos, São Vicente e Praia Grande que quando executados virão a contribuir efetivamente nesta meta.

RESULTADOS

Em 2015, como incentivo ao transporte não motorizado foi desenvolvida e editada 300 mil cartilhas ao ciclista com orientações sobre o transporte por bicicleta.

Como resultado dessa ação, até 31/12/2015, foram executados 2.382,86 km de calçadas associadas aos empreendimentos do PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, ou 30 % da meta total.

Quantidade alcançada: 2.382,86 quilômetro

Data de Referência: 31/12/2015

3.3.1.5 Objetivo 0581

O Quadro a seguir demonstra que esse objetivo não avançou no período conforme relatado na análise apresentada no próximo subitem.

Quadro 05 - Objetivo 0581 - Apoiar a implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os modais de transporte.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Apoiar a implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os modais de transporte					
Código	0581	Órgão	56000 - Ministério das Cidades			
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito			Código	2048	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
7	Apoiar 50 municípios com medidas de moderação de tráfego	município apoiado	50	0	0	0 %

3.3.1.5.1 Análise Situacional do Objetivo 0581

O Governo Federal tem optado por atuar por intermédio do Programa de Aceleração do Crescimento, na expansão dos investimentos em sistemas de transporte público coletivo urbano de médio e grande porte.

Orientados pela lógica de integração intermodal e mobilidade em rede, tais intervenções não só ampliam a oferta de transporte de maior qualidade nas cidades, como compreendem melhorias de infraestrutura de transporte não motorizado e medidas de moderação de tráfego, contribuindo para a redução dos conflitos entre os diversos modos de transporte.

Desta forma, ressalta-se que os empreendimentos de mobilidade urbana vinculados ao PAC, como o PAC Mobilidade Grandes Cidades, PAC Mobilidade Médias Cidades e o PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, possuem como diretrizes o tratamento dos conflitos entre os modos de transporte utilizando-se de medidas de moderação de tráfego, reduzindo os conflitos entre os diversos modos de transporte ao longo dos corredores e sistemas de transporte selecionados nos respectivos eixos do PAC.

Assim, apesar da dificuldade de quantificação tem-se empreendimentos em diversas cidades que estão implantando sistemas de transporte público tipo BRTs e VLTs onde estão sendo executadas intervenções de moderação de tráfego, especialmente nas áreas centrais, reduzindo velocidades dos veículos e privilegiando o acesso de pedestres às estações.

3.3.1.5.1.1 Meta: Apoiar 50 municípios com medidas de moderação de tráfego

Atualmente tem sido priorizado o investimento em sistemas de transporte público coletivo urbano de médio e grande porte.

Assim, de forma específica, ficaram prejudicadas as iniciativas voltadas à implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os diversos modos de transporte.

A implantação de medidas de moderação de tráfego está sendo realizada no âmbito dos projetos selecionados no PAC, de forma complementar às propostas apoiadas.

Neste sentido, apesar de atualmente ainda não ser possível quantificar, vários empreendimentos em diversas cidades que estão implantando sistemas de transporte público tipo BRTs e VLTs estão sendo executadas intervenções de moderação de tráfego, especialmente nas áreas centrais, reduzindo velocidades dos veículos e privilegiando o acesso de pedestres às estações.

Quantidade alcançada: 0 Municípios

Data de Referência: 31/12/2015

3.3.1.6 Objetivo 0584

Neste objetivo a assistência técnica a ser realizada ainda não se concretizou; somente a capacitação técnica avançou conforme demonstrado no Quadro a seguir.

Quadro 06 – Objetivo 0584 - Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável					
Código	0584	Órgão	56000 - Ministério das Cidades			
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito			Código	2048	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
8	Apoiar com assistência técnica a elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana	unidade	-	0	0	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
9	Capacitar agentes públicos para implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, fortalecendo a gestão do transporte público coletivo municipal e regional	agente público capacitado	-	838	3.340	-
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
10	Apoiar a elaboração de projetos de sistemas de mobilidade urbana que priorizem e qualifiquem o transporte público coletivo e não motorizados					
11	Definir e implantar sistema de coleta, tratamento e análise de informações sobre mobilidade urbana					
12	Instituir o marco regulatório da mobilidade urbana					
13	Monitorar e atualizar o Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação da Mudança do Clima – PSTM					

3.3.1.6.1 Análise Situacional do Objetivo 0584

Do ponto de vista da regulação da mobilidade urbana tem-se a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que vem a definir as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, cuja aplicação requer ação conjunta de todos os níveis de governo. Com a instituição da lei, o arcabouço legal da mobilidade urbana ficou estabelecido, definindo seus objetivos e diretrizes, entre os quais contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para o desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do conjunto

organizado e coordenado dos modos de transporte, de serviços e de infraestruturas que garantam os deslocamentos de pessoas e cargas no território urbano.

A Lei também elenca entre seus princípios a acessibilidade universal, o desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais, a equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo, a eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano e na circulação urbana. Trata-se assim de um marco regulatório que consiste em importante avanço na área.

No âmbito da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana foi desenvolvido programa de capacitação, para atendimento à lei que estabeleceu a Política Nacional da Mobilidade Urbana onde há obrigatoriedade de elaboração de Planos de Mobilidade Urbana por todos os municípios com população superior a 20 mil habitantes além dos demais obrigados por lei à elaboração do Plano Diretor e, também, que prevê como atribuição da União prestar assistência técnica e capacitação continuada aos entes federados.

O programa de capacitação em andamento na área de mobilidade urbana consiste em três etapas: Seminário de Sensibilização para a Política e o Plano de Mobilidade Urbana, Cursos de Capacitação e Assistência Técnica.

Além disso, em 2015, foi concluída a revisão do Caderno de Referência para a Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana visando atender às novas exigências legais, adequando à Lei nº 12.587/2012. Assim tem-se disponibilizado para os entes federados e demais interessados importante instrumento técnico para auxiliar na elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana. O conteúdo abordado pelo Caderno de Referência PlanMob são os temas da Mobilidade Urbana que devem ser desenvolvidos nos Planos, conceitos e fundamentos gerais e os procedimentos e metodologia que devem ser seguidos para sua elaboração.

Diferencia a questão de municípios menores que não possuem sistemas de transporte público coletivo cujo foco do planejamento deverá ser centrado em modos não-motorizados e outros tipos de inserções. Traz diretrizes para o planejamento da mobilidade urbana, os conteúdos mínimo que os planos devem conter, as consultas públicas, as pesquisas, o diagnóstico e as avaliações necessárias. Mostra um modelo de Termo de Referência para contratação de Planos de Mobilidade Urbana. Está disponível em <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSE/planmob.pdf>. Foram impressos, em parceria com outros organismos 1.500 exemplares do Caderno de Referência.

Na relação Mobilidade Urbana e Mudança do Clima a atuação é no sentido de incorporar ações de sustentabilidade nas políticas públicas, buscando levar às cidades brasileiras conhecimento e soluções para o desenvolvimento sustentável. Destaca-se o Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima (PSTM), desenvolvido pelo Ministério das Cidades no que se refere ao transporte de passageiros, em conjunto com o Ministério dos Transportes, que se ateu ao transporte de cargas. A elaboração de mais este instrumento de planejamento foi realizada em função do Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, que regulamentou a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Trata-se de importante progresso institucional da área de mobilidade urbana, pois possibilitou identificar as reduções das curvas de emissões advindas das implantações de infraestruturas mais eficientes, verificando as correlações existentes entre o transporte urbano e as mudanças do clima. Em 2015 importantes cooperações técnicas com organismos internacionais foram estabelecidos.

No Caderno PlanMob há um capítulo específico que trata do meio ambiente e dos aspectos de sustentabilidade ambiental.

Os outros atores que contribuem com este objetivo são o DENATRAN, a CBTU e a TRENURB, que apresentam em seus Relatórios de Gestão as suas metas.

3.3.1.6.1.1 Meta: Apoiar a elaboração de projetos de sistemas de mobilidade urbana que priorizem e qualifiquem o transporte público coletivo e não motorizados

REALIZAÇÕES EM 2015 E EXPECTATIVAS FUTURAS

Contribuem para atingimento deste objetivo os projetos de sistemas de transporte público coletivo urbano e intermunicipal/interestadual de caráter urbano que estão sendo apoiados no PAC Mobilidade Grandes Cidades e Mobilidade Médias Cidades.

Várias cidades brasileiras estão recebendo recursos para desenvolvimento de projetos, dentre elas, no Pacto pela Mobilidade: Luziânia, Duque de Caxias, Canoas, Florianópolis, São Vicente. Também outras cidades receberam recurso para desenvolver Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica, dentre elas: Rio Branco, Campos dos Goytacazes, Florianópolis, Santos / Cubatão, Guarujá Osasco / Carapicuíba. À medida que estes projetos forem sendo concluídos serão computados nesta meta.

Cálculo da meta: 10 municípios com projeto contratado/299 municípios (50% dos municípios acima de 100 mil hab) = $0,0334 = 3,34\%$

Quantidade alcançada: 3,34 %

Data de Referência: 31/12/2015

3.3.1.6.1.2 Meta: Apoiar com assistência técnica a elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana

Foi desenvolvido programa de capacitação, para atendimento à referida obrigatoriedade de elaboração de Planos de Mobilidade Urbana por todos os municípios com população superior a 20 mil habitantes além dos demais obrigados por lei à elaboração do Plano Diretor (Lei nº 12.587/2012) e, também, que prevê como atribuição da União prestar assistência técnica e capacitação continuada aos entes federados.

O programa de capacitação em andamento na área de mobilidade urbana consiste em três etapas: Seminários de Sensibilização para a Política e o Plano de Mobilidade Urbana, Cursos de Capacitação e Assistência Técnica.

Em 2015, foi concluída a revisão do Caderno de Referência para a Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana, conforme já relatado, visando atender às novas exigências legais, adequando à Lei nº 12.587/2012. Assim tem-se disponibilizado para os entes federados e demais interessados importante instrumento técnico para auxiliar na elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana. O conteúdo abordado pelo Caderno de Referência PlanMob são os temas da Mobilidade Urbana que devem ser desenvolvidos nos Planos, conceitos e fundamentos gerais e os procedimentos e metodologia que devem ser seguidos para sua elaboração.

Apesar das atividades de apoio citadas houve limitações para atingimento da meta especificamente ao que se refere ao apoio do Plano.

Quantidade alcançada: 0 %

Data de Referência: 31/12/2015

3.3.1.6.1.3 Meta: Capacitar agentes públicos para implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, fortalecendo a gestão do transporte público coletivo municipal e regional

O programa de capacitação em andamento na área de mobilidade urbana consiste em três etapas: Seminários de Sensibilização para a Política e o Plano de Mobilidade Urbana, Cursos de Capacitação e Assistência Técnica.

Quanto à capacitação de agentes públicos estão sendo realizados seminários de sensibilização para os municípios voltados às diretrizes estabelecidas na Lei nº 12.587/2012, que

instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, onde está prevista a obrigatoriedade de municípios acima de 20.000 habitantes, além dos demais obrigados por lei à elaboração do Plano Diretor, elaborarem Planos de Mobilidade Urbana. A partir de 2015 também começaram a ser realizadas Oficinas para Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana.

Em 2015 foram realizados 12 eventos de capacitação, sendo 3 de seminários e 9 oficinas com um total de 838 participantes.

302 municípios foram capacitados no período de 2013 a 2015. Os eventos foram realizados em: Fortaleza (CE); Boa Esperança (MG); São Luiz (MA); Juiz de Fora (MG); Mafra (SC); Forquilha (SC); Mogi das Cruzes (SP); Jundiá (SP); Campinas (SP); Pirassununga (SP); Palmas (TO) e Corumbá (MS).

No segundo semestre de 2014 foi realizado de um Curso de Capacitação para elaboração do Plano de Mobilidade na cidade de Parauapebas/PA. Este curso presencial contou com a participação de 48 agentes públicos de 4 diferentes municípios..

Importante salientar que não foram utilizados recursos orçamentários das ações do Programa 2048 para a capacitação dos entes federados.

A quantificação da meta é cumulativa para atendimento ao previsto no PPA 2012/2015.

Assim, tem-se: 1.418 em 2012, 323 em 2013, 761 em 2014 e 838 em 2015, perfazendo 3.340.

Quantidade alcançada: 3.340 Agentes públicos

Data de Referência: 31/12/2015

3.3.1.6.1.4 Meta: Definir e implantar sistema de coleta, tratamento e análise de informações sobre mobilidade urbana

REALIZAÇÕES EM 2015

Em 2013, o Ministério das Cidades, através da Portaria nº 114/2013, instituiu Grupo Técnico composto de diversos órgãos e entidades ligadas ao setor de transporte e de mobilidade urbana para elaborar a proposta de um Sistema de Informações em Mobilidade Urbana (SIMU) em conformidade com o artigo 16, inciso III, da Lei nº 12.587/2012.

Os principais objetivos do Sistema de Informações em Mobilidade Urbana são: I - Apoiar a implantação e monitoramento da Política Nacional de Mobilidade Urbana; II - Reunir, em um único ambiente de armazenamento, os principais dados e informações da área de mobilidade urbana; III – Ser referência nacional para coleta, consolidação e disponibilização de informações para formulação de políticas públicas na área de mobilidade urbana; IV - Disponibilizar informações à sociedade sobre o Sistema Nacional de Mobilidade Urbana.

O Grupo de Trabalho desenvolveu suas atividades por seis meses (junho a dezembro/13). Foram realizadas sete reuniões de trabalho. Participaram das reuniões as seguintes instituições: SNTMU, IPEA, NTU, ANTP, ANPTrilhos, IEMA, EMBARQ Brasil, SNAPU/MCidades, CGMI/MCidades e ITDP.

Em 19/12/13 foi concluído e entregue o produto final do GT constando de relatório final com a proposta do Sistema Nacional de Informações da Mobilidade Urbana (SIMU) acompanhado de modelo de formulário para coleta de dados.

Em 2015, com a definição da versão final do formulário de coleta de dados foram realizados projetos pilotos assistidos em três cidades e em cinco cidades de forma não-assistida.

O próximo passo é o desenvolvimento de ferramenta computacional para implantação do Sistema de Informações em Mobilidade Urbana.

Mantém-se a porcentagem de meta atendida.

Quantidade alcançada: 30%

Data de Referência: 31/12/2015

3.3.1.6.1.5 Meta: Instituir o marco regulatório da mobilidade urbana

Meta alcançada com a publicação da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

3.3.1.6.1.6 Meta: Monitorar e atualizar o Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação da Mudança do Clima – PSTM

O Plano Setorial de Transporte e da Mobilidade Urbana para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima (PSTM) foi concluído em junho de 2013.

A participação do Ministério das Cidades na elaboração do Plano foi referente à mobilidade urbana de passageiros, onde se evidenciou a importância de planejar e investir em modos de transporte mais eficazes, criando condições objetivas para melhorar a eficiência energética dos modos de transporte de passageiros.

O PSTM tem como objetivo contribuir para a mitigação das emissões de GEE no setor, por meio de iniciativas que levam à ampliação da infraestrutura de transporte de cargas e à maior utilização de modos mais eficientes energeticamente e ao aumento do uso de sistemas eficientes de transporte público de passageiros.

O PSTM aborda medidas em implementação e outras complementares, que promovem a melhoria do sistema de mobilidade urbana, ampliam a acessibilidade das pessoas nas cidades e avaliam a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEEs) e locais (GELs).

Permite estimar a redução das emissões de CO₂ proporcionadas pela implantação de infraestrutura de mobilidade urbana, a partir da adoção de premissas e simplificações, para a realização do cálculo de mitigação.

O monitoramento será realizado com periodicidade bianual por meio da aferição de indicadores definidos, avaliando a implantação dos projetos de mobilidade urbana identificados no PSTM, por quilômetro e por modo. No horizonte máximo estabelecido no PSTM, em 2020, a meta é mitigar 3,7 MtCO₂.

Outras ações realizadas e em andamento com relação às questões ambientais e de mudanças do clima:

Com o apoio da Embaixada do Reino Unido, o projeto Adaptação na Mobilidade Urbana foi iniciado, em abril de 2015, visando desenvolver conteúdos que possam subsidiar a revisão do Plano Setorial de Mobilidade Urbana para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima (PSTM), no que tange à abordagem da adaptação e resiliência. A realização desse projeto, incluindo além da mitigação os aspectos da adaptação, representa um desdobramento da estratégia setorial de mobilidade urbana a constar no Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima do Governo Federal (PNA), dada a sua aderência com as diretrizes a serem estabelecidas.

O projeto avançou na definição dos conteúdos a serem desenvolvidos, abordando impactos, vulnerabilidades e medidas de adaptação para o setor, com desenvolvimento de cenários climáticos, com base em indicadores específicos afetos à mobilidade urbana, tendo ocorrido intercâmbio de técnicos brasileiros ao Reino Unido, com vistas a conhecer as metodologias de análise de impactos e vulnerabilidade adotadas naquele país, bem como de planejamento e implementação de medidas e soluções técnicas de adaptação.

O Programa de Mobilidade Urbana de Baixo Carbono para Grandes Cidades, outra iniciativa no que se refere à sustentabilidade, conta com recursos do *Global Environment Facility - GEF* (Fundo Global para o Meio Ambiente), tendo como agência implementadora o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com período de execução estimado em 3 anos, tendo iniciado em abril de 2015 com previsão de término em março de 2018. O objetivo principal deste projeto é o desenvolvimento de ferramentas técnicas e de conhecimento para o planejamento e implantação de projetos e ações de mobilidade urbana sustentável, incorporando, a potencial redução de gases de efeito estufa (GEE).

O projeto Eficiência Energética na Mobilidade Urbana, cooperação técnica com o Governo alemão, visa aprimorar condições institucionais e técnicas no setor de mobilidade urbana no País, que possibilitem o aumento da eficiência energética, e, por conseguinte, a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE), através de ações da gestão da mobilidade urbana, sob as abordagens de transferência modal e otimização dos deslocamentos existentes.

3.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

As ações da Secretaria que compõe a LOA estão no Programa Temático 2048 – Mobilidade Urbana e Trânsito e são executadas através de descentralização de recursos para apoio, principalmente, à implantação de infraestrutura de mobilidade urbana aos entes federados.

Os Quadros a seguir mostram a execução orçamentária e financeira de cada uma das Ações.

3.3.2.1 Ações do OFSS

Quadro 07 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 10SS

Identificação da Ação						
Código	10SS			Tipo:	Projeto	
Título	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano					
Iniciativa	027W - Apoiar implantação, modernização e complementação de sistemas de transporte público coletivo, incluindo a aquisição de veículos e equipamentos					
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível			Código	0574	
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito			Código	2048	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária (UO)	56101 - Ministério das Cidades					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X)PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício 2015	
Inicial	Final	Empenhada (*)	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.905.835.179,00	2.890.067.441,00	1.037.546.002,41	67.684.587,18	67.684.587,18	0,00	969.861.415,23
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de		Meta	

		medida	Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto apoiado		unidade	269	269	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1.105.193.236,67	385.464.433,61	25.094.404,48	Projeto apoiado	Unidade	29

(*) No empenho está incluído o valor da tarifa CAIXA e de emendas.

Quadro 08 – Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS - Ação 10SR.

Identificação da Ação						
Código	10SR			Tipo:	Projeto	
Título	Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano					
Iniciativa	02AS - Apoiar a capacitação e o desenvolvimento institucional para gestão de sistemas de mobilidade urbana e de transporte sobre trilhos, o fomento à elaboração de Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana, e a elaboração de projetos de infraestrutura da mobilidade urbana, trânsito e transporte sobre trilhos					
Objetivo	Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável	Código	0584			
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito	Código	2048	Tipo:	Temático	
Unidade Orçamentária	56101 - Ministério das Cidades					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
160.000,00	128.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado		unidade	1	1	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em	Valor	Valor	Descrição da Meta	Unidade de	Realizada	

01/01/2015	Liquidado	Cancelado		medida	
0,00	0,00	0,00	Projeto apoiado	unidade	0

Obs.: Não foi empenhado nem pago nenhum valor nesta ação.

Quadro 09 – Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC - OFSS – Ação 10ST.

Identificação da Ação						
Código	10ST			Tipo:	Projeto	
Título	Apoio a Sistemas de Transporte Não-Motorizados					
Iniciativa	029X - Implantação, reforma ou ampliação de infraestrutura de transportes públicos não motorizados e intervenções que contribuam para a minimização dos conflitos do transporte a pé e de bicicleta no espaço urbano					
Objetivo	Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal	Código	0580			
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito	Código	2048	Tipo:	Temático	
Unidade Orçamentária	56101 - Ministério das Cidades					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.460.000,00	4.428.000,00	1.938.602,72	0,00	0,00	0,00	1.938.602,72
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado		unidade	1	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
6.861.287,20	1.782.166,98	0,00	Projeto apoiado		unidade	0

Quadro 10 – Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS - Ação 2D47.

Identificação da Ação			
Código	2D47		Tipo: Atividade
Título	Apoio a Medidas de Moderação de Tráfego		
Iniciativa	029Y - Apoiar projetos de alteração ou adequação de vias para limitar a velocidade dos veículos, ordenar fluxos ou restringir e, implantar sinalização de trânsito e dispositivos de redução de velocidade dos veículos, aliados a melhoria do ambiente urbano		

Objetivo	Apoiar a implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os modais de transporte		Código	0581		
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito		Código	2048	Tipo:	Temático
Unidade Orçamentária	56101 - Ministério das Cidades					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
160.000,00	128.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto apoiado		unidade		1	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Projeto apoiado	unidade	0	

Obs.: Não foi empenhado nem pago nenhum valor nesta ação.

Quadro 11 – Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC - OFSS – Ação 2D49.

Identificação da Ação						
Código	2D49				Tipo:	Atividade
Título	Apoio ao Desenvolvimento Institucional para a Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana					
Iniciativa	02AS - Apoiar a capacitação e o desenvolvimento institucional para gestão de sistemas de mobilidade urbana e de transporte sobre trilhos, o fomento à elaboração de Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana, e a elaboração de projetos de infraestrutura da mobilidade urbana, trânsito e transporte sobre trilhos					
Objetivo	Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável			Código	0584	
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito			Código	2048	Tipo Temático
Unidade Orçamentária	56101 - Ministério das Cidades					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					

Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.800.000,00	3.040.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado		unidade	1	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Projeto apoiado	unidade	0	

Obs.: Não foi empenhado nem pago nenhum valor nesta ação.

3.3.2.1.1 Análise Situacional Ações Constantes na LOA

Os Quadros das ações de responsabilidade da SNTMU que constam na LOA apresentados acima mostram que, em 2015, houve execução orçamentária das ações 10SS e 10ST. Estes valores são referentes ao somatório do localizador nacional e das emendas parlamentares inseridas no orçamento.

ACÇÃO 10SS:

A Ação 10SS é destinada a apoiar a implantação e requalificação de infraestrutura de sistemas de transporte público coletivo urbano de passageiros visando a ampliação da capacidade e a promoção da integração intermodal, física e tarifária dos sistemas de mobilidade urbana, priorizando o transporte público coletivo urbano, promovendo a melhoria da mobilidade urbana, da acessibilidade universal e a integração com os meios não-motorizados.

Atende aos sistemas sobre pneus (BRT - *Bus Rapid Transit*, VLP - Veículo Leve sobre Pneus); sobre trilhos (Metrô, Trem Urbano, Monotrilho, VLT - Veículo Leve sobre Trilhos, APM - *Automated People Mover*); e hidroviário, segregação de vias, faixas exclusivas, corredores do sistema de veículos sob trilhos e pneus e outros tipos de sistemas de transporte público coletivo urbano. Compreende obras civis, drenagem pluvial, pavimentação, infraestrutura de vias e demais logradouros públicos, inclusive metroferrovias, hidrovias e ciclovias, estacionamentos, terminais, estações e demais conexões, obra de arte especiais, pontos para embarque e desembarque de passageiros, sinalização viária e de trânsito entre outras intervenções necessárias para a operação e aquisição de veículos sob trilhos.

Nesta Ação 10SS o EVTE, o centro de controle operacional, o projeto básico e o projeto executivo poderão ser contratados em separado nas propostas de empreendimentos vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de forma a estimular empreendimentos com propostas melhor elaboradas.

Está lastreando as seleções do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), concentrando o maior volume de recursos do Programa 2048. É o lastro para os principais

investimentos com recursos do Tesouro para a implantação de infraestrutura de sistemas de mobilidade urbana.

Esta Ação teve a dotação inicial de R\$ 3.905.835.179,00, reduzido para R\$ 2.890.067.441,00. Estes montantes são superiores a 2014, porém, o empenho global nesta Ação foi de R\$ 1.037.546.002,41, incluindo os empreendimentos do PAC, inseridos no Localizador Nacional, Localizadores Específicos (emendas) e tarifa CAIXA, inferior ao empenhado em 2014, que foi de R\$ 1.224.300.814,90.

No exercício de 2015 foram empenhados R\$ 1.034.356.002,41 para 74 empreendimentos nos municípios de: Belém-PA, Brasília-DF, Campinas-SP, Canoas-RS, Curitiba- PR, Diadema-SP, Florianópolis-SC, Fortaleza-CE, Goiânia-GO, Guarulhos-SP, João Pessoa-PB, Mauá-SP, Osasco-SP, Palmas-TO, Recife-PE, Ribeirão das Neves-MG, Rio de Janeiro-RJ, Rio Grande da Serra-SP, Salvador-BA, São Bernardo do Campo-SP, São Gonçalo-RJ, São Luís-MA, São Paulo-SP, Teresina-PI.

Agrupando por estados da federação tem-se: GO: R\$ 29.907.819,31 (2,89%); BA: R\$ 95.680.000,00 (9,25%); PA: R\$ 19.256.300,49 (1,86%); RJ: R\$ 360.117.812,00 (34,82%); SP: R\$ 478.992.327,96 (46,31%); CE: R\$ 30.130.000,00 (2,91%) e empenhos para os Estados DF, TO, PB, PE, PI, MG, PR, RS, SC e MA: R\$ 17.309.927,65 (1,67%). Resumidamente, no período, a distribuição dos recursos por região, sem a tarifa caixa, totalizando R\$ 1.031.394.187,41, foi a seguinte:

Nordeste: R\$ 131.244.262,00 (13%)

Sudeste: R\$ 839.120.139,96 (81%)

Norte: R\$ 19.266.300,49 (2%)

Sul: R\$ 9.825.665,65 (1%)

Centro-Oeste: R\$ 31.937.819,31 (3%)

Nestes empenhos o valor de R\$ 2.961.815,00 (0,29%) da Ação 10SS, Localizador Nacional, foi empenhado para lastrear pagamento de tarifas de serviços prestados pela Caixa Econômica Federal, atuando como Mandatária da União.

O valor de R\$ 1.034.356.002,41 Localizador Nacional, acrescido dos empenhos para as emendas, com Localizadores Específicos, que são de R\$ 3.190.000,00, para municípios no Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Acre e Ceará, incluindo empenho da tarifa CAIXA, perfaz R\$ 1.037.546.002,41, valor demonstrado no Quadro apresentado para a Ação 10SS.

Do valor empenhado foram liquidados e pagos no exercício o valor de R\$ 67.684.587,18, resultando em restos a pagar inscritos no exercício o valor de R\$ 969.861.415,23. O valor liquidado de RPNP de exercícios anteriores foi de R\$ 385.464.433,61, conforme detalhado nesta análise.

O grande volume de restos a pagar, inscritos, processados e não processados do exercício e não processados de exercícios anteriores, em regra geral, advém do fato das intervenções de mobilidade urbana terem tempo de execução superior ao exercício orçamentário em que são contratados, provocando uma defasagem entre o exercício orçamentário e a efetiva realização dos benefícios. Dificilmente os empreendimentos desta ação demoram menos de 18 meses para serem concluídos e também possuem fases preparatórias longas em função da complexidade dos empreendimentos.

Concorre para isto, conforme já identificado neste Relatório, o fato desta ação ser implementada de forma descentralizada, por meio de transferência de recursos a estados e municípios, que nem sempre possuem estruturas técnicas suficientes para fazer frente às tarefas de elaboração dos projetos, obtenção de licenças, licitação das obras e serviços, aporte de contrapartidas e gestão da execução das intervenções.

As despesas das Ações do Programa 2048 foram empenhadas ao longo do exercício e a ação 10SS foi a única na qual ocorreu liquidação e pagamento, porém, no exercício de 2015, nenhum empreendimento desta ação foi concluído na íntegra. Assim, reforça-se, suas metas físicas só serão atingidas em 2016 ou nos exercícios seguintes, mantendo-se zerada a meta física. Esta informação retifica o dado do SIOP.

Os empenhos não foram considerados como físico realizado visto que o produto só é realizado quando se tem uma entrega de bens ou serviços para a sociedade.

No período de JAN-DEZ do exercício de 2015 houve execução financeira em 10 (dez) contratos de 9 (nove) empreendimentos que estão inseridos no PAC no valor total de R\$ 67.684.587,18, conforme discriminado a seguir:

Município: Goiânia/GO

MCID: 02937

Contrato: 0443555-71

Valor Pago: R\$ 335.372,16

Objeto: Corredor Ônibus – Goiânia/GO – Corredor Preferencial T-7

Município: Teresina/PI

MCID: 02911

Contrato: 0443742-38

Valor Pago: R\$26.998,12

Objeto: Estudo/projetos mobilidade urbana – Teresina/PI

Município: Rio de Janeiro/RJ

MCID: 02406

Contrato: 0415061-27

Valor Pago: R\$ 6.659.271,66

Objeto: VLT – Rio de Janeiro/RJ – Área Central – Portuária

Município: Canoas/RS

MCID: 02866

Contrato: 0443475-05

Valor Pago: R\$ 705.905,70

Objeto: Estudo/projetos – Canoas/RS – Proj. Aeromóvel Canoas FAS2

Município: Guarulhos/SP

MCID: 02376

Contrato: 0402096-53

Valor Pago: R\$ 1.734.370,20

Objeto: Corredor – Guarulhos/SP – Programa de Mobilidade Urbana (MU)

Município: São Paulo/SP
MCID: 02389
Contrato: 0396114-39
Valor Pago: R\$ 28.611.871,35
Objeto: Corredor – São Paulo/SP – Inajar de Souza

Município: São Paulo/SP
MCID: 02675
Contrato: 0425349-95
Valor Pago: R\$ 8.344.804,93
Objeto: Corredor – São Paulo/SP – MBOI Mirim/Sto Amaro

Município: São Paulo/SP
MCID: 02675
Contrato: 0425747-13
Valor Pago: R\$ 6.281.127,30
Objeto: Corredor – São Paulo/SP – MBOI Mirim/Sto Amaro

Município: São Paulo/SP
MCID: 02677
Contrato: 0425748-27
Valor Pago: R\$ 9.662.801,15
Objeto: Corredor – São Paulo/SP – Terminal Itaquera

Município: Rio Grande da Serra/SP
MCID: 02708
Contrato: 0440356-00
Valor Pago: R\$ 5.322.064,61
Objeto: Corredor de Ônibus – Rio Grande da Serra/SP

Com relação à execução de RAP Não-Processado no período de JAN-DEZ do exercício de 2015, na Ação 10SS, Localizador Nacional, Restos a Pagar (RAP) não processados, de exercícios anteriores, houve execução financeira em 29 (vinte e nove) contratos no valor total de R\$384.180.788,70, conforme discriminado a seguir:

Município: Maceió/AL
Contrato: 0409750-33
RP Não Processado Pago 2015: R\$ 5.089.648,49

Município: Manaus/AM

Contrato: 0394924-86

RP Não Processado Pago 2015: R\$ 14.347.256,75

Município: Salvador/BA

Contrato: 0437126-59

RP Não Processado Pago 2015: R\$ 16.002.682,54

Município: Salvador/BA

Contrato: 0421239-74

RP Não Processado Pago 2015: R\$ 102.306.569,66

Município: Fortaleza/CE

Contrato: 0409099-31

RP Não Processado Pago 2015: R\$ 10.779.972,54

Município: Goiânia/GO

Contrato: 0402097-67

RP Não Processado Pago 2015: R\$ 1.551.675,45

Município: Goiânia/GO

Contrato: 0443555-71

RP Não Processado Pago 2015: R\$ 972.826,00

Município: Belo Horizonte/MG

Contrato: 0402092-15

RP Não Processado Pago 2015: R\$2.865.235,86

Município: Campo Grande/MS

Contrato: 0402094-33

RP Não Processado Pago 2015: R\$ 1.199.620,05

Município: Belém/PA

Contrato: 0402089-60

RP Não Processado Pago 2015: R\$ 13.861.578,56

Município: Teresina/PI

Contrato: 0407684-81

RP Não Processado Pago 2015: R\$ 537.419,77

Município: Teresina/PI
Contrato: 0420724-33
RP Não Processado Pago 2015: R\$ 5.282.378,26

Município: Teresina/PI
Contrato: 0443742-38
RP Não Processado Pago 2015: R\$ 93.000,00

Município: Rio de Janeiro/RJ
Contrato: 0415061-27RP Não
Processado Pago 2015: R\$ 105.938.044,87

Município: Canoas/RS
Contrato: 0443475-05
RP Não Processado Pago 2015: R\$ 270.000,00

Município: Campinas/SP
Contrato: 0396676-31
RP Não Processado Pago 2015: R\$ 1.200.256,45

Município: Guarulhos/SP
Contrato: 0402096-53
RP Não Processado Pago 2015: R\$ 1.906.221,64

Município: São Bernardo do Campo/SP
Contrato: 0402095-48
RP Não Processado Pago 2015: R\$ 8.266.804,26

Município: São Paulo/SP
Contrato: 0396115-44
RP Não Processado Pago 2015: R\$ 34.355,98

Município: São Paulo/SP
Contrato: 0396114-39
RP Não Processado Pago 2015: R\$ 17.057.119,34

Município: São Paulo/SP
Contrato: 0425347-77
RP Não Processado Pago 2015: R\$ 390.767,90

Município: São Paulo/SP
Contrato: 0425346-63
RP Não Processado Pago 2015: R\$ 15.531.687,40

Município: São Paulo/SP
Contrato: 0425345-59
RP Não Processado Pago 2015: R\$ 1.424.472,23

Município: São Paulo/SP
Contrato: 0425744-81
RP Não Processado Pago 2015: R\$ 344.991,04

Município: São Paulo/SP
Contrato: 0425349-95
RP Não Processado Pago 2015: R\$ 30.163.930,00

Município: São Paulo/SP
Contrato: 0425747-13
RP Não Processado Pago 2015: R\$ 9.300.697,00

Município: São Paulo/SP
Contrato: 0425745-96
RP Não Processado Pago 2015: R\$ 82.120,37

Município: São Paulo/SP
Contrato: 0425748-27
RP Não Processado Pago 2015: R\$ 16.149.456,29

Município: Rio Grande da Serra/SP
Contrato: 0440356-00
RP Não Processado Pago 2015: R\$ 1.230.000,00

Nesta Ação 10SS, porém com Localizador Específico, também foi liquidado o valor de R\$ 1.252.789,25, relativo a Restos a Pagar Não Processados – exercícios anteriores que, somado a R\$ 384.180.788,70 da ação nacional apresentado discriminado acima, perfaz R\$ 385.433.577,95 de valores pagos.

Já o valor de R\$ 385.464.433,61 apresentado no Quadro da ação é dos Restos a Pagar Não Processados Liquidados, que contém os R\$ 385.433.577,95 de valores de restos a pagar processados pagos somado a R\$ 30.855,66 de restos a pagar não processados liquidados a pagar.

Conforme apresentado a execução desta Ação da UPC possui como especificidade o grande volume de recursos nos Restos a Pagar Liquidados, em virtude do caráter plurianual das intervenções apoiadas, que, como são sistemas de grande porte, complexos, que precisam de longo processo a ser percorrido pelos entes federados, com desembolsos parcelados, de acordo com a evolução física do empreendimento.

Como a realização das obras ultrapassa diversos exercícios, grande parte dos valores liquidados refere-se a orçamentos de exercícios anteriores, como demonstrado no quadro da ação apresentado.

ACÇÃO 10SR:

Esta ação contempla o apoio à elaboração de projetos de sistemas de transporte público coletivo urbano e de Planos de Mobilidade Urbana, de acordo com os princípios, objetivos e diretrizes estabelecidos na Política Nacional de Mobilidade Urbana, visando fomentar o planejamento da mobilidade urbana, compatibilizado com a proteção do sistema climático.

A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, torna obrigatória a elaboração de Plano de Mobilidade Urbana para municípios acima de 20.000 habitantes, que, atualmente, perfaz mais de 1.200 municípios. Assim, nesta ação pretende-se priorizar planos, privilegiando a elaboração deste importante instrumento de planejamento urbano.

Em decorrência da escassez de recursos e da grande demanda por recursos para a elaboração de planos e projetos de mobilidade urbana, houve dificuldade em efetuar seleção pública em caráter nacional.

Por oportuno, ressalta-se que o Ministério das Cidades tem apoiado a elaboração de projetos para obras de mobilidade urbana vinculados ao PAC na ação 10SS e emendas parlamentares com escopo de elaboração de planos estão sendo propostas.

ACÇÃO 10ST:

A Ação 10ST é de apoio à implantação e requalificação de infraestrutura de sistemas de transporte não motorizados visando a promoção dos sistemas de transporte não motorizados, contribuindo para a ampliação da mobilidade urbana e a redução da poluição ambiental.

Contempla intervenções que valorizem a circulação não motorizada, os preceitos da acessibilidade universal com conforto e segurança aos cidadãos, a minimização dos conflitos intermodais, mediante implantação de passeios, passarelas, ciclovias, ciclofaixas, bicicletários, paraciclos, travessias, guias rebaixadas, bem como a sinalização necessária (vertical, horizontal, semaforica e de orientação).

Algumas emendas (com localizador específico, não Nacional) da ação 10ST apresentaram empenhos, em um total de R\$ 1.938.602,72, incluindo tarifa CAIXA, para 07 intervenções nos municípios de Lagarto/SE, Jacareí/SP, Feira de Santana/BA, Nossa Senhora do Socorro/SE, Rio Branco/AC, Catu/BA e Itaquaquecetuba/SP.

Em decorrência da escassez de recursos e da grande demanda por infraestrutura de transporte não motorizado (modo a pé e por bicicleta) houve dificuldade em efetuar seleção pública em caráter nacional.

Por outro lado, o Ministério das Cidades tem apoiado a infraestrutura de transporte não motorizado por meio de ações inseridas no PAC conjuntamente com a implantação de infraestrutura de transporte público coletivo urbano e infraestrutura viária, utilizando recursos da Ação 10SS, Localizador Nacional.

As ações 2D47 e 2D49 listadas relacionadas a seguir não apresentaram execução orçamentária.

AÇÃO 2D47:

Esta ação possibilita o apoio à implantação de medidas de moderação de tráfego promovendo a segurança viária através de ações que minimizem os conflitos entre os diferentes modos de transporte que interagem no ambiente urbano, tais como: diferenciação de pavimentos, implantação de travessias de pedestres, alteração na geometria da via, implantação de ondulações transversais, ordenamento de fluxos de tráfego, implantação de mobiliário urbano e implantação de vegetação.

Atualmente tem sido priorizado o investimento em sistemas de transporte público coletivo urbano de médio e grande porte. Assim, de forma específica, ficaram prejudicadas as iniciativas voltadas à implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os diversos modos de transporte. Porém, a implantação de medidas de moderação de tráfego está sendo realizada no âmbito dos projetos selecionados no PAC, de forma complementar às propostas apoiadas, com recursos da Ação 10SS, localizador nacional.

AÇÃO 2D49:

A Ação 2D49 fomenta o desenvolvimento institucional da gestão da mobilidade urbana com o objetivo de melhorar a qualidade e a eficiência do transporte público coletivo urbano, incentivar o desenvolvimento tecnológico e a adoção de tecnologias não poluentes e incentivar participação social no planejamento e avaliação da qualidade da mobilidade urbana, por meio de divulgação e consolidação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, promoção de seminários e audiências públicas, publicação de textos básicos e cadernos técnicos, promoção de assistência técnica, disponibilização de sistema de informações sobre mobilidade urbana, promoção de capacitação.

Com a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, o Ministério das Cidades passou a realizar seminários de sensibilização sobre a Lei, voltados às autoridades e gestores em todo o país, com apoio local para a realização.

Também, considerando as diretrizes estabelecidas na Lei nº 12.587, de 2012, está em desenvolvimento o Sistema de Informações em Mobilidade Urbana (SIMU), com uma previsão de dois anos, que passará a ser a principal ferramenta para implementar a atribuição referente à organização e disponibilização de informações de Mobilidade Urbana e de qualidade e produtividade dos serviços de transporte público coletivo. Assim, foi elaborada proposta do Sistema Informações em Mobilidade Urbana (SIMU), que tem como objetivo principal o armazenamento e compartilhamento de informações para auxiliar na elaboração de políticas públicas sobre o tema.

A proposta técnica do SIMU foi elaborada por representantes de diversas entidades ligadas ao tema da mobilidade urbana por meio de Grupo Técnico, instituído pela Portaria do Ministério das Cidades nº 114, de 11 de março de 2013, e instalado pela Portaria nº 263, de 10 de junho de 2013, que apresentou Relatório Final contendo os elementos necessários à implantação do SIMU. Com a definição da versão final do formulário de coleta de dados foram realizados, em 2015, projetos pilotos assistidos em três cidades e de forma não assistida em outras cinco.

Em 2015 não foi possível utilizar estes recursos, porém, para 2016 pretende-se desenvolver ferramenta computacional para implantação do Sistema de Informações em Mobilidade Urbana (SIMU) com utilização de recursos desta Ação.

3.3.2.2 Ações não Previstas na LOA 2015 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

Quadro 12 – Ações não Previstas LOA 2015 - Restos a Pagar – OFSS – Ação 7N73

Identificação da Ação					
Código	7N73			Tipo:	Projeto
Título	Obras de Construção e Melhorias em Viaduto na Cidade de Bauru				
Iniciativa					
Objetivo		Código			
Programa	Gestão da Política de Desenvolvimento Urbana	Código	0310	Tipo:	
Unidade Orçamentária	56101 - Ministério das Cidades				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
768.683,47	444.543,39	0,00	Projeto apoiado	unidade	0

Fonte: SIAFI (Tesouro Gerencial) e Banco de dados da Caixa, referente a 31/12/2015, posição de 04/02/2016.

Os valores referem-se ao contrato nº 0312930-41, município de Bauru/SP, que terminou o exercício de 2015 com 89,07 % do contrato executado. Portanto, no preenchimento do campo da execução física considerou-se o valor zero, pois não houve 100% de execução física do projeto apoiado.

Quadro 13 – Ações não Previstas LOA 2015 - Restos a Pagar – OFSS – Ação 10ST (9989)

Identificação da Ação					
Código	10ST			Tipo:	Projeto
Título	Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte de Circulação Não Motorizados				
Iniciativa					
Objetivo		Código			
Programa	Mobilidade Urbana	Código	9989	Tipo:	
Unidade Orçamentária	56101 - Ministério das Cidades				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
6.927.816,53	961.026,63	0,00	Projeto apoiado	unidade	2

Salienta-se que os dados apresentados são referentes aos recursos de restos a pagar não processados de exercícios anteriores a 2012, pois no PPA 2012/2015 o Programa 9989 foi sucedido pelo Programa Temático 2048 Mobilidade Urbana e Trânsito. Porém os contratos já assinados neste Programa 9989 permanecem com esta denominação até sua conclusão.

O valor de liquidado de R\$ 961.026,63 refere-se a oito contratos conforme listados abaixo:

Tabela 4 - Contratos da Ação 10ST - valores liquidados no exercício (Programa 9989)

Nº contrato	Município	UF	% execução física	Valor Liquidado
0302090-73	Curvelo	MG	48,72%	R\$ 84.753,00
0310026-55	Barra Mansa	RJ	59,80%	R\$ 194.626,57
0322323-07	Rio Branco	AC	5,91%	R\$ 3.518,29
0332495-92	Campinápolis	MT	100%	R\$ 128.388,00
0335125-80	Cacoal	RO	89,58%	R\$ 40.364,96
0345112-45	Pau d'Arco	PA	64,86%	R\$ 135.925,97
0347888-67	Indaial	SC	100%	R\$ 48.137,64
0365815-67	Barra Mansa	RJ	57,83%	R\$ 325.312,20

No preenchimento do campo "Execução Física - Metas" considerou-se o valor "2" pois houve 100% de execução física em dois projetos apoiados que tiveram valor liquidado no exercício.

Fonte: SIAFI (Tesouro Gerencial) e Banco de dados da Caixa, referente a 31/12/2015, posição de 04/02/2016.

Quadro 14 – Ações não Previstas LOA 2015 - Restos a Pagar – OFSS – Ação 10SS (9989)

Identificação da Ação					
Código	10SS			Tipo:	Projeto
Título	Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano				
Iniciativa					
Objetivo		Código			
Programa	Mobilidade Urbana	Código	9989	Tipo:	
Unidade Orçamentária	56101 - Ministério das Cidades				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
13.284.957,64	6.100.229,81	0,00	Projeto apoiado	unidade	6

Salienta-se que os dados apresentados são referentes aos recursos de restos a pagar não processados de exercícios anteriores a 2012.

O valor liquidado de R\$ 6.100.229,81 refere-se a 12 contratos conforme listados abaixo:

Tabela 5 - Contratos da Ação 10SS - valores liquidados no exercício (Programa 9989)

Nº contrato	Município	UF	% execução física	Valor Liquidado
0256704-18	Feira de Santana	BA	100%	R\$ 245.908,97
0256727-82	Francisco Morato	SP	100%	R\$ 7.541,77
0298544-57	Bento Gonçalves	RS	76,61%	R\$ 2.764,30
0333025-23	Recife	PE	93,18%	R\$ 4.782.465,48
0335947-20	Urubici	SC	86,78%	R\$ 109.301,41

0335963-35	Bela Vista do Toldo	SC	100%	R\$ 44.167,65
0336856-55	Santa Rosa de Lima	SC	100%	R\$ 49.918,92
0336913-43	Vargem	SC	100%	R\$ 33.916,07
0336915-63	Ouro Verde	SC	83,37%	R\$ 42.733,05
0347606-59	Bonfim	RR	100%	R\$ 564.952,19
0347878-41	Guimaranã	MG	10,15%	R\$ 157.500,00
0372835-43	Criciúma	SC	84,86%	R\$ 59.060,00

No preenchimento do campo "Execução Física - Metas" considerou-se o valor "6" pois houve 100% de execução física em seis projetos apoiados que tiveram valor liquidado no exercício.

Fonte: SIAFI (Tesouro Gerencial) e Banco de dados da Caixa, referente a 31/12/2015, posição de 04/02/2016.

Quadro 15 – Ações não Previstas LOA 2015 - Restos a Pagar – OFSS – Ação 0590

Identificação da Ação					
Código	0590			Tipo:	Projeto
Título	Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano				
Iniciativa					
Objetivo		Código			
Programa	Mobilidade Urbana	Código	9989	Tipo:	
Unidade Orçamentária	56101 - Ministério das Cidades				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
16.858.435,12	1.257.919,13	0,00	Projeto apoiado	unidade	1

O valor de R\$ 16.858.435,12 refere-se a dois contratos de repasse, sendo que o valor liquidado de R\$ 1.257.919,13 refere-se ao contrato 0244750-22, de Recife/PE, que terminou o exercício de 2015 com 61,57% de execução física. O contrato 0244681-88 de Salvador foi concluído em 2015.

Portanto, no preenchimento do campo da execução física considerou-se o valor um, em virtude de 100% de execução física de um projeto apoiado.

Fonte: SIAFI (Tesouro Gerencial) e Banco de dados da Caixa, referente a 31/12/2015, posição de 04/02/2016.

3.3.2.2.1 Análise Situacional

As ações não constam na LOA em função de fazerem parte de programas com denominação diferente da atual, como o Programa 9989 que no PPA 2012/2015 foi sucedido para o Programa Temático 2048 Mobilidade Urbana e Trânsito.

No exercício de 2015 houve execução financeira em 3 ações orçamentárias não previstas na LOA 2015. Houve liquidação nas Ações 10SS, 10ST e 0590 do Programa 9989 Mobilidade Urbana, respectivamente, nos valores de R\$ 6.100.229,81; R\$ 961.026,63 e R\$ 1.257.919,13, conforme discriminado nos Quadros apresentados. A execução financeira destes desembolsos é executada

pela SPOA/SE. A Ação 7N73 do Programa 0310, Gestão do Desenvolvimento Urbano teve origem na SNTMU, porém, como trata-se de emenda teve sua execução orçamentária e financeira executada pela SPOA.

3.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Com relação ao desempenho orçamentário são detalhados os Objetivos da UPC estabelecidos no PPA, descrevendo, de forma cumulativa com os anos anteriores como se deu a evolução das metas e os resultados alcançados. Apresenta as ocorrências orçamentárias e execução física e financeira das Ações que compõe a LOA e as liquidações que ocorreram no exercício daquelas ações que possuem empenhos anteriores em Restos a Pagar, porém, não constam na LOA 2015. A cada Ação é feita uma análise dos eventos. São relatados fatores que intervieram no desempenho orçamentário.

Na ação 10SS, recurso que lastreia os empreendimentos de mobilidade urbana do PAC em 2015, descentralizados por repasses para os entes federados, foi empenhado em 2015 100% do limite disponibilizado. Foram realizadas tratativas para obtenção de um limite maior, porém não se concretizou.

3.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

O Quadro a seguir apresenta informações sobre os Restos a Pagar dos exercícios anteriores.

Quadro 16 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.

Restos a Pagar não Processados					Valores em R\$ 1,00
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015	
2014	812.537.447,14	309.712.813,40	25.094.404,48	477.730.229,26	
2013	294.938.919,50	72.282.136,36	0,00	222.656.783,14	
2012	11.248.017,70	5.925.810,79	0,00	5.322.206,91	
2011	963.680,25	482.992,20	0,00	480.688,05	
2010	15.824.725,20	6.367.509,39	0,00	9.457.215,81	
2009	23.450.339,58	282.143,87	0,00	23.168.195,71	
2008	6.219.052,34	253.450,74	0,00	5.965.601,60	
2007	21.672.318,69	1.257.919,13	0,00	20.414.399,56	
Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015	
2014	0,00	0,00	0,00	0,00	
2013	0,00	0,00	0,00	0,00	
2012	0,00	0,00	0,00	0,00	
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	
2010	1.374.521,53	0,00	0,00	1.374.521,53	
2009	159.100,00	0,00	0,00	159.100,00	
2008	5.130.130,68	0,00	0,00	5.130.130,68	
2007	7.102,85	0,00	0,00	7.102,85	

3.3.4.1 Análise Crítica

No Quadro acima são apresentadas as informações sobre a movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores, vigentes em 1º de janeiro de 2015, inscritos em outros exercícios e que permanecem válidos no início deste exercício.

Tem por objetivo fornecer as informações quantitativas e qualitativas dos RPs inscritos em exercícios anteriores, discriminados por ano de inscrição, identificando os pagamentos e cancelamentos ocorridos.

Nos contratos PAC a gestão financeira dos Restos a Pagar, não PAC, em 2015, permaneceu centralizada e realizada pela Secretaria Executiva através da SPOA.

Deste modo, o efetivo pagamento dos RP foi realizado pela unidade central, que definiu os valores disponíveis, a priorização e o desembolso financeiro a ser efetuado.

As principais razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro são os seguintes, principalmente PAC são devidos a:

- liberação de créditos orçamentários nos últimos dias do exercício, o que contribui para incrementar o estoque de recursos em restos a pagar; tal fato foge à governabilidade desta Secretaria;

- caráter plurianual dos empreendimentos, extrapolando o exercício, com execução das obras com recursos de restos a pagar;

- processo licitatório, que geralmente é bastante demorado, licenciamento ambiental e falta de celeridade na execução das obras pelos proponentes.

Como são condições cuja atuação principal é do ente federado que está executando a obra, as ações da Secretaria são no sentido de auxiliar o executor nas dificuldades encontradas.

A divisão do monitoramento dos proponentes selecionados e dos empreendimentos contratados, em 2015, passou a ser por regiões o que possibilita um maior conhecimento sobre a região de atuação dos técnicos para auxiliar ultrapassar os entraves.

As discussões em salas de situação também vêm a contribuir com o melhor desenvolvimento dos projetos/obras, bem como o reforço advindo da capacitação dos técnicos em mobilidade urbana.

3.3.5 Informações sobre a execução das despesas executadas diretamente pela Unidade

A seguir são apresentadas informações sobre a execução das despesas realizadas diretamente pela Unidade Gestora da SNTMU.

3.3.5.1 Despesas totais por modalidade de contratação

No Ministério das Cidades, as licitações são executadas pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGLog) da SPOA da Secretaria Executiva e não pelas Secretarias finalísticas como é o caso da SNTMU.

O Quadro a seguir apresenta o total de despesas que já passaram pela fase de liquidação e o total que já passou pela fase de pagamento referentes à execução de despesa de diárias.

A execução financeira das passagens é executada pela SPOA/SE.

Quadro 17 – Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária:		Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	0,00	0,00	0,00	0,00	
a) Convite	-	-	-	-	
b) Tomada de Preços	-	-	-	-	
c) Concorrência	-	-	-	-	
d) Pregão	-	-	-	-	
e) Concurso	-	-	-	-	
f) Consulta	-	-	-	-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	
2. Contratações Diretas (h+i)	0,00	0,00	0,00	0,00	
h) Dispensa	-	-	-	-	
i) Inexigibilidade	-	-	-	-	
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	176.324,26	186.568,95	176.324,26	186.568,95	
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-	
l) Diárias	176.324,26	186.568,95	176.324,26	186.568,95	
5. Outros	1.101,15	1.767,70	1.101,15	1.767,70	
6. Total (1+2+3+4+5)	177.425,41	188.336,65	177.425,41	188.336,65	

3.3.5.2 Despesas por grupo e elemento de despesa**Quadro 18 – Despesas por grupo e elemento de despesa**

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:				
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-

Correntes								
Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
14-Diarias Pessoal civil ...	176.324,26	186.568,95	176.324,26	186.568,95	-	-	176.324,26	186.568,95
36-outros-serviços de terceiros – pessoa física...	1.101,15	1.767,70	1.101,15	1.767,70	-	-	1.101,15	1.767,70
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

3.3.5.3 Análise crítica da realização da despesa

As despesas realizadas na SNTMU são demonstradas no Quadro despesas totais por modalidade de contratação e Despesas por grupo e elemento de despesa e referem-se a despesas correntes, são gastos com diárias de servidores com a finalidade de participação em eventos, reuniões técnicas e monitoramento dos contratos sob a responsabilidade da UPC.

Com relação à execução das ações orçamentárias sob a responsabilidade da UPC, cabe esclarecer que, o Ministério das Cidades opta por realizar a execução do orçamento de forma centralizada através da Secretaria Executiva. Assim, a SNTMU não executa diretamente essas ações.

As obras de mobilidade urbana são realizadas por descentralização de recursos via Mandatária da União, conforme apresentado neste Relatório.

3.4 Execução descentralizada com transferência de recursos e acompanhamento das ações da Caixa Econômica Federal

Este subitem trata, na sua integralidade, do acompanhamento das ações da Caixa Econômica Federal atuando como Mandatária da União desde a operacionalização das contratações quanto da prestação de contas e apresenta uma visão gerencial das obras em andamento em situação atrasada e paralisada.

De forma resumida, as transferências vigentes no exercício de 2015 são em número de 520 destes, 435 Contratos de Repasse, 85 Termos de Compromisso. O valor global das transferências é de R\$ 18,262 bilhões de valor de repasse e R\$ 21,183 bilhões de valor de investimento. Na análise crítica são apresentadas mais informações sobre os instrumentos vigentes em 2015.

Nas salas de situação são discutidas as dificuldades encontradas e as soluções de forma conjunta.

3.4.1 Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos

O quadro a seguir contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos últimos três exercícios.

Os valores referem-se à totalidade dos instrumentos de cada exercício e não somente aos instrumentos celebrados em cada exercício.

Quadro 19 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Caixa Econômica Federal - Programas Sociais					
CNPJ:	01.227.588/0001-83					
UG/GESTÃO:	175004/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	7	17	5	25.262.258,14	17.482.080,56	62.422.717,75
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	4	49	33	451.865.375,88	532.957.232,74	58.288.961,08
Totais	11	66	38	477.127.634,02	550.439.313,30	120.711.678,83

Fonte: CAIXA

3.4.2 Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores

O quadro a seguir visa demonstrar a situação gerencial da prestação de contas pelos recebedores dos recursos transferidos desta UPC por meio da Caixa Econômica Federal como Mandatária da União.

A data das informações da prestação ou não das contas é 31 de dezembro de 2015.

O Quadro evidencia a quantidade e o montante repassado dos instrumentos até o final de cada exercício de acordo com a situação da prestação de contas: prestadas ou não prestadas.

Foram consideradas as **prestações de contas finais**.

Quadro 20 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana					
UG/GESTÃO: 560007/001					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	-	121	-
		Montante Repassado	-	35.210.861,26	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	16	-
		Montante Repassado	-	5.859.395,69	-
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	9	-
		Montante Repassado	-	2.972.711,00	-
Fonte: CAIXA					

3.4.2.1 Visão gerencial da análise das contas prestadas

O Quadro a seguir contempla informações sobre a análise de contas realizadas pela Caixa Econômica Federal com Mandatária da União nos instrumentos sob responsabilidade da SNTMU no exercício de 2015.

Apresenta a quantidade e montante envolvendo contas analisadas e não analisadas.

Quadro 21 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana					
UG/GESTÃO: 560007/001					
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos			
		Convênios	Contratos de repasse	...	
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-	72	-	
	Quantidade reprovada	-	0	-	
	Quantidade de TCE instauradas	-	1	-	

	Montante repassado (R\$)	-	18.345.835,87	-
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	62	-
	Montante repassado (R\$)	-	35.274.207,37	-
Fonte: CAIXA				

O Quadro a seguir apresenta o perfil dos atrasos na análise das prestações de contas de recursos repassados pela UPC. Indica os dias de atraso em relação à data em que deveriam ter sido concluídas as análises das contas prestadas.

Quadro 22 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana					
UG/GESTÃO: 560007/001					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios					
Contratos de repasse	13	6	4	5	56
Termo de Compromisso					
Fonte: CAIXA					

3.4.2.2 Análise Crítica

A SNTMU possui 520 instrumentos de transferências vigentes em 2015, em valor total de R\$ 18,687 bilhões, incluindo as contrapartidas atinge o valor de R\$ 21,923 bilhões.

Desses, 435 são contratos de repasse que somam R\$ 425 milhões de valores de repasse e, incluindo as contrapartidas, R\$ 480 milhões, não PAC. Caracterizando elevado número de contratos de pequeno valor.

Os termos de compromisso, vinculados ao Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) são 85, cujos valores de repasse são de R\$ 18,262 bilhões, somado às contrapartidas chega a R\$ 21,442 bilhões. Inclui obras de vulto tais como corredores de ônibus, metrô e VLTs em capitais brasileiras tais como Recife, Salvador, Fortaleza, Curitiba e Rio de Janeiro.

São destaques no rol de empreendimentos o VLT do Rio de Janeiro, obra cujo primeiro trecho deverá ser entregue à população na época das Olimpíadas e o Metrô de Salvador, com apoio do Governo Federal incluindo recursos de OGU.

Todos estes instrumentos referem-se a instrumentos com recursos do OGU assinados entre os entes federados e a Mandatária da União – Caixa Econômica Federal, demonstrando a carteira elevada da Secretaria.

Como já comentado neste Relatório as obras, principalmente as maiores, estão em fase inicial e por isso os montantes desembolsados perfazem somente R\$ 477 milhões no exercício, incluindo os contratos de repasse (R\$ 25 milhões) e os termos de compromisso (R\$ 452 milhões). É inferior ao montante desembolsado em 2014 que foi de R\$ 550 milhões conforme apresentado no

Quadro Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios, principalmente considerando os limites financeiros disponibilizados em função da crise instalada no país.

Quinhentos e nove instrumentos encontram-se na posição Adimplentes, nestes incluídos os 85 termos de compromisso do PAC.

Sete contratos de repasse, não PAC, na situação Inadimplente e dois foram Excluídos em 2015, porém constam no total pois estiveram ativos parte do exercício.

Quanto às medidas adotadas para inadimplências, a Mandatária da União (CAIXA) atua notificando os responsáveis para a apresentação da prestação de contas. Transcorrido o prazo de 30 dias sem o saneamento da irregularidade, a operação é inscrita em inadimplência no SIAFI/CAUC e instaurado o processo de Tomada de Contas Especial, caso haja dano ao Erário.

Conforme apresentado no Quadro Resumo de instrumentos celebrados pela UG nos últimos três exercícios, em 2014, foi o ápice em termos de novas contratações com recurso do OGU, principalmente quanto à quantidade de instrumentos celebrados, em virtude dos termos de compromissos firmados dos empreendimentos do PAC Mobilidade Grandes Cidades e do Pacto da Mobilidade, cujas seleções possuem lastro com estes recursos. Em 2015 houve redução de novas contratações, mas o montante dos recursos repassados reduziu 13% com relação ao valor repassado no ano de 2014, mantendo desta forma patamar próximo a R\$ 500 milhões.

O exercício de 2015 teve retração devido à crise instaurada no país e não ocorreu a ampliação substancial de maturação e evolução das obras selecionadas no âmbito do PAC prevista. São obras de altos valores de investimento por empreendimento.

Em 2015 foram prestadas contas de 121 contratos de repasse e 16 ainda não tiveram as contas prestadas, restando também nove de exercícios anteriores.

Das contas analisadas no exercício 72 foram aprovadas não ocorrendo reprovações.

Cabe destacar que compete à CAIXA, atuando como Mandatária da União, de acordo com contrato de prestação de serviços entre o Ministério das Cidades e a CAIXA, receber e analisar as prestações de contas apresentadas pelos entes federados e adotar as providências necessárias à respectiva baixa das prestações de contas, relativas aos contratos de repasse.

Também cabe à CAIXA instaurar Tomada de Contas Especial (TCE) nos casos de não cumprimento do objeto, parcial ou total, ou na hipótese de não apresentação, no prazo contratualmente estipulado, da prestação de contas ou da documentação necessária à sua análise, ou nos casos de determinação dos Órgãos de Fiscalização e de Controle.

Da mesma forma cabe à CAIXA proceder ao registro no SIAFI referentes à comprovação, aprovação ou eventual inadimplência dos processos de prestação de contas dos contratos de repasse.

Assim, as questões referentes às estruturas de contas prestadas e suas necessidades são apresentadas pela referida instituição financeira.

As transferências como instrumento de execução descentralizadas de políticas públicas a cargo desta UPC está de acordo com as atribuições da União estabelecidas pela Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que não são de fomento à implantação de projetos de transporte público de grande e médias capacidade e de apoio financeiro aos entes federados.

A capilaridade da Caixa Econômica Federal em todo o território nacional permite operacionalizar essas transferências para os Estados e municípios que são responsáveis por planejar e executar a política de mobilidade urbana.

3.4.3 Situação das obras realizadas em parceria com a Caixa Econômica Federal - CEF

A seguir é feita uma análise gerencial acerca das obras atrasadas e paralisadas separando as obras do OGU/PAC e Não PAC e de Financiamento que estão sendo monitoradas por diferentes Departamentos.

3.4.3.1 OGU PAC E FIN

Importante ponderar que no âmbito do MICE - Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do MCidades para Projetos inseridos no PAC, referência utilizada pela CAIXA, como Mandatária da União, para elaboração de seus manuais específicos, no caso de recursos de OGU, é obra paralisada aquela que estiver sem desbloqueios há mais de três meses consecutivos, e sua retomada é considerada somente após apresentação de relatório de execução pelo tomador à mandatária, depois de constatada a paralisação da obra.

No caso dos financiamentos, no âmbito do Agente Operador do FGTS, os critérios de situação da obra são definidos pelo Agente Operador, sendo que a metodologia adotada como indicador na definição da situação das obras é ATRASADA: identificada quando o cálculo do percentual de atraso (negativo) apurado nos relatórios de acompanhamento for superior a 20% e PARALISADA: corresponde a operação sem evolução em período maior ou igual a 90 dias, ou mediante parecer técnico.

As análises da carteira de obras atrasadas e paralisadas efetuada por este Departamento é apresentada a seguir, separadamente por fonte, específica para os empreendimentos vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

OGU/PAC:

Do total de 195 empreendimentos de mobilidade urbana selecionados com recursos do OGU, perfazendo um total de aporte de R\$ 27,9 bilhões que somados aos valores das contrapartidas locais – Estados, Municípios e Setor Privado – totalizam investimentos no valor de R\$ 35,54 bilhões, 82% - 158 empreendimentos – encontram-se em “Ação Preparatória”, ou seja, com obras não iniciadas no valor equivalente de OGU de R\$ 20,67 bi e de investimento total de R\$ 24,13 bi. Ressalta-se que do total de empreendimentos selecionados 43%, 84 empreendimentos, encontram-se com termo de compromisso com a União formalizados, totalizando aporte de 115,05 bilhões do OGU e investimento total de 18,25 bilhões.

O universo desta análise (empreendimentos com obras atrasadas ou paralisadas) abrange quase 19% do total de empreendimentos contratados exclusivamente com recursos de OGU, sendo - 16 contratos – e que totalizam um aporte de R\$ 3,68 bilhões de recursos de OGU cuja soma com as contrapartidas locais é de R\$ 3,98 bilhões de investimentos totais.

O gráfico abaixo mostra o desenvolvimento financeiro de todos os contratos existentes com recursos do OGU e podemos verificar que os desbloqueios de recursos ocorrem somente a partir de setembro de 2014.

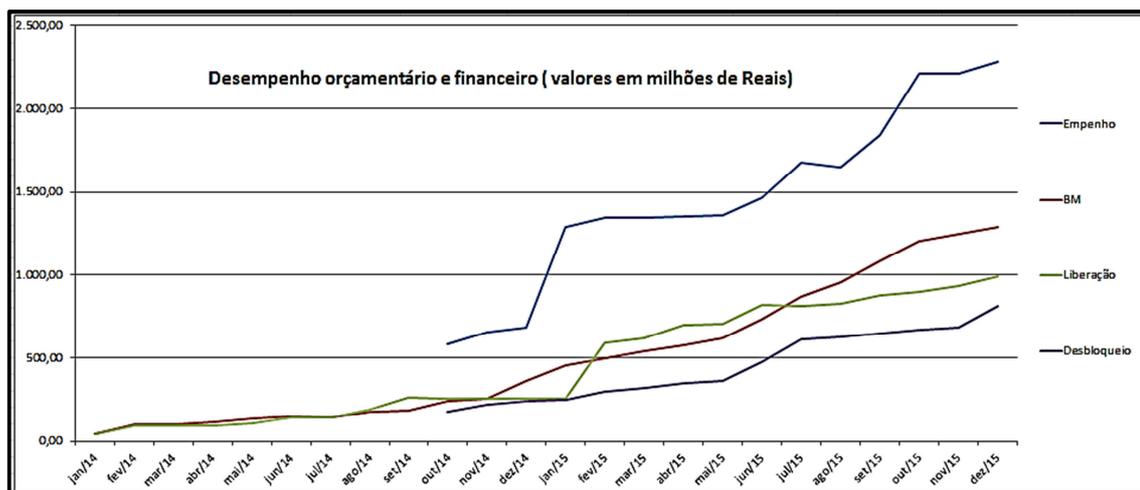


Figura 3 - Visão Esquemática do Acompanhamento Financeiro.

Do gráfico observa-se que a evolução orçamentária e financeira ganhou desenvoltura já em 2015, de fato em 2014 eram apenas 19 empreendimentos iniciados (sendo alguns relativos à projetos) e em 2015 o número passou para 36. Isso ajuda a explicar o aumento do número de empreendimentos em atraso ou paralisados, considerando que em dezembro de 2014 somente 4 empreendimentos encontravam-se em situação de atraso em relação ao cronograma vigente à época.

A seguir, os quadros mostram o número de contratos atrasados e paralisados em 2014 e 2015 e a comparação entre a situação dos mesmos nas datas base de dezembro de 2014 e dezembro de 2015.

Tabela 6 - Obras Atrasadas e Paralisadas OGU/PAC

SITUAÇÃO		
	2014	2015
Atrasadas	3	14
Paralisadas	1	2
EVOLUÇÃO		
estavam atrasadas e paralisaram	0	
estavam atrasadas e continuam	3	
estavam atrasadas e estão normais	0	
estavam paralisadas e continuam	0	
estavam paralisadas e atrasaram	1	
estavam paralisadas e estão normais	0	

Em 2014 havia somente 3 contratos atrasados e 1 paralisado sendo que os demais em análise encontravam-se em situação normal. Dos contratos atrasados em 2014 a situação se repetiu em dezembro de 2015, embora isso não signifique que o contrato permaneceu nessa situação durante o

ano todo, pois pode ter havido a reprogramação do contrato vigente e, no momento da análise o desenvolvimento da obra estava aquém do estabelecido no cronograma reprogramado.

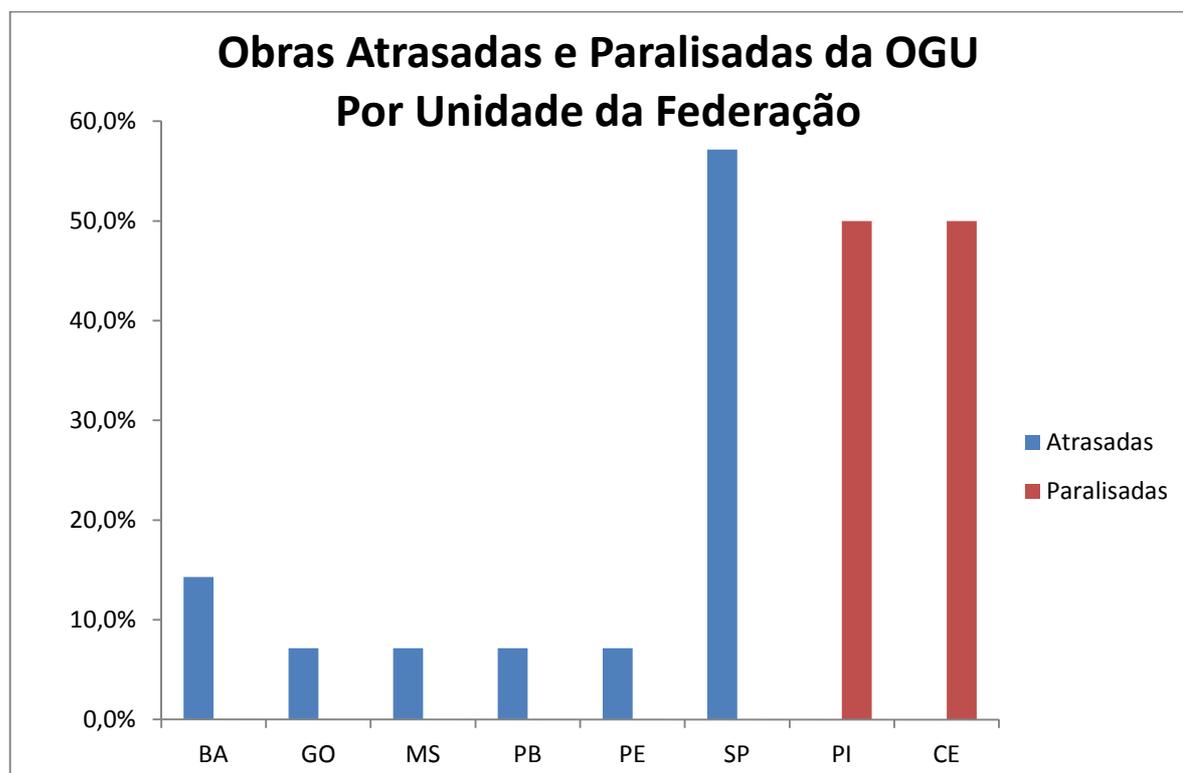


Figura 4 - Obras atrasadas e paralisadas da OGU por unidade da Federação

FINANCIAMENTO:

Para este relatório foi realizado levantamento específico dos empreendimentos com recursos de Financiamento em relação à evolução de obras paralisadas e atrasadas para as quais, analisando de forma global foi observado um aumento de cerca de 15% para os empreendimentos atrasados e de cerca de 83% para os paralisados. Importante salientar que foi utilizada a base do Agente Operador e em situações específicas em que foi identificada divergência, a situação foi atualizada pelo corpo técnico da SNTMU. Destaca-se a conclusão de 36 empreendimentos em 2015.

O quadro abaixo mostra a evolução da situação dos empreendimentos comparativamente:

Quadro 23 – Resumo quantidade obras atrasadas e paralisadas FIN

	2014	2015	Evolução % 2014 - 2015
Normal*	85	157	85%
Atrasada	147	169	15%
Paralisada	35	64	83%
Concluída	54	90	67%
TOTAL (Obras Iniciadas)	321	480	50%

*A situação "NORMAL" abrange diversas situações de andamento de obra, excetuando-se atrasada, paralisada ou finalizada, podendo englobar obras adiantadas, em conformidade com o cronograma entre outras.

Cabe salientar o contraponto entre o aumento do número de obras atrasadas ou paralisadas e o número de obras iniciadas, que aumentou em 50%, este dado melhora quando se verifica que o número de empreendimentos em situação normal aumentou em 85%. Ressalta-se ainda que o número de operações contratadas subiu de 566 para 658, aumento de 16%.

Na comparação entre os exercícios 2014/2015, caso a caso, constata-se que, dos 35 empreendimentos paralisados, somente 16 permaneceram nessa situação em 2015, sendo que 13 deles retomaram o desembolso, embora ainda encontrem-se atrasados. Destaca-se que a situação de paralisia de empreendimentos, em grande parte, deve-se a problemas contratuais com empreiteiras, tal como rescisão contratual.

Tabela 7 - Obras Paralisadas FIN

EVOLUÇÃO PARALISADAS	
Estavam Paralisadas e Continuum	16
Estavam Paralisadas e Atrasaram	13
Estavam Atrasadas e estão Normais	6

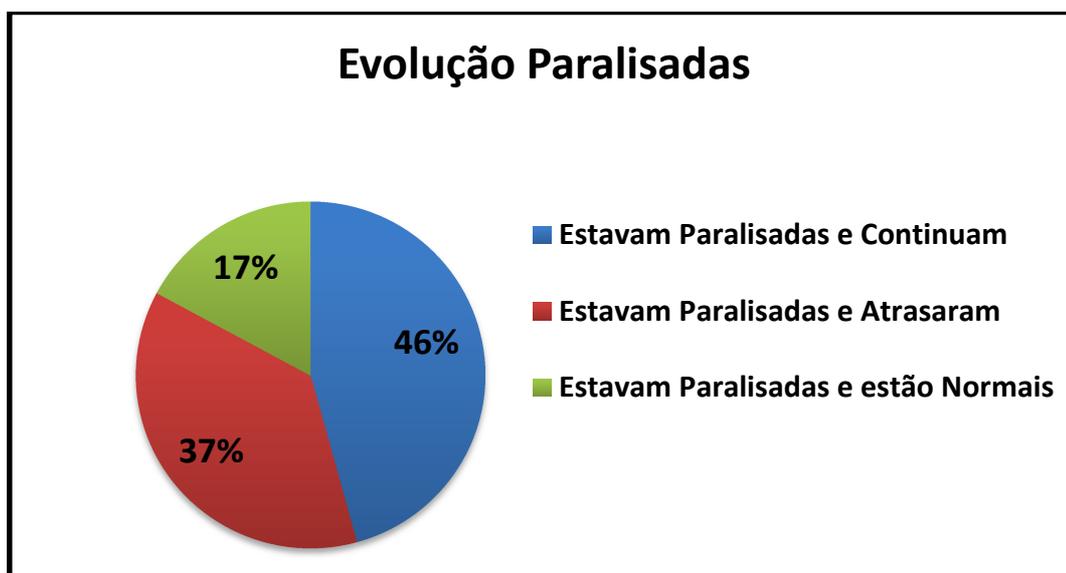


Figura 5 – Evolução Obras Paralisadas FIN

Das 147 obras atrasadas, em relação à situação em 2014, 25 (17%) paralisaram, 65 (45%) permaneceram nessa situação e 57 (39%) voltaram à normalidade, conforme quadro e gráfico abaixo:

Tabela 8 - Obras Atrasadas FIN

EVOLUÇÃO ATRASADAS	
Estavam Atrasadas e Paralisaram	25
Estavam Atrasadas e Continuum	65
Estavam Atrasadas e estão Normais	57

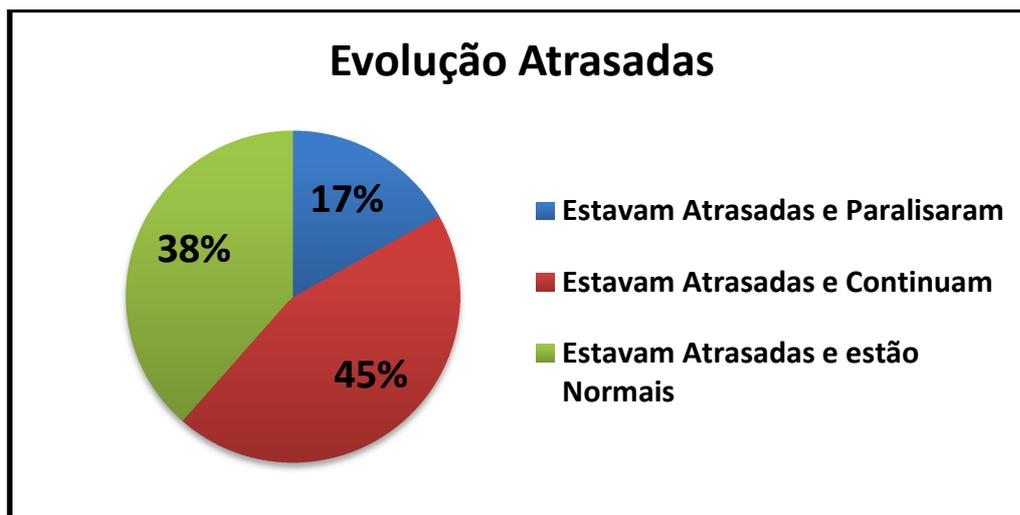


Figura 6 - Evolução Obras Atrasadas FIN

Importante ressaltar que obras atrasadas tornam-se normais a partir da reprogramação do cronograma de forma a repactuar os prazos de entregas e conclusão de etapas originalmente estabelecidas, pois obras de mobilidade urbana que, em geral, são desenvolvidas no ambiente urbano ocupado, sofrem com imprevistos diversos que inevitavelmente geram alterações nos seus cronogramas ao longo da implantação da obra.

Os empreendimentos de mobilidade urbana estão sendo implantados no espaço urbano consolidado, construído ou não, mas que, independente disso, causam significativo impacto ambiental e/ou de vizinhança ocasionando diversas situações inesperadas que precisam de solução, seja por causa do meio ambiente, seja por causa dos deslocamentos involuntários - desapropriações ou remoção de famílias, ou por questões relacionadas com o patrimônio histórico etc.

Com o objetivo buscar soluções para os problemas encontrados no desenvolvimento dos contratos, a SNTMU, por meio do Departamento de Mobilidade Urbana (DeMOB), acompanha a situação de todos os contratos, sejam eles de elaboração de projetos ou de implantação de obras, sempre dando prioridade para aqueles que se encontram em situação de atrasados e paralisados.

O acompanhamento é realizado sistematicamente seja por meio de reuniões por videoconferência na CAIXA Matriz, com a participação dos representantes da GIGOV/CAIXA local e dos gestores locais - prefeituras e governos estaduais, responsáveis diretos pelo desenvolvimento da obra.

Além disso, organiza acompanhamentos pontuais *in loco* de monitoramento de forma a verificar o motivo da persistência de uma determinada situação, sobretudo em relação às obras paralisadas.

A SNTMU está atenta para a situação de cada empreendimento sob nossa gestão e acompanha a partir de quatro gerências responsáveis por agrupamento de obras nas diferentes regiões do país, dentro de uma mesma diretoria que se ocupa basicamente da gestão dos contratos em andamento na SNTMU.

As bases utilizadas nestes levantamentos estão no Anexo deste Relatório.

A seguir estão apresentados as obras atrasadas e paralisadas por unidade da federação, conforme orientação do TCU para este relatório.

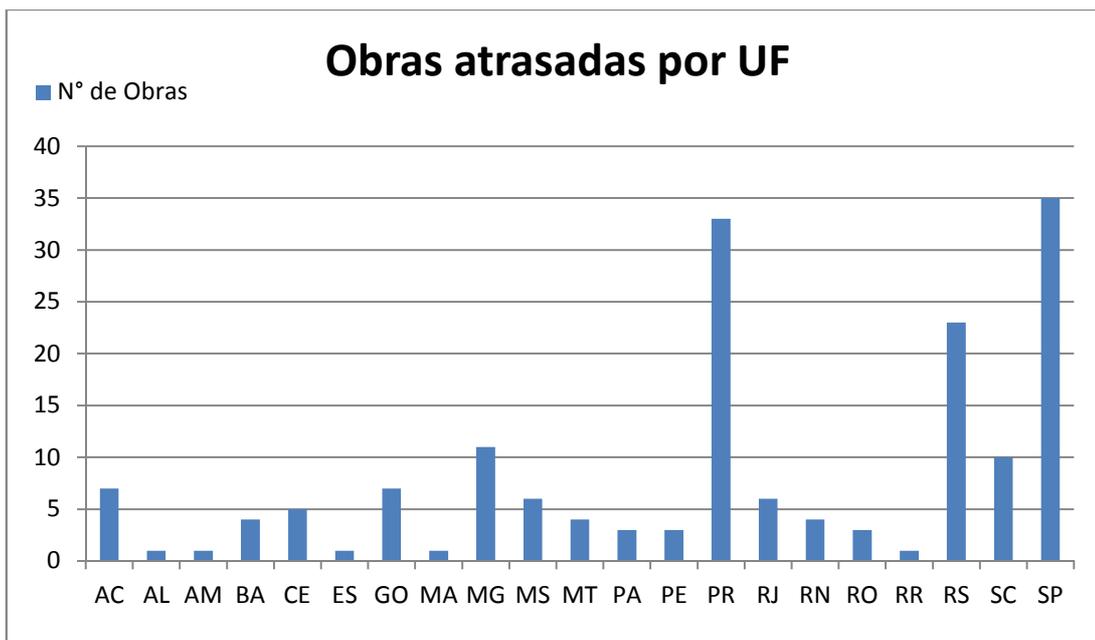


Figura 7 - Obras atrasadas FIN por unidades Federativas

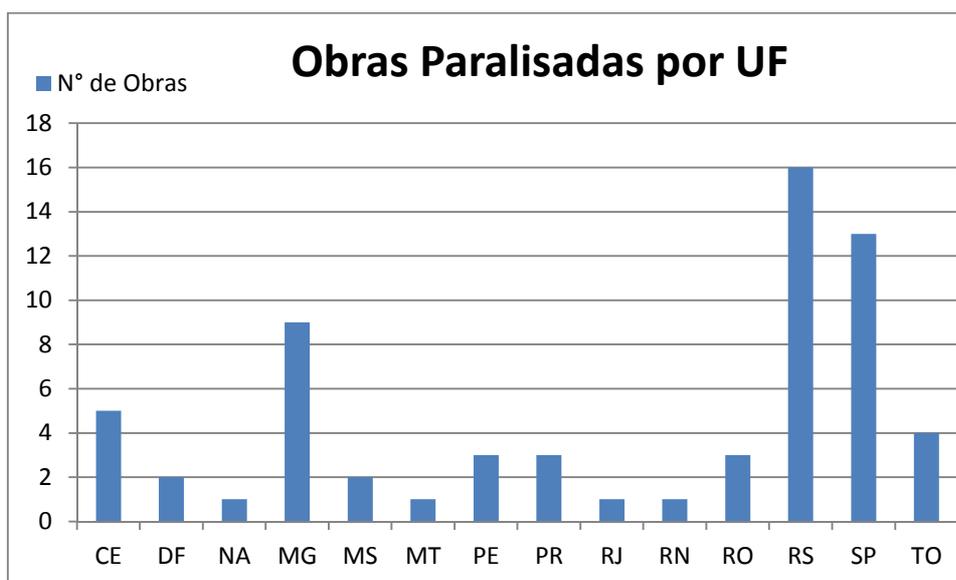


Figura 8 - Obras paralisadas FIN por unidade Federativa

3.4.3.2 OGU/NÃO PAC

Como já informado neste Relatório a gestão e o monitoramento dos empreendimentos das emendas parlamentares das Ações do Programa 2048 Mobilidade Urbana e Trânsito, Não PAC, estão sendo desenvolvidas pelo Departamento de Regulação e Gestão (DEREG).

Desta carteira Não PAC, em dezembro de 2014, existiam 219 empreendimentos de emendas parlamentares com ações vinculadas à mobilidade urbana e trânsito, nas situações paralisadas e atrasadas.

No decorrer de 2015 foram tomadas algumas providências com o intuito de identificar a causa dos atrasos e paralisações, notificando os entes e a Caixa Econômica Federal por meio de ofícios e e-mails, a fim de que fossem adotadas iniciativas que modificassem o status dos referidos empreendimentos.

A partir de tais iniciativas, em dezembro de 2015, tais empreendimentos encontravam-se nas situações detalhadas abaixo:

Tabela 9 - Obras Atrasadas e Paralisadas OGU Não PAC

SITUAÇÃO OBRA 2015	Quant.	%
ADIANTADA	1	0,5%
ATRASADA	70	32,0%
CONCLUIDA	54	24,7%
NORMAL	19	8,7%
PARALISADA	75	34,2%
TOTAL	219	100,0%

Destaque-se que com as medidas adotadas por esta Secretaria e pela CAIXA, 33,8% das emendas que estavam nas situações paralisadas e atrasadas tiveram seu status modificado, sendo que 24,7% delas foram concluídas.

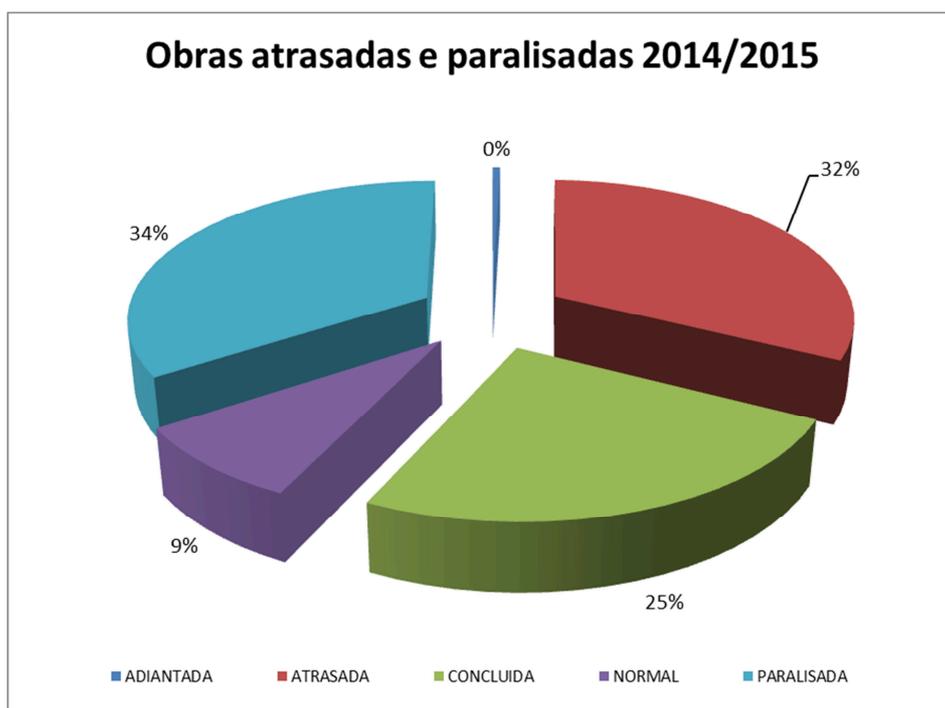


Figura 9 - Obras Atrasadas e Paralisadas OGU Não PAC

Em dezembro de 2015, a partir de informações obtidas no Banco de dados da Caixa, referente a 31/12/2015, posição de 04/02/2016, a SNTMU contava com um total de 435 empreendimentos vinculados à ações de Mobilidade Urbana e Trânsito, não PAC, distribuídas pelas seguintes situações:

Tabela 10 - Situação de Obras Atrasadas e Paralisadas Não PAC

SITUAÇÃO OBRA	QUANT.	%
ATRASADA	68	15,6%
CONCLUÍDA	142	32,6%
NAO INICIADA	20	4,6%
NORMAL	99	22,8%
OBRA NAO EXECUTADA - CONTRATO CANCELADO - DIVIDA LIQUIDADA	1	0,2%
PARALISADA	95	21,8%
SEM INFORMAÇÃO	10	2,3%
TOTAL	435	100,0%

Deste total, 163 empreendimentos encontram-se nas situações atrasadas e paralisadas, correspondente a 37,5% do total de empreendimentos. Para estes contratos, a SNTMU adotará os procedimentos de notificações dos proponentes e da Caixa Econômica Federal, com o intuito de modificar tais status.

Importante destacar que, das 435 emendas consideradas nesta análise, 241 (55,4%) dos empreendimentos encontram-se nas situações “concluída” ou “normal”, dentre os quais 142 (32,6%) encontram-se no status de “concluídas”; e 99 (22,8%) encontram-se na situação “normal”, ou seja, com o ritmo de execução adequado ao cronograma previsto.

3.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Em 2015, a partir da necessidade de monitorar, avaliar e revisar a implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), iniciou-se na Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SNTMU, um trabalho de seleção e acompanhamento de indicadores, visando realizar um diagnóstico da efetividade desta política.

Foi formado um Grupo de Trabalho - GT, coordenado pela SNTMU em conjunto com Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento - ITDP. O Grupo de Trabalho para selecionar indicadores visando avaliar a efetividade da PNMU foi instituído formalmente pela Portaria do Ministério das Cidades nº 536, de 9 de outubro de 2015, e alterada pelas Portarias nº 567, de 3 de novembro de 2015 e nº 677, de 29 de dezembro de 2015, sendo assim composto por 27 membros de 11 instituições parceiras.

Sem desconsiderar a complexidade e amplitude do ciclo de avaliação de uma política pública, foi definido para este trabalho o foco na avaliação da efetividade da PNMU com vistas a identificar os efeitos produzidos na vida da população, buscando assim avaliar o real valor dos investimentos através do impacto social gerado. Entende-se aqui, por impacto social, as “mudanças socioeconômicas, ambientais ou institucionais decorrentes dos resultados obtidos pela aplicação da política” (Indicadores - Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública, MPOG 2012).

Estão sendo compilados e analisados os indicadores já disponíveis por várias instituições que produzem ou tratam dados de mobilidade urbana no Brasil, com foco naqueles indicadores compatíveis com o acompanhamento da efetividade da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/12). Estes indicadores também estão sendo avaliados de acordo com a periodicidade de medição, abrangência e confiabilidade da fonte primária, para que possam compor o rol de indicadores monitorados pela SNTMU.

Considerando os desafios de disponibilidade e consolidação de dados no país, o trabalho do GT toma por base indicadores existentes que possam ser aplicados em um horizonte de tempo curto, ao mesmo tempo em que identifica alguns indicadores que deverão ser objeto de um plano de trabalho para serem viabilizados em médio ou longo prazo.

Composição do Grupo de Trabalho:

- I. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades - SNTMU;
- II. Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos - NTU;
- III. Associação Nacional de Transportes Públicos - ANTP;
- IV. Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos - ANPTrilhos;
- V. Instituto de Energia e Meio Ambiente - IEMA;
- VI. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;
- VII. Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento - ITDP;
- VIII. WRI Brasil Cidades Sustentáveis;
- IX. União de Ciclistas do Brasil – UCB;
- X. Caixa Econômica Federal – CAIXA;
- XI. Associação Brasileira da Indústria Ferroviária – ABIFER.

RESULTADOS PARCIAIS:

Foi definida uma lista de 7 eixos temáticos alinhados com resultados efetivos da implantação da PNMU. Também foram definidos e pactuados entre os membros do GT uma descrição objetiva para cada um dos 7 eixos temáticos e seus aspectos, com a finalidade de balizar a posterior escolha de indicadores. Os 7 eixos temáticos com suas respectivas definições e aspectos estão listados a seguir:

Quadro 24 – Eixos temáticos dos indicadores em estudos

Eixo temático	Descrição	Aspectos considerados
1. Qualidade do sistema de mobilidade urbana	Promover a qualidade do sistema de mobilidade urbana de modo a garantir as condições de deslocamentos adequadas para as pessoas.	Qualidade dos deslocamentos
		Satisfação do usuário
2. Desenvolvimento urbano integrado	Promover o desenvolvimento urbano que fomente usos variados e equilíbrio de atividades distribuídas no espaço, por meio da integração das políticas de mobilidade urbana com a política de desenvolvimento urbano e demais políticas setoriais.	Distribuição das atividades no território
3. Sustentabilidade econômica e financeira	Promover sistemas de mobilidade economicamente sustentáveis considerando a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços.	Custo geral do sistema de mobilidade urbana
		Identificação de como são pagos estes custos

4. Gestão democrática e controle social	Promover a participação da sociedade civil no planejamento, monitoramento e avaliação dos sistemas de mobilidade urbana.	Participação na tomada de decisão
		Disponibilidade de informações sobre planos e projetos
5. Acesso e equidade	Promover o acesso ao território e às oportunidades da vida urbana para todos de forma a favorecer a equidade, com atenção para grupos de baixa renda, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	Viagens
		Custos para o usuário
		Tempo de viagem
		Acessibilidade dos pontos de embarque
		Capilaridade territorial
6. Sustentabilidade Ambiental	Reduzir os impactos negativos dos sistemas de mobilidade urbana no meio ambiente e na saúde humana.	Poluição local
		Poluição global
		Uso de combustível alternativo
		Priorização de modos de transporte coletivo e não motorizados
7. Acidentes de transportes	Promover sistemas de mobilidade que prezem pela segurança das pessoas nos diversos modos de deslocamentos.	Acidentes
		Mortes
		Feridos

Com os trabalhos desenvolvidos até o momento foi obtida uma lista preliminar de indicadores, relativas a estes eixos temáticos. Esta lista considera indicadores a serem consolidados no curto prazo (em até um ano), por já existirem dados ou por já serem acompanhados por algum órgão ou instituição; e indicadores a serem acompanhados no médio ou longo prazo (superior a um ano), por ainda não serem medidos ou ainda necessitarem de maior detalhamento sobre a forma de medição e assim exigirem um plano de trabalho para viabilizar a coleta dos dados, como por exemplo, pesquisas diretas com os usuários do sistema de mobilidade urbana, novas parcerias institucionais, entre outros.

Foi produzida uma lista preliminar de indicadores, que ainda deverá ser discutida pelo GT a fim de se obter uma lista final reduzida. Os indicadores desta lista final serão detalhados em fichas específicas, contendo descrição, método de cálculo, unidade, fonte de dados, periodicidade de medição, abrangência, nível de desagregação, entre outros. A partir de então se iniciará o processo de coleta de dados dos indicadores de curto prazo e a elaboração de plano de trabalho para produção de cada indicador selecionado que atualmente não possui dados disponíveis.

Assim, os membros do GT serão ainda envolvidos nas seguintes atividades:

- Consolidação de lista de indicadores (março/2016);
- Elaboração de ficha detalhada para cada indicador da lista final (previsto para abril/2016);

- Elaboração de relatório do processo realizado para definição dos indicadores (previsto para maio/2016);
- Planejamento e realização de um projeto piloto de coleta de informações para os indicadores selecionados (previsto para ser realizado entre março e agosto/2016);
- Revisão da lista de indicadores com base nos resultados do projeto piloto (previsto para ser realizado entre agosto e outubro/2016);
- Realização de seminários e oficinas para divulgação do processo e resultados (após outubro/2016);
- Elaboração de relatórios periódicos de monitoramento dos indicadores (após outubro/2016).

Considerando que este projeto ainda está em fase de seleção dos indicadores, não é possível indicar neste momento os atributos, valores e análises críticas para tais indicadores. Conforme destacado, a partir da medição e monitoramento dos indicadores selecionados, serão elaborados relatórios analíticos periódicos.

Após a seleção e organização desses indicadores de efetividade, será possível agregar alguns deles aos monitoramentos que estão em andamento, como os indicadores do PPA 2016/2019.

Outro trabalho a ser destacado, já apresentado neste Relatório de Gestão, é o desenvolvimento do Plano Tático da SNTMU que tem por objetivo melhorar a integração dos processos decisórios promovendo o alinhamento das decisões no nível tático ao nível estratégico (Planejamento Estratégico) e orientar as atividades e tarefas no nível operacional. Esse projeto é coordenado pela Secretaria Executiva e conta com o apoio da Comissão Técnica do Plano Tático - CTPT composta por 11 técnicos da SNTMU.

O planejamento tático é uma extensão do planejamento estratégico. Ele irá estabelecer os passos necessários para implementar o plano estratégico de uma organização. O Plano Tático trará um conjunto de iniciativas estratégicas a serem priorizadas pela SNTMU bem como indicadores definidos para o monitoramento dessas iniciativas.

O Plano Tático da SNTMU e a definição de indicadores de efetividade da PNMU têm sido conduzidos de forma coordenada e possuem previsão de alinhamento de seus indicadores para outubro de 2016, tal como cronograma apresentado em Quadro anexo. A finalização dessas iniciativas permitirá a SNTMU o início do monitoramento e avaliação de sua atuação com maior robustez.

De toda maneira, a cesta de indicadores definida no Plano Plurianual (PPA) 2012/2015, atendendo inclusive a recomendações e determinações dos órgãos de controle, realizada de forma conjunta com a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MPOG) e esta UPC, mantém-se. São utilizados parâmetros desenvolvidos por outras instituições, que possibilitam aferir aspectos relacionados ao Programa Temático Mobilidade Urbana e Trânsito, gerando subsídios para a avaliação do respectivo Programa Temático.

São 18 indicadores extraídos de sistemas e pesquisas realizados por instituições externas ao MCidades como a Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), cuja apuração e o monitoramento estão a cargo da SPI/MPOG. Os dois indicadores referentes a trânsito estão sob responsabilidade do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) do MCidades.

Os indicadores selecionados constam no documento PPA 2012/2015, Programa 2048 Mobilidade e Trânsito disponíveis no Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP) do MPOG e estão apresentados no Quadro a seguir, agrupados de acordo com a instituição de referência.

Cabe destacar, no entanto, conforme indicado na observação da maioria dos indicadores apresentados a seguir, a existência de uma limitação na aferição dos mesmos, uma vez que as pesquisas realizadas pelas instituições de referência não possuem uma periodicidade observada – em razão, por exemplo, da baixa taxa de resposta dos municípios e demais entraves operacionais, técnicos e/ou financeiros – de forma não ter sido possível, portanto, atualizar as apurações continuamente.

Ressalta-se que a apuração fica a cargo da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Quadro 25 – Indicadores de Desempenho do PPA 2012/2015

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor apurado 2012*		Valor apurado 2013*		Valor apurado 2014*		Valor apurado 2015*	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
INDICADORES ANTP											
Índice de mobilidade	Viagens ao dia/habitante	01/01/2009	1,59	31/12/2011	1,65	31/12/2011	1,67	31/12/2012	1,76	31/12/2013	1,74
Tempo médio de viagem no sistema de transporte individual motorizado em cidades maiores de 60 mil habitantes	Minuto	31/12/2009	15	31/12/2011	15	31/12/2011	15	31/12/2012	15	31/12/2013	15
Tempo médio de viagem no sistema de transporte não-motorizado em cidades maiores de 60 mil habitantes	Minuto	31/12/2009	16	31/12/2011	16	31/12/2011	16	31/12/2012	16	31/12/2013	16
Tempo médio de viagem no sistema de transporte público coletivo em cidades maiores de 60 mil habitantes	Minuto	31/12/2009	36	31/12/2011	36	31/12/2011	36	31/12/2012	36	31/12/2013	36
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades acima de 1 milhão de habitantes	Minuto	31/12/2009	26	31/12/2011	26	31/12/2011	26	31/12/2011	26	31/12/2011	26
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 100 mil e 250 mil habitantes	Minuto	31/12/2009	15	31/12/2011	15	31/12/2011	15	31/12/2011	15	31/12/2011	15
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 250 mil e 500 mil habitantes	Minuto	31/12/2009	17	31/12/2011	15	31/12/2011	16	31/12/2011	16	31/12/2011	16
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 500 mil e 1 milhão de habitantes	Minuto	31/12/2009	19	31/12/2011	19	31/12/2011	19	31/12/2011	19	31/12/2011	19
Tempo médio de viagem por modo agregado em	Minuto	31/12/2009	15	31/12/2011	15	31/12/2011	15	31/12/2011	15	31/12/2011	15

idades entre 60 mil e 100 mil habitantes											
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades maiores de 60 mil habitantes	Minuto	31/12/2009	22	31/12/2011	21	31/12/2011	21	31/12/2011	21	31/12/2011	21
INDICADORES IPEA											
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte individual motorizado	%	01/01/2010	28,96	01/01/2010	28,96	31/12/2010	28,96	31/12/2010	28,96	31/12/2010	28,96
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte não motorizado	%	01/01/2010	6,07	01/01/2010	6,07	31/12/2010	6,07	31/12/2010	6,07	31/12/2010	6,07
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte público	%	01/01/2010	64,98	01/01/2010	64,98	31/12/2010	64,98	31/12/2010	64,98	31/12/2010	64,98
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte individual motorizado	%	01/01/2010	38,93	01/01/2010	38,93	31/12/2010	38,93	31/12/2010	38,93	31/12/2010	38,93
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte não motorizado	%	01/01/2010	25,17	01/01/2010	25,17	31/12/2010	25,17	31/12/2010	25,17	31/12/2010	25,17
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte público	%	01/01/2010	35,89	01/01/2010	35,89	31/12/2010	35,89	31/12/2010	35,89	31/12/2010	35,89
INDICADORES DENATRAN											
Índice de vítimas de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	333,1	31/12/2008	333,1	31/12/2008	333,1	31/12/2008	333,1	31/12/2008	333,1
Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	20,18	31/12/2010	22,46	31/12/2011	22,48	31/12/2013	20,12	31/12/2014	21,62

Observação: Dados originados das avaliações anuais realizadas pela SPI/MPOG.

Quadro26 – Cronograma GT Indicadores e Plano Tático

Atividade	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	jan/17
Indicadores de Efetividade da Política Nacional de Mobilidade Urbana											
Consolidação de lista de indicadores											
Elaboração de ficha detalhada para cada indicador da lista final											
Elaboração de relatório do processo realizado para definição dos indicadores											
Planejamento e realização de projeto piloto de coleta de informações desses indicadores											
Revisão da lista de indicadores com base nos resultados do projeto piloto											
Realização de seminários e oficinas para divulgação do processo e resultados (pós-outubro)											
Elaboração de relatórios periódicos de monitoramento dos indicadores (pós-outubro)											
Planejamento Tático da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana											
Elaboração do Mapa Tático											
Seleção de iniciativas estratégicas											
Definição de conjunto de indicadores											
Publicação do Plano Tático											
Monitoramento do Plano Tático (previsão de 4 Ciclos até outubro de 2017)											

4.0 GOVERNANÇA

4.1 Descrição das estruturas de governança

No âmbito do Ministério das Cidades, há o Conselho das Cidades como órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, e tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, bem como acompanhar a sua execução.

Conforme dispõe o Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006, há o Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana como instância de assessoramento do Conselho das Cidades. O referido comitê é coordenado pelo Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana e suas atribuições estão estabelecidas no Regimento Interno do Conselho das Cidades¹.

Quanto ao controle interno, o Regimento do Ministério das Cidades não prevê estrutura formal no âmbito da SNTMU. Desta forma não é possível apresentar a descrição da base normativa, as atribuições e a forma de atuação de cada instância de controle. Contudo, no âmbito do Ministério das Cidades há a Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) que tem a competência de assessorar o Ministro de Estado nos assuntos relacionados ao controle interno do órgão e orientar os administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do controle, inclusive sobre a forma de prestar contas, de acordo com o art. 13 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000. Desta forma, sendo a SNTMU unidade pertencente à estrutura do Ministério das Cidades, esta recebe orientações e determinações advindas da AECI.

4.2 Gestão de riscos e controles internos

No que tange ao Sistema de Controle Interno, conforme informado anteriormente, apesar de não haver normativos específicos sobre o assunto, a Secretaria Nacional efetua controle das atividades desenvolvidas, monitorando-as, como forma de obter maior segurança e confiabilidade.

Nesta linha, a alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e tem buscado conferir um suporte adequado ao seu funcionamento. Adicionalmente, há um esforço junto aos servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade para que haja melhor percepção da importância do controle interno na Unidade Prestadora de Contas (UPC).

No ano de 2015, em sintonia com recomendações da Controladoria-Geral da União, a SNTMU avançou no aperfeiçoamento de seu ambiente de controle interno, trabalhando procedimentos, mecanismos e comunicação adequada que permitam contribuir para consecução dos objetivos da UPC.

Destaca-se a melhoria obtida em 2015 na qualidade da informação prestada e comunicação realizada tanto internamente como externamente à SNTMU, no qual há sistematização da triagem de assuntos relevantes, devidamente identificados, documentados, registrados e comunicados tempestivamente às instâncias responsáveis e competentes, bem como são realizadas cobranças de assuntos pendentes. A sistematização do controle interno também atua de forma a proporcionar um ambiente qualificado à tomada de decisão. Houve evolução também no retorno dos principais

¹ Homologado pela Resolução Normativa nº 02, de 08 de junho de 2006, publicado no Diário Oficial da União, de 13/07/06, seção 01. Alterado pela Resolução Normativa nº 07, de 02 de abril de 2008 e pela Resolução Normativa nº 09, de 10 de julho de 2008 e pela Resolução Normativa nº 13 de 09 de dezembro de 2011.

assuntos tratados pelo controle interno aos demais gestores com o intuito de nivelar e compartilhar conhecimentos e aprendizagens.

Os próximos passos tratam de almejar a formalização do ambiente de controle interno, como instrumento que permita a promoção da gestão de riscos e melhor colaboração com as necessidades de órgãos de controle.

Em tratando de avaliação de risco, a SNTMU tem buscado avançar no assunto. Apesar de não haver um instrumento formalizado que sistematiza a avaliação de riscos, a UPC promove reuniões gerenciais periódicas com a autoridade máxima da UPC e corpo diretor de forma a mapear processos críticos, identificar e dimensionar riscos e seus impactos, avaliando e decidindo medidas mitigadoras.

Desta forma, apesar de não haver formalmente um sistema de controle interno instituído em normas regimentais, a SNTMU entende a importância do assunto e vem buscado fortalecer a unidade por meio da adoção de boas práticas e capacitação de servidores, além de articular de forma a conceber no futuro na normatização no âmbito da SNTMU, visto a significativa responsabilidade social que o tema da mobilidade urbana proporciona em todo país.

5.0 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de Pessoas

Os quadros a seguir apresentam os dados relativos aos recursos humanos da SNTMU fornecidos pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH) da SPOA/MCidades.

5.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro 27 – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		54	6	8
1.1. Membros de poder e agentes políticos		1	1	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		53	5	8
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		15	5	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		33	0	3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		5	0	2
2. Servidores com Contratos Temporários		0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		6	1	1
4. Empregados Públicos		1	1	0
4.1 Empregados Públicos Vinculados ao Órgão		1	1	0
4.2 Empregados Públicos em exercício externo no Órgão		0	0	0
5. Total de Servidores (1+2+3+4)		61	8	9

Fonte: Date Warehouse, base de dados de fev/2016

* Foi incluída a tipologias 4. - Empregados Públicos (para se referir aos empregados oriundos da Ex-EBTU, cujo retorno ao serviço se deu pela Lei nº 8.878/1994 c/c o Decreto nº 6.077/2007).

Quadro 28 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	0	53
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	53
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	10	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	33
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0

1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	4
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	4	2
4. Empregados Públicos *	1	0
4.1 Empregados Públicos Vinculados ao Órgão	1	0
4.2 Empregados Públicos em exercício externo no Órgão	0	0
5. Total de Servidores (1+2+3+4)	5	55

Fonte: Date Warehouse, base de dados de fev/2016

* Foi incluída a tipologia 4. - Empregados Públicos (para se referir aos empregados oriundos da Ex-EBTU, cujo retorno ao serviço se deu pela Lei nº 8.878/1994 c/c o Decreto nº 6.077/2007).

Quadro 29 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	24	17	4	3
1.1. Cargos Natureza Especial		1	1	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		16	3	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		5	2	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		5	0	2
1.2.4. Sem Vínculo		6	1	1
1.2.5. Aposentados		0	0	0
1.2.6. Empregados Públicos *		0	0	0
2. Funções Comissionadas Técnicas **		1	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		1	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		18	4	3

Fonte: Date Warehouse, base de dados de fev/2016

* Foram incluídas as tipologias 1.2.6 - Empregados Públicos (para se referir aos empregados oriundos da Ex-EBTU, cujo retorno ao serviço se deu pela Lei nº 8.878/1994 c/c o Decreto nº 6.077/2007).

** A tipologia 2 - Funções Comissionadas Técnicas no lugar de Função Gratificada.

5.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro 30 – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	143.002,65	0,00	17.467,75	0,00	35.612,77	0,00	0,00	0,00	0,00	196.083,17
	2014	103.780,00	0,00	8.648,33	5.405,21	15.956,52	0,00	17.512,88	0,00	0,00	151.302,94
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	797.508,90	31.579,80	98.392,90	27.997,96	94.500,07	27.096,33	7.176,81	0,00	0,00	1.084.252,77
	2014	673.893,41	14.202,15	53.141,27	12.394,23	84.931,84	22.848,98	3.494,24	0,00	0,00	864.906,12
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	0,00	686.574,11	115.745,67	32.413,48	0,00	85.115,45	99.537,37	6.309,93	0,00	1.025.696,01
	2014	0,00	498.562,49	59.923,29	16.699,26	45.709,81	17.375,77	62.604,88	3.980,99	0,00	704.856,49
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	499.139,32	0,00	59.587,53	14.470,63	129.642,59	8.604,57	29.971,66	0,00	0,00	741.416,30
	2014	576.635,72	0,00	41.798,97	18.370,30	88.431,98	9.073,78	3.397,07	14.223,51	0,00	751.931,33
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	90.578,20	0,00	7.700,49	116,62	4.476,00	1.024,40	0,00	0,00	0,00	103.895,71
	2014	125.177,16	0,00	7.122,15	3.656,46	8.952,00	1.144,00	0,00	0,00	0,00	146.051,77

Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregados Públicos *											
Exercícios	2015	96.932,20	0,00	9.387,80	8.467,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114.787,99
	2014	138.872,00	0,00	0,00	2.425,86	7.460,00	2.562,20	0,00	0,00	0,00	151.320,06

Fonte: Data Warehouse, base de dados de fev/2016

* Foi incluído a tipologia Empregados Públicos para se referir aos empregados oriundos da Ex-EBTU, cujo retorno ao serviço se deu pela Lei nº 8.878/1994 c/c o Decreto nº 6.077/2007.

** Os Empregados Públicos cedidos para outros Órgãos foram incluídos junto com os Servidores Ativos Permanentes cedidos

5.1.3 Contratação de Pessoal de apoio e estagiários

Os dados apresentados no Quadro a seguir referem-se a estagiários, pois a contratação de pessoal de apoio é centralizada na Secretaria Executiva.

Quadro 31 – Quadro de contratações de estagiários

EXERCÍCIO 2015					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	0	0	3	4	8297,88
1.1 Área Fim	0	0	3	4	8297,88
1.2 Área Meio	0	0	0	0	0
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	0	0	3	4	8.297,88

Fonte: Data Warehouse, base de dados de fev/2016

6.0 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

6.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

6.1.1 Visão Geral – Deliberações do TCU – Exercício 2015

No âmbito da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, no ano de 2015, destacam-se três Acórdãos do Tribunal de Contas da União afetos às atribuições da UPC: 2430/2015-Plenário, 4457/2015-1ª Câmara e 452/2015-Plenário. Assim sendo, segue breve descritivo dos Acórdãos buscando contextualizar as situações de atendimento, suspensão e pendências.

6.1.1.1 ACÓRDÃO Nº 2430/2015 – Plenário

O Processo nº TC 020.745/2014-1 trata de auditoria operacional para avaliação da governança em políticas públicas de mobilidade urbana em conformidade com o Acórdão 3.682/2013-TCU-Plenário, na qual a auditoria subsidia o Parecer Prévio sobre as Contas de Governo relativas ao exercício de 2014, com foco nos reflexos das condições de governança, incluindo a qualidade dos serviços públicos ofertados aos cidadãos e a competitividade do produto nacional, mediante a análise da governança em políticas públicas de alta relevância para o desenvolvimento socioeconômico, dentre elas, a de mobilidade urbana.

Segundo o relatório do TCU associado ao referido processo, define-se como objetivo dos trabalhos de auditoria a avaliação da governança da política nacional de mobilidade urbana, abordando os seguintes componentes: Institucionalização, Planos e Objetivos e Coordenação e Coerência.

A título de consequências dos trabalhos da auditoria culminou no Acórdão Nº 2430/2015–Plenário que, em linhas gerais, recomenda a esta UPC, no item 9.1, a adoção de medidas com vistas à definição de metas e indicadores capazes de aferir os alcances da Política Nacional de Mobilidade Urbana, bem como o aperfeiçoamento dos procedimentos de avaliação e autorização de projetos de mobilidade urbana, contemplando os processos de seleção de propostas e a análise individual de cumprimento dos objetivos e diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Por se tratar de recomendação em fase de implementação nesta UPC, esse assunto está tratado no “Quadro – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento”.

Adicionalmente, no item 9.2, o referido Acórdão recomenda ao Ministério das Cidades um conjunto de ações de articulação com outros ministérios com o objetivo de alinhamento de políticas públicas de modo a conferir o cumprimento das atribuições da União (Lei 12.587/2012, art. 16) e efetivar a diretriz de priorização dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado, conforme preceitua a Lei 12.587/2012, art. 6º, II.

Sobre o item 9.2 a SNTMU é o órgão técnico do Ministério das Cidades que permite fornecer subsídios necessários para promover o direcionamento das ações visando às recomendações emanadas pelo Tribunal de Contas da União. Cumpre registrar que o pleno atendimento do comando em comento necessita de atuação de outros órgãos do Poder Executivo Federal.

6.1.1.2 ACÓRDÃO Nº 4457/2015 – 1ª Câmara

O Tribunal de Contas da União publicou no Diário Oficial da União, de 19 de agosto de 2015, o Acórdão 4457/2015-1ª Câmara, proferido nos autos do processo nº TC 019.112/2014-9, que trata da Prestação de Contas do Exercício 2013. Em linhas gerais, o mencionado acórdão determina que a SNTMU adote um conjunto de providências relacionadas a:

- Realização de estudos que trace um diagnóstico acerca dos serviços de mobilidade urbana nas dez regiões metropolitanas mais populosas do País, em obediência ao art. 16, inciso III, da Lei 12.587/2012;
- Oferta de treinamentos periódicos aos agentes vinculados aos entes federativos que atuem no setor de mobilidade urbana, em obediência ao art. 16, inciso II, da Lei 12.587/2012;
- Realização de levantamento atualizado sobre as obras custeadas com recursos repassados pela SNTMU e que se encontrem atrasadas/paralisadas, incluindo medidas adotadas para retomada das obras paralisadas;
- Realização de procedimentos de amostragem de contratos de repasse, nos termos do art. 65 da Portaria Interministerial 507/2011, selecionando alguns empreendimentos mediante critérios de materialidade, relevância e risco, com avaliação do andamento físico-financeiro das metas pactuadas, a regularidade das contratações efetuadas pelos entes federativos, entre outros entendidos de alto risco para a conclusão dos empreendimentos;
- Realização de estudos de modo a levantar os principais riscos que possam comprometer os resultados almejados pela SNTMU/MCid e quais as medidas mitigadoras que poderão ser adotadas em face dos riscos apontados;

Sobre o assunto, no dia 02/09/2015, foi interposto pela SNTMU um Recurso de Reconsideração, que por sua vez foi reconhecido pelo TCU com efeito suspensivo em relação aos itens do acórdão em comento (1.7.1.1, 1.7.1.2, 1.7.1.3, 1.7.1.4 e 1.7.1.5). Até o presente momento não houve julgamento do mérito do recurso.

6.1.1.3 ACÓRDÃO Nº 452/2015 – Plenário

No âmbito do Processo TC 020.840/2014-4 (monitoramento), o TCU publicou o Acórdão Nº 452/2015-Plenário no qual considerou parcialmente cumpridas as determinações do item 9.2 do Acórdão nº 1.373/2011-Plenário, por entender que o plano de trabalho foi elaborado pela SNTMU, mas encontram-se em adoção diversas ações com o objetivo de implementar as recomendações do aresto. Ressalta-se que determinados itens do Acórdão 1.373/2011-Plenário guardam consonância temática com parte do mencionado Acórdão nº 4457/2015-1ª Câmara, que recebeu pedido de recurso de reconsideração.

Assim sendo, apesar dos avanços realizados pela UPC durante os últimos anos, não foi possível a conclusão na integralidade do plano de trabalho/ação que objetiva o atendimento das deliberações do Tribunal, sendo que esse assunto é tratado com detalhes no “Quadro – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento”, sem prejuízos de possíveis atuações da UPC propondo uma revisão do referido plano de trabalho/ação entregue pela SNTMU na ocasião, em atenção ao Acórdão nº 1.373/2011-Plenário.

6.1.2 Estrutura e procedimentos da SNTMU para o acompanhamento das deliberações do TCU

No que tange às formas que a UPC dispõe para o acompanhamento das deliberações do Tribunal de Contas da União, há uma gerência de projetos ligada ao Gabinete da SNTMU com competência para tratar de assuntos relacionados ao Controle Interno da UPC. Em suma, a gerência segue orientações contidas no Memorando Circular nº 33/2014/SE/MCIDADES da Secretaria Executiva do Ministério das Cidades que disciplina as tramitações internas do ministério que tratam de demandas de órgãos de controle. Adicionalmente, a mencionada gerência segue orientações gerais da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério das Cidades.

Internamente, a UPC tem desenvolvido procedimentos visando compilar as orientações superiores e esclarecer junto ao corpo de servidores e colaboradores da SNTMU os procedimentos de respostas aos órgãos de controle, adaptando às realidades e demandas crescentes de informações e manifestações, em especial o mencionado Sistema Monitor implementado pela CGU. Complementarmente, a gerência de controle participa de reuniões internas da SNTMU regularmente com o objetivo de orientar a atuação dos gestores no acompanhamento e implementação das deliberações do TCU e recomendações da OCI, entre outras atividades.

Desta forma, o Gabinete da SNTMU, por meio da gerência de controle, recebe, tria e acompanha as demandas de órgãos de controle, promovendo diligências necessárias, além de subsidiar na formulação de respostas e propor medidas de controle interno.

Quadro 32 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Nº de ordem: 01 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
020.745/2014-1	2430/2015-Plenário	9.1.1	Ofício nº 0724/2015-TCU/SeinfraUrbana, de 06/10/2015	08/05/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1. recomendar à Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SNTMU/MCid, que: 9.1.1. adote medidas com vistas à definição de metas e indicadores de desempenho que permitam aferir se, e em que medida, os resultados almejados pela Política Nacional de Mobilidade Urbana estão sendo alcançados, conforme orienta o Guia Referencial para Medição de Desempenho e Manual para Construção de Indicadores do Ministério do Planejamento;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Em consonância com o disposto no item 9.1.2 do Acórdão 1373/2011-Plenário, a SNTMU vem realizando a implantação gradativa de indicadores, bem como preparando bases e fundamentos para “organizar e disponibilizar informações sobre o Sistema Nacional de Mobilidade Urbana e a qualidade e produtividade dos serviços de transporte público coletivo”, conforme preceitua o art. 16, inciso III da Lei 12.587/2012, a exemplo do desenvolvimento do Sistema de Informações da Mobilidade Urbana (SIMU). O desenvolvimento do SIMU que tem como objetivo principal o armazenamento e compartilhamento de informações para auxiliar na elaboração de políticas públicas sobre o tema. No âmbito da SNTMU, há a expectativa do SIMU ser a principal ferramenta para implementar a atribuição				

referente à organização e disponibilização de informações de Mobilidade Urbana e de qualidade e produtividade dos serviços de transporte público coletivo. Com a definição da versão final do formulário de coleta de dados foram realizados, em 2015, projetos pilotos assistidos em três cidades e de forma não assistida em outras cinco.

Adicionalmente, em março de 2015, a SNTMU iniciou estudos específicos sobre a seleção de indicadores-chave, considerando aspectos relacionados à eficiência, eficácia e efetividade, para a avaliação da implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, analisando, em primeiro momento, os diversos indicadores existentes e, posteriormente, a viabilidade de medição e acompanhamento de indicadores pela própria Secretaria, em conformidade com o disposto no Relatório de Gestão do Exercício de 2014: “cabe destacar que a SNTMU, tem buscado aperfeiçoar esses indicadores e o seu processo de aferição, através de uma melhor articulação entre as unidades responsáveis pelo fornecimento das informações e de uma progressiva otimização no processamento dos dados”.

Para a definição dos indicadores de efetividade da Política Nacional de Mobilidade Urbana, foi constituído um grupo de trabalho composto por 27 membros de 11 instituições que atuam na área de Mobilidade Urbana. Essa primeira iniciativa teve início por meio da Portaria nº. 536 de 09 de outubro de 2015 e tem prazo de 1 ano para finalização de suas atividades.

No âmbito do processo do TC 020.745/2014-1 do Tribunal de Contas da União, houve auditoria operacional que culminou na publicação do Acórdão 2430/2015-TCU-Plenário, no qual se destaca a seguinte recomendação a esta Secretaria Nacional:

“9.1. recomendar à Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SNTMU/MCid, que:

9.1.1. adote medidas com vistas à definição de metas e indicadores de desempenho que permitam aferir se, e em que medida, os resultados almejados pela Política Nacional de Mobilidade Urbana estão sendo alcançados, conforme orienta o Guia Referencial para Medição de Desempenho e Manual para Construção de Indicadores do Ministério do Planejamento”.

Assim, a mencionada recomendação da Corte de Contas vem ao encontro dos atuais esforços realizados por esta Secretaria Nacional que atualmente encontra-se em processo de elaboração de seu plano tático junto à Secretaria Executiva, estando em conformidade com o planejamento estratégico do Ministério das Cidades. Neste contexto, incluem-se também as ações contidas no plano apresentado ao TCU na ocasião do Acórdão nº 1.373/2011-Plenário. A proposta é readequar e aperfeiçoar a gestão às novas realidades que a sociedade vem cobrando, observando, os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana, incluindo a implantação de indicadores que sejam capazes de medir os resultados de sua implantação de médio e longo prazo.

Ressalta-se que a definição do conjunto de indicadores e suas formas de aferição estão em revisão, dependendo da elaboração do Plano Tático da UPC, que é vinculado ao Plano Estratégico do Ministério das Cidades, que atualmente encontra-se em curso.

Nº de ordem: 02 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
020.745/2014-1	2430/2015-Plenário	9.1.2	Ofício nº 0724/2015-TCU/SeinfraUrbana, de 06/10/2015	08/05/2015

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana

Descrição da determinação/recomendação

9.1. recomendar à Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SNTMU/MCid, que:

9.1.2. aperfeiçoe o procedimento de avaliação e autorização de projetos de mobilidade urbana, de

forma a contemplar, nos processos de seleção de propostas, a análise individual de cumprimento dos objetivos e diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana contidos nos artigos 6º e 7º da Lei 12.587/2015, explicitando os motivos de fato e de direito que a possibilitaram selecionar a proposta objeto da análise;

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Em consonância com o disposto no item 9.1.3 do acórdão 1373/2011, de forma geral, a SNTMU, no que tange suas atribuições e competências, vem aperfeiçoando os processos seletivos de propostas. No âmbito das seleções do Pacto pela Mobilidade (ocorrido em 2014) foram anunciados e formalizados recursos para a área de mobilidade urbana. Para tanto, o Governo Federal solicitou aos entes federados, inicialmente aos Governos Estaduais e Municipais das maiores cidades pertencentes a regiões metropolitanas, que apresentassem propostas de empreendimentos de mobilidade urbana no âmbito do Grupo Executivo do PAC – GEPAC. Neste sentido foi realizada pactuação entre a União e os Estados e municípios para aplicação de recursos observando, seguindo, conforme anúncio inicial, as seguintes diretrizes:

- destinação para empreendimentos de transporte público coletivo urbano;
- priorização para transporte de alta e média capacidade e que atendam áreas com população de baixa renda;
- integração da intervenção proposta com:
 - empreendimentos já existentes ou em execução;
 - integração entre modos e serviços de transporte coletivo;
- foco em empreendimentos que:
 - atendam à demanda imediata;
 - sejam estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano;
 - apresentem soluções de caráter metropolitano.

A partir desta pactuação o governo federal começou a financiar, além de projetos das infraestruturas de mobilidade urbana, Estudos de Viabilidade Técnica e Financeira – EVTEs, com vista a possibilitar aos entes federados tomadores dos recursos à elaboração de projetos que possuam a análise de viabilidade técnica e financeira mapeada. Em 2014 houve avanços na pactuação com os entes federados com publicação das seleções vinculadas ao Pacto pela Mobilidade.

Seguindo a linha de contínuo aperfeiçoamento dos processos seletivos, a recomendação em destaque está em fase de análise na UPC para que possa ser verificada a melhor forma de viabilização.

Nº de ordem: 03 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
018.005/2010-1	1373/2011-Plenário	9.1.1	Ofício nº 129/2011-SEPROD, de 31/05/2011 Ofício nº 130/2011-SEPROD, de 31/05/2011	01/06/2011

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana

Descrição da determinação/recomendação

9.1.1. Defina e implemente sistemática de coleta e tratamento de informações que permita identificar problemas, necessidades e possíveis soluções concernentes à mobilidade urbana em cidades de porte médio, capitais, aglomerados urbanos e regiões metropolitanas, de modo a dispor de diagnóstico que

reflita, com razoável precisão, a realidade específica em cada uma dessas localidades e que possa fornecer aos vários setores envolvidos subsídios para aperfeiçoamento do planejamento e da gestão das intervenções nessa área.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Com relação ao subitem 9.1.1 e em consonância com o disposto no item 9.1.1 do Acórdão 2430/2015-Plenário, destaca-se a elaboração do Projeto SIMU, prioritário no âmbito do Ministério das Cidades, que consiste no desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações de Mobilidade Urbana, se constituindo em ação que permitirá pleno cumprimento ao art. 16, inciso III, da Lei 12.587, de 2012. O SIMU tem como objetivo principal o armazenamento e compartilhamento de informações para auxiliar na elaboração de políticas públicas sobre o tema, ensejando dados sobre mobilidade urbana em todos os municípios, bem como informações dos sistemas sob a responsabilidade dos Estados e da União.

O ano de 2015 se mostrou peculiar no que tange a disponibilidade de recursos públicos, necessitando da UPC estabelecer estratégias diferenciadas para continuidade dos trabalhos. Atualmente, o SIMU encontra-se com sua estrutura conceitual definida, tendo validado os questionários em fase denominada projeto-piloto. Os próximos passos do desenvolvimento são a coleta de dados juntos aos entes federados, a construção de banco de dados e o tratamento do mesmo, visando efetivamente organizar e disponibilizar informações sobre o Sistema Nacional de Mobilidade Urbana. Assim, entende-se que a recomendação do item 9.1.1 do Acórdão nº 1373/2011 do TCU encontra-se parcialmente atendida, sendo que a parte restante se reveste do desafio na viabilização de meios eficazes que possibilitem as etapas de coleta e tratamento de dados e divulgação de informações.

Adicionalmente, segue breve histórico da elaboração do Projeto SIMU nos anos 2013 e 2014:

Foi instituído Grupo Técnico (GT) por meio da Portaria do Ministério das Cidades nº 114, de 11 de março de 2013, cuja instalação foi registrada na Portaria nº 263, de 10 de junho de 2013. O GT foi composto por representantes da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (SNTMU); do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU); da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP); Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos); Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA) e Centro de Transporte Sustentável do Brasil (EMBARQ Brasil). Representantes do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP), da Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos (SNAPU) e da Coordenação-Geral de Modernização e Informática (CGMI) também contribuíram com as atividades desenvolvidas pelo grupo. O GT desenvolveu suas atividades por seis meses (junho a dezembro/13). Neste período foram realizadas sete reuniões de trabalho. Em dezembro de 2013 foi concluído e entregue o produto final do GT composto de Relatório Final com a proposta do Sistema Nacional de Informações da Mobilidade Urbana e modelo de formulário para coleta de dados.

Os objetivos do Sistema de Informações em Mobilidade Urbana definidos na proposta do GT são: I - Apoiar a implantação e monitoramento da Política Nacional de Mobilidade Urbana; II - Reunir, em um único ambiente de armazenamento, os principais dados e informações da área de mobilidade urbana; III - Ser referência nacional para coleta, consolidação e disponibilização de informações para formulação de políticas públicas na área de mobilidade urbana; e IV - Disponibilizar informações à sociedade sobre o Sistema Nacional de Mobilidade Urbana.

No ano de 2014 foi produzido um manual para orientar os municípios na coleta de dados e também foram realizados projetos piloto em algumas cidades para testar o formulário de dados definido pelo grupo de trabalho.

Nº de ordem: 04 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
018.005/2010-1	1373/2011-Plenário	9.1.4	Ofício nº 129/2011-SEPROD, de 31/05/2011 Ofício nº 130/2011-	01/06/2011

			SEPROD, de 31/05/2011	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.1.4. Defina e implemente estratégia de ação que contemple: (i) diagnóstico da situação do processo de integração dos planos de transporte das regiões metropolitanas ou de influência; (ii) mecanismos para apoiar os municípios na consolidação do processo de construção do planejamento integrado de transporte; (iii) medidas de indução a que municípios que integram regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões se associem ao Estado em que se situam e institucionalizem uma instância de coordenação de planejamento, investimento e operação dos serviços de transporte coletivo urbano de interesse comum.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Em 2015 houve a publicação da Lei nº 13.089/2015, também conhecida como Estatuto da Metrópole. Esse marco legal cria a expectativa de reverter o quadro histórico comum relacionado à inexistência de planejamento adequado por parte dos municípios e da ausência do ente federativo estadual na atribuição de gestão metropolitana, incluindo o tema da mobilidade urbana. Mais do que uma questão de relacionamento entre entes federativos, verifica-se que a necessidade de uma pactuação social firme e verdadeira, envolvendo um processo de maturidade e vontade política para que se construa uma governança metropolitana, pois a sua institucionalização por meio de instrumento jurídico não tem se mostrado suficiente para que exista uma gestão metropolitana, embora se tenha à disposição ordenamento jurídico que facilita o consorciamento de entes federativos nas três esferas de governo.</p> <p>Neste contexto, compete os Estados capitanearem o processo de instituição, consolidação e aperfeiçoamento da governança interfederativa participativa das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, com base nos instrumentos de desenvolvimento urbano integrado, observando os princípios e diretrizes contidos no Estatuto da Metrópole. Quanto a União, se prevê o exercício de suas ações inclusas na política nacional de desenvolvimento urbano, apoiando as iniciativas dos Estados e dos Municípios voltadas à governança interfederativa, sendo exigido, conforme art. 14 do mencionado Estatuto, que a unidade territorial urbana possua gestão plena, além de se admitir o apoio da União para a elaboração e a revisão do plano de desenvolvimento urbano integrado de que tratam os artigos. 10 a 12 da Lei 13.089/2015. Encontra-se pendente de regulamento os requisitos adicionais para o apoio da União à governança interfederativa, incluindo os consórcios públicos constituídos para atuação em funções públicas de interesse comum no campo do desenvolvimento urbano.</p> <p>Diante desse cenário e dentro das limitações orçamentárias existentes, a SNTMU, com o intuito inicial de levantar informações sobre a elaboração de Planos Municipais de Mobilidade Urbana no país, enviou ofícios para 3.325 municípios: os que possuem população superior a 20 mil habitantes (IBGE 2014), os situados em RMs, RIDEs e AUs, em área de interesse turístico (Munic 2012), em área de impacto ambiental (Munic 2012), sendo que 1476 municípios (44% do total) responderam a pesquisa. Mediante o retorno obtido, que ocorreu entre dezembro de 2014 e março de 2015, constatou-se que 998 (68%) municípios não possuem planos de mobilidade urbana e nem se encontram em elaboração, e 478 municípios declararam a existência do plano ou que está em elaboração. Atualmente, a SNTMU promove novo ciclo de levantamento. Registra-se que a União não possui qualquer meio de obrigar os demais entes federados a apresentar dados ou informações.</p> <p>Além disso, os investimentos apoiados nas diversas modalidades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e no apoio as cidades-sedes na área de infraestrutura de mobilidade urbana indicam claramente a indução por parte da União de que tais investimentos atendam ao problema de mobilidade urbana nas cidades e regiões metropolitanas, em atendimento ao Inciso IV do artigo 16 da Lei de Mobilidade que estabelece como atribuição da União o fomento à “implantação de projetos de transporte público coletivo de grande e média capacidade nas aglomerações urbanas e nas regiões metropolitanas”.</p>				

Da mesma forma, no processo de discussão dos investimentos do PAC, ocorre a indução de que os Estados e os Municípios dialoguem entre si na definição dos projetos prioritários para suas cidades e regiões metropolitanas, o que não deixa de ser o atendimento ao § 1º do artigo 16 da referida lei, que por meio de um instrumento financeiro (recursos orçamentários e financeiros) a União tem apoiado e estimulado “ações coordenadas e integradas entre Municípios e Estados em áreas conurbadas, aglomerações urbanas e regiões metropolitanas destinadas a políticas comuns de mobilidade urbana”.

Assim sendo, entende-se que a deliberação do TCU encontra-se parcialmente atendida e que o processo do pleno atendimento vem sendo conduzido de forma gradativa e estruturante, se ajustando aos novos marcos legais e aos desafios impostos pela atual conjuntura econômica vivenciada pelo país, respeitando a autonomia dos entes federativos em suas organizações. Para o ano de 2016, nos limites de atuação da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, há o propósito em fortalecer os mecanismos de indução à governança interfederativa, com participação social, relacionadas às questões de mobilidade urbana.

Nº de ordem: 05 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
018.005/2010-1	1373/2011-Plenário	9.1.3	Ofício nº 129/2011-SEPROD, de 31/05/2011 Ofício nº 130/2011-SEPROD, de 31/05/2011	01/06/2011

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana

Descrição da determinação/recomendação

9.1.3. amplie, em futuras contratações de projetos relacionados a intervenções em mobilidade urbana, os critérios para seleção de propostas, de modo a contemplar apresentação e análise de: (i) estudos sobre a adequação e viabilidade técnica e financeira do projeto; (ii) compatibilidade da proposta com os planos de ordenamento territorial e com os planos integrados de transporte, quando exigidos por lei, dos municípios envolvidos, levando em consideração o planejamento integrado dos municípios pertencentes a regiões metropolitanas ou de influência;

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

No geral, entende-se que a Secretaria Nacional, no que tange suas atribuições e competências, vem conduzindo os processos seletivos de propostas seguindo o disposto no item 9.1.3 do acórdão 1373/2011, tendo como foco o aprimoramento constante das ações com vista a uma seleção adequada aos anseios do cidadão. A seguir apresentam-se as medidas adotadas nos principais programas de seleção conduzidos pela UPC, após a edição do Acórdão em tela.

Especificamente no que se refere à compatibilidade das propostas com planos de ordenamento territorial e com planos integrados de transporte, levando em consideração o planejamento integrado dos municípios pertencentes a regiões metropolitanas ou de influência, subitem (ii), entende-se que tais análises foram consideradas na avaliação das propostas do PAC 2 – Mobilidade Grandes Cidades, mesmo sendo anterior ao Acórdão.

Posteriormente ao PAC 2 Mobilidade Grandes Cidades, outros eixos do PAC foram lançados, porém, lastreados exclusivamente com recursos de financiamento: o PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – 2ª e 3ª etapas e o PAC 2 Mobilidade Médias Cidades.

A principal linha de financiamento que lastreia estes investimentos selecionados é o Programa PRÓ-TRANSPORTE (FGTS), que prevê nos seus normativos como pré-requisito para o enquadramento

das propostas: i) existência de plano diretor, quando exigido em lei, atualizado ou em fase de elaboração/atualização, ou instrumento básico equivalente da política de desenvolvimento e de expansão urbana; ii) existência de Plano de Mobilidade Urbana, quando exigido em lei, ou instrumento de planejamento que justifique os investimentos.

Em 2014 com a publicação de seleções do Pacto pela Mobilidade a área de mobilidade urbana teve importância destacada pelo Governo Federal; iniciou com anúncio da Presidência da República a partir de 26 de julho de 2013, levando à ampliação das discussões no denominado Pacto da Mobilidade, ação centrada em três principais eixos: Mais Qualidade; Menor Tarifa; Maior Participação e Controle Social.

No aspecto voltado à maior qualidade de transporte público coletivo foram anunciados e formalizados mais recursos para a área de mobilidade urbana.

Para tanto, o Governo Federal solicitou aos entes federados, inicialmente aos Governos Estaduais e Municipais das maiores cidades pertencentes a regiões metropolitanas, que apresentassem propostas de empreendimentos de mobilidade urbana no âmbito do Grupo Executivo do PAC – GEPAC.

Neste sentido foi realizada pactuação entre a União e os Estados e municípios para aplicação de recursos observando, seguindo, conforme anúncio inicial, as seguintes diretrizes:

- destinação para empreendimentos de transporte público coletivo urbano;
- priorização para transporte de alta e média capacidade e que atendam áreas com população de baixa renda;
- integração da intervenção proposta com:
 - empreendimentos já existentes ou em execução;
 - integração entre modos e serviços de transporte coletivo;
- foco em empreendimentos que:
 - atendam à demanda imediata;
 - sejam estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano;
 - apresentem soluções de caráter metropolitano.

A partir desta pactuação o governo federal começou a financiar, além de projetos das infraestruturas de mobilidade urbana, Estudos de Viabilidade Técnica e Financeira – EVTEs, com vista a possibilitar aos entes federados tomadores dos recursos à elaboração de projetos que possuam a análise de viabilidade técnica e financeira mapeada, dando início ao atendimento do subitem (i). Em 2014 houve avanços na pactuação com os entes federados com publicação das seleções vinculadas ao Pacto pela Mobilidade. Por outro lado, a SNTMU vem qualificando a equipe técnica com cursos e apresentações de especialistas de diversas áreas da mobilidade urbana.

Nº de ordem: 06 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
018.005/2010-1	1373/2011-Plenário	9.1.2	Ofício nº 129/2011-SEPROD, de 31/05/2011 Ofício nº 130/2011-SEPROD, de 31/05/2011	01/06/2011

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana

Descrição da determinação/recomendação

9.1.2. defina e implemente, no processo de elaboração do Plano Plurianual 2012/2015, matriz de indicadores gerenciais capazes de monitorar a execução e o resultado das ações financiadas pelos

programas sob sua responsabilidade, com identificação e fixação de metas para os principais produtos e entregas.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Na elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2012/2015, a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPI/MPOG), em conjunto com a Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, optou pela utilização de parâmetros desenvolvidos por outras instituições, mas que possibilitem aferir aspectos relacionados ao Programa Temático Mobilidade Urbana e Trânsito, ainda que não representem os indicadores mais adequados para efetuar a aferição almejada de forma global. Apesar disso, a sua apuração busca auxiliar o monitoramento da evolução de uma determinada realidade, gerando subsídios para a avaliação do respectivo Programa Temático. A exemplo disso, citam-se os seguintes indicadores: Distribuição percentual entre modais em capitais – Transporte individual motorizado (IPEA), Índice de vítimas de acidente de trânsito (DENATRAN), Índice de mobilidade (ANTP).

Assim, no que tange a determinação contida no item 9.1.2, entende-se que houve a definição e implementação de matriz de indicadores gerenciais no Plano Plurianual 2012/2015. Visando o aprimoramento dos trabalhos, os próximos passos se constituem na observância de outro conjunto de indicadores de mobilidade urbana que estão tratados no item 9.1.1 do Acórdão 2430/2015-Plenário.

Nº de ordem: 07 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
010.610/2011-1	1027/12-Plenário	9.2	Aviso nº 407, Seses-TCU-Plenário, de 2 de maio de 2012.	07/05/2012

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana

Descrição da determinação/recomendação

9.2. recomendar à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e à Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, ambas do Ministério das Cidades, que:

9.2.1. ao final da etapa de enquadramento das propostas de operações de crédito, façam publicar, por intermédio dos meios oficiais e do sítio do Ministério das Cidades na rede mundial de computadores, relação de todas as propostas que foram cadastradas, informando aquelas que foram enquadradas e as que não foram enquadradas, destacando, no último caso, os motivos e razões de justificativa para a desclassificação;

9.2.2. ao final da etapa de hierarquização das propostas de operações de crédito, façam publicar, por intermédio dos meios oficiais e do sítio do Ministério das Cidades na rede mundial de computadores, relação das propostas que foram hierarquizadas, evidenciando a ordem de classificação das mesmas, bem como a pontuação atribuída a cada uma delas em função dos critérios e indicadores levados em consideração para a hierarquização;

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Considerando o zelo e a padronização de procedimentos com os recursos do FGTS, entende-se necessário entendimento no sentido de unir esforços de construção coletiva e a atuação conjunta entre as secretarias finalísticas do Ministério das Cidades. Neste sentido, sob a coordenação da Secretaria Executiva, o expediente encontra-se em processo de avaliação interna com o objetivo de definir a melhor forma de atender as recomendações do TCU proferidas no Acórdão 1027/12 – Plenário.

Nº de ordem: 08 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
010.610/2011-1	1027/12-Plenário	9.4	Aviso nº 407, Seses-TCU-Plenário, de 2 de maio de 2012.	07/05/2012
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana				
Descrição da determinação/recomendação				
9.4. recomendar à Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, do Ministério das Cidades, que, ao final do período destinado à realização das reuniões de pactuação e de apresentação de projeto técnico, faça publicar, por intermédio dos meios oficiais e do sítio do Ministério das Cidades na rede mundial de computadores, a relação das propostas que foram eventualmente desclassificadas ou que tiveram sua hierarquização alterada, bem como as razões e motivos levados em consideração para promover referidas alterações ou exclusões.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Considerando o zelo e a padronização de procedimentos com os recursos do FGTS, entende-se necessário entendimento no sentido de unir esforços de construção coletiva e a atuação conjunta entre as secretarias finalísticas do Ministério das Cidades. Neste sentido, sob a coordenação da Secretaria Executiva, o expediente encontra-se em processo de avaliação interna com o objetivo de definir a melhor forma de atender as recomendações do TCU proferidas no Acórdão 1027/12 – Plenário.				

6.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

6.2.1 Visão Geral – Deliberações do OCI

Em 2015, a Controladoria-Geral da União e o Ministério das Cidades iniciaram atuação conjunta, por meio da utilização do Sistema Monitor, que permite o acompanhamento online das recomendações realizadas no âmbito do controle interno do Poder Executivo Federal, de forma ágil, consolidada, organizada, colaborativa e sustentável, além proporcionar a redução de custos operacionais e da facilidade de acesso ao processo em tempo real. O processo de adesão do Ministério das Cidades ocorreu ao longo do ano de 2015 com a realização de reuniões de sensibilização, treinamentos e implantação de projeto piloto que permitisse a visão geral da ferramenta eletrônica e adequações necessárias tanto no sistema como nas rotinas das Unidades de Prestação de Contas – UPCs subordinadas ao Ministério das Cidades.

No âmbito da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, houve a participação da UPC nas diversas etapas descritas no processo de adesão ao Sistema Monitor. Internamente, em reuniões gerenciais na SNTMU, ocorreu a divulgação da ferramenta e a nova forma de trato das recomendações. Definiu-se que o gabinete da SNTMU é responsável por realizar a triagem, o acompanhamento, a revisão e o envio das manifestações e demais comunicações no Sistema Monitor. O relacionamento entre os departamentos e o gabinete da UPC, incluindo a análise das recomendações, ocorre no processo nº 80140.002487/2015-94.

No âmbito do Plano de Providências Permanente da SNTMU, em consulta feita em 31/12/2015 no Sistema Monitor, constatou a existência de 50 recomendações, sendo 14 atendidas e

36 em monitoramento. Destas últimas, seis se referem a assuntos internos da Secretaria e 30 oriundas de achados de controle realizados em obras sob gestão da SNTMU.

Cumpra registrar que todas as recomendações em monitoramento, quando da consulta realizada, receberam manifestações da SNTMU ao longo do ano de 2015 (processo nº 80140.000466/2015-34) e estão sendo devidamente tratadas com base nos posicionamentos feitos pelo OCI, configurando em processo de aperfeiçoamento da gestão da SNTMU.

Destacam-se esforços realizados pela SNTMU e pela CGU na busca de equacionamentos de importantes empreendimentos em transporte público coletivo no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a exemplo do Veículo Leve sobre Trilhos de Cuiabá e de Goiânia. Além disso, há recomendações em monitoramento no Plano de Providências Permanente da SNTMU que permitirão a melhoria nos trabalhos desenvolvidos no contexto da Política Nacional de Mobilidade Urbana, com a implantação de sistema de indicadores.

Quanto às recomendações atendidas, destacam-se as melhorias proporcionadas no sistema de controle interno da SNTMU, no qual a UPC aperfeiçoou os mecanismos de atendimento das demandas oriundas de órgãos de controle, envolvendo as etapas de recebimento, resposta e monitoramento, mediante planilha eletrônica de registro das demandas e responsáveis, com controle de prazos de resposta.

6.2.2 Estrutura e procedimentos da SNTMU p/ o Acompanhamento das deliberações do OCI

As informações sobre este tópico estão no tópico “TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU” por possuírem conteúdo comum.

ANEXOS

Tabela 11 – Informações (dados) sobre as Obras atrasadas e paralisadas ao longo do Exercício – OGU/PAC

PT	DV	Proponente	UF	Objeto	Vigência		Valor		Posição de cada obra em 31/12/2014	Posição de cada obra em 31/12/2015	Tempo de Paralisação	Impactos à paralisação	Providências para a retomada da execução	Resultados	Observações DEMOB
					Início	Fim	União	Contrapartida							
396676	36	MUNICIPIO DE CAMPINAS - SP	SP	*PLANO DE MOBILIDADE URBANA - ELABORACAO DE PROJETOS	19/12/2012	19/03/2016	6.185.105,43	202.754,53	ATRASADA	ATRASADA					
402094	41	MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE - MS	MS	REESTRUTURACAO DO SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTE - ELABORACAO DE PROJETOS	30/04/2013	30/04/2018	3.455.125,00	0,00	PARALISADA	ATRASADA					
406937	82	MUNICIPIO DE JOAO PESSOA - PB	PB	REDE INTEGRADA DE CORREDORES DE TRANSPORTE PUBLICO - ELABORACAO DE PROJETOS	30/04/2013	16/07/2015	6.649.227,61	0,00	ATRASADA	ATRASADA					
407684	81	MUNICIPIO DE TERESINA - PI	PI	*IMPLANTACAO DE PLANO DIRETOR DE TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA- 1A ETAPA - ELABORACAO DE PROJETOS	30/04/2013	19/12/2016	2.000.000,00	0,00	PARALISADA	PARALISADA	7 meses	A previsão de conclusão do projeto como um todo é dezembro de 2016. E atualmente a execução está em 79%. Há tempo hábil para concluir o projeto.	MCidades realizou reunião por videoconferência em dezembro/2015 onde a prefeitura informou que o projeto foi retomado, realizada medição, faltando apresentação do produto final.		último boletim de medição apresentado em 18/02/2016
409099	31	ESTADO DO CEARA	CE	Metró de Fortaleza – Linha Leste	22/11/2013	22/08/2019	1.000.000.000,00	18.385.362,16		PARALISADA	8 meses	Desmobilização e depreciação dos serviços executados que não foram concluídos.	Tomador buscou alternativas para recompor consórcio.	Distrito unilateral do Consórcio executor e recomposição de novo consórcio.	
413177	60	ESTADO DE PERNAMBUCO	PE	CORREDORES DE TRANSPORTE PUBLICO FLUVIAL	18/11/2013	18/05/2015	185.638.822,64	4.382.963,00	ATRASADA	ATRASADA					
421239	74	SECRETARIA DESENVOLVIMENTO URBANO	BA	Corredor de onibus Salvador Bahia Vias Estruturais Sistema de Corredores na Cidade de Salvador	15/10/2013	14/10/2018	992.800.000,00	232.014.155,93		ATRASADA					
425345	59	MUNICIPIO DE SAO PAULO - SP	SP	CORREDOR DE ONIBUS SAO PAULO CORREDOR LESTE ITAQUERA Trecho 1	13/12/2013	30/10/2017	150.000.000,00	0,00		ATRASADA					
425346	63	MUNICIPIO DE SAO PAULO - SP	SP	**CORREDOR DE ONIBUS SAO PAULO CORREDOR BERRINI	13/12/2013	30/10/2016	45.000.000,00	0,00		ATRASADA					
425347	77	MUNICIPIO DE SAO PAULO - SP	SP	CORREDOR DE ONIBUS SAO PAULO CORREDOR ARICANDUVA	13/12/2013	30/10/2016	126.000.000,00	0,00		ATRASADA					
425745	96	MUNICIPIO DE SAO PAULO - SP	SP	Corredor Radial Leste Trecho 1 e 2	13/12/2013	30/11/2017	600.000.000,00	0,00		ATRASADA					
425747	13	MUNICIPIO DE SAO PAULO - SP	SP	**Corredor Mboi MirimSto Amaro Trecho Santo Amaro	13/12/2013	01/06/2016	40.000.000,00	1.504.132,00		ATRASADA					
425748	27	MUNICIPIO DE SAO PAULO - SP	SP	Terminal Itaquera	13/12/2013	30/11/2017	163.775.932,84	0,00		ATRASADA					
437126	59	SECRETARIA DESENVOLVIMENTO URBANO	BA	Linha 1 - Tramo 2 - Trecho Acesso Norte - Pirajá	08/08/2014	14/09/2016	283.089.020,00	40.056.638,20		ATRASADA					
440356	00	MUNICIPIO DE RIO GRANDE DA SERRA - SP	SP	PLANO DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA PARA A MOBILIDADE REGIAO ABC EIXO CORREDOR SUDESTE ETAPA RIO GRANDE DA SERRA	30/06/2014	26/06/2016	41.000.000,00	0,00		ATRASADA					
443555	71	MUNICIPIO DE GOIANIA - GO	GO	CORREDOR DE ONIBUS T 7	22/08/2014	30/08/2016	32.427.548,10	0,00		ATRASADA					

* O projeto de Campinas, embora conste como atrasado está concluído.

** Embora ainda existam repasses de recursos do OGU pendentes, as obras já foram inauguradas.

Tabela 12 – Informações (dados) sobre as Obras atrasadas e paralisadas ao longo do Exercício – OGU/Não PAC

PT	D V	UF	MUNICÍPIO	VIGÊNCIA	OBJETO	REPASSE	CONTRAPARTIDA	INVESTIMENTO	SIT_OBRA 31/12/2015	Providências
322323	07	AC	RIO BRANCO	21/09/2016	IMPLANTACAO DE REDE DE CICLOVIAS EM RIO BRANCO - 10 E 20 DISTRITOS.	3.909.200,00	504.067,16	4.413.267,16	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
330668	47	AC	MANCIO LIMA	30/04/2016	RECAPEAMENTO ASFALTICO COM SINALIZACAO HORIZONTAL E VERTICAL	414.375,00	8.465,00	422.840,00	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
330693	52	AC	ASSIS BRASIL	31/03/2015	Construcao de Calcadas e Sinalizacao Vertical.	414.375,00	8.465,00	422.840,00	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
313728	06	AL	VICOSA	10/01/2016	PAVIMENTACAO DA AVENIDA DISTRITO INDUSTRIAL NO MUNICIPIO DE VICOSA/AL	500.000,00	12.000,00	512.000,00	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
330804	97	AL	IGACI	30/10/2016	Melhoria na Infraestrutura (pavimentacao em paralelepipedo) objetivando o deslocamento e acesso dos pedestres, bem como,	286.500,00	6.000,00	292.500,00	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
310914	07	GO	INHUMAS	30/10/2016	CONSTRUCAO E RECUPERACAO DO SISTEMA VIARIO E PAISAGISMO	292.500,00	15.706,50	308.206,50	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
310916	26	GO	ANICUNS	30/07/2016	FOMENTO A PROJETOS DESTINADOS A REDUCAO DE ACIDENTES NO TRANSITO	500.000,00	22.393,56	522.393,56	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
310944	63	GO	ITAUCU	26/09/2016	Seguranca e Educacao no Transito	100.000,00	3.791,43	103.791,43	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária

311037	08	GO	MONTES CLAROS DE GOIAS	30/01/2017	construcao de calçadas(passeio) para pedestres nas ruas e avenidas DA SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO	97.500,00	9.163,77	106.663,77	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
334617	06	GO	INHUMAS	30/03/2016	SEGURANCA E EDUCACAO NO TRANSITO (MOBILIDADE URBANA) CALCA MENTO EM RUAS DIVERSAS NO MUNICIPIO DE INHUMAS/GO	1.900.000,00	329.348,52	2.229.348,52	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
302090	73	MG	CURVELO	30/03/2016	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE CIRCULACAO NAO MOTORIZADA	394.200,00	28.671,34	422.871,34	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
310840	12	MG	SETE LAGOAS	30/05/2016	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE ORIENTACAO, CONTROLE E MOBILIDADE URBANA, COM RESULTADO NO FLUXO DE TRANSITO	1.200.000,00	127.420,00	1.327.420,00	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
335073	64	MG	RESSAQUINH A	30/01/2017	Calçamento de vias paralelas as margens da BR 040 Construcao de sistema viario para pedestres, nas laterais da Av. Expe	196.400,00	4.600,00	201.000,00	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
347017	22	MG	GUIMARANI A	31/10/2016	EXECUCAO DE PAVIMENTACAO, MEIO FIO, SARJETA, PASSEIO E SINALIZACAO VERTICAL E HORIZONTAL EM DIVERAS RUAS DO MUNICIPIO.	343.000,00	11.227,53	354.227,53	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
347018	36	MG	GUIMARANI A	31/10/2016	EXECUCAO DE PAVIMENTACAO, MEIO FIO , SARJETA, PASSEIO E SINALIZACAO VERTICAL E HORIZONTAL EM DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO	343.000,00	9.054,69	352.054,69	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
347878	41	MG	GUIMARANI A	25/10/2016	Duplicacao das Avenidas Tupinambas e Espirito Santo e pavimeNTACAO, ILUMINACAO	3.500.000,00	470.722,46	3.970.722,46	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária

					PUBLICA, ACESSIBILIDADE					
229746	49	MS	TRES LAGOAS	30/12/2015	Apoio a Projetos de Sistemas de CirculaçAO NAO-Motorizados - IMPLANTACAO DE CICLOVIAS - ETAPA II NO MUN TRES LAGOAS MS	195.000,00	40.594,59	235.594,59	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
317204	61	MS	AQUIDAUANA	30/04/2016	Pavimentacao e drenagem da Avenida Dr Sabino e adjacentes	1.100.000,00	22.500,00	1.122.500,00	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
345112	45	PA	PAU D'ARCO	31/03/2016	Implantacao de ciclovias no Municipio de Pau D'Arco	1.862.000,00	38.000,00	1.900.000,00	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
310841	26	PE	CUPIRA	15/12/2016	INFRA-ESTRUTURA NO SISTEMA VIARIO PARA PROMOVER A REDUCAO DEACIDENTES NO TRANSITO	500.000,00	20.000,00	520.000,00	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
334689	72	PE	OURICURI	30/11/2015	SEGURANCA E EDUCACAO DE TRANSITO	970.000,00	366.645,37	1.336.645,37	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
334692	27	PE	CUMARU	31/12/2016	SEGURANCA E EDUCACAO DE TRANSITO	292.500,00	26.727,67	319.227,67	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
310959	40	PR	IRATI	30/09/2016	Promover a reducao de acidentes no transito e dos conflitos entre os diferentes modos de transporte e de circulacao e au	200.000,00	97.931,37	297.931,37	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
310998	16	PR	TURVO	30/08/2016	Pavimentacao de calcadas.	300.000,00	99.202,24	399.202,24	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
311034	76	PR	SAO PEDRO DO IGUACU	30/04/2016	Execucao de Calçada e Implantação de Sinalização Vertical e Horizontal na Avenida Sao Paulo.	200.000,00	44.672,25	244.672,25	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária

330504	65	PR	CANDOI	30/09/2016	PAVIMENTACAO POLIEDRICA	300.000,00	98.313,59	398.313,59	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
330620	73	PR	ALTAMIRA DO PARANA	30/06/2016	URBANIZACAO DAS AVENIDAS	100.000,00	5.000,00	105.000,00	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
330627	41	PR	RONCADOR	28/02/2016	SINALIZACAO VIARIA	97.500,00	4.500,01	102.000,01	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
330700	46	PR	GUAIRA	23/06/2016	EXECUCAO DE CICLOVIA, PAVIMENTACAO E ILUMINACAO	150.000,00	146.673,55	296.673,55	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
335074	78	PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	29/04/2016	Pavimentacao com Pedra Irregular no Distrito de Encantado do Oeste	146.950,00	51.062,39	198.012,39	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
310026	55	RJ	BARRA MANSA	30/03/2016	IMPLANTACAO DE CALCADAS EM TRECHOS DO CENTRO URBANO	493.100,00	296.880,48	789.980,48	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
310834	33	RJ	DUAS BARRAS	27/05/2016	DRENAGEM E PAVIMENTACAO COM REDUTORES DE VELOCIDADE E ACESSIBILIDADE	300.000,00	13.635,00	313.635,00	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
311059	79	RJ	MENDES	30/11/2016	IMPLANTACAO DE CALCADAS E PAVIMENTACAO NOS SEGMENTOS NORTE E SUL NO BAIRRO INDEPENDENCIA	300.000,00	88.555,70	388.555,70	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
317226	29	RJ	VASSOURAS	22/04/2016	PAVIMENTACAO E SINALIZACAO VIARIA	294.000,00	10.852,55	304.852,55	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária

365815	67	RJ	BARRA MANSA	11/04/2016	REVITALIZACAO DAS CALCADAS DA RUA CLAUDIONOR CABRAL FRANCO, AVENIDA JOSE MELCHIADES E TRECHO DA RUA MAJOR JOSE BENTO	765.140,94	338.081,41	1.103.222,35	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
311153	27	RN	BARAUNA	20/09/2015	Promover e implantar o Projeto que atenda a segurança e a educação no trânsito da Cidade de Barauna - RN	100.000,00	2.925,00	102.925,00	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
311159	83	RN	PATU	10/05/2016	INFRA ESTRUTURA URBANA DE TRANSITO	100.000,00	9.750,00	109.750,00	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
346999	85	RN	MACAIBA	10/06/2016	PADRONIZACAO DE 7.000 M2 DE CALCADAS EM VARIAS RUAS DO CENTRO DA CIDADE, PINTURA DE FAIXAS DE PEDESTRES E LOMBADAS, INST	543.400,00	454.933,50	998.333,50	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
347000	38	RN	ACU	20/07/2016	GARANTIR A SEGURANCA DOS PEDESTRES NOS LOCAIS DE GRANDE CIRCULACAO DE VEICULOS, DORANDO O MUNICIPIO DE INFRA ESTRUTURA E	200.000,00	10.000,00	210.000,00	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
311149	56	RO	ALVORADA D'OESTE	30/04/2016	Execução de Obra de Sinalização Vertical e Horizontal em Ruas e Avenidas do Município de Alvorada do Oeste.	450.000,00	9.183,67	459.183,67	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
335125	80	RO	CACOAL	30/04/2016	PAVIMENTACAO EM RUAS E AVENIDAS DE CACOAL	1.950.000,00	79.774,12	2.029.774,12	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
331728	85	RR	BOA VISTA	09/10/2016	Construção de Calçadas em Diversos bairros no Município de Boa Vista-RR.	2.500.000,00	125.000,00	2.625.000,00	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária

310862	83	RS	SARANDI	31/03/2016	Construcao de uma Ciclovvia em concreto FCK 30 Mpa, cordao de meio fio e sinalizacao junto a Rodovia RS 404 entroncamento	800.000,00	280.139,61	1.080.139,61	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
317189	70	RS	ENCRUZILHA DA DO SUL	31/05/2016	Pavimentacao das Ruas Alfredo Silveira, e da Rua da Praca Arnildo Genz	200.000,00	8.000,00	208.000,00	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
330594	52	RS	SAO LUIZ GONZAGA	30/08/2016	CALCAMENTO COM PEDRAS IRREGULARES	100.000,00	29.174,91	129.174,91	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
331709	59	RS	ESPUMOSO	30/08/2016	EXECUCAO DE OBRAS VIARIAS E COMPLEM CONTEMPLANDO PAVIMENTACAO ASFALTICA, TERMINAIS E COLETORES PARA TRANSP COL, SINALIZA	100.000,00	97.742,04	197.742,04	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
331724	47	RS	CERRO LARGO	31/03/2016	Pavimentacao Asfaltica sobre pedras irregulares de basalto - Rua Neco Janeiro, entre as Ruas Dr. Otto Flach e Av. Jacob	100.000,00	22.713,79	122.713,79	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
334660	44	RS	PANAMBI	30/03/2016	ASFALTAMENTO DE TRECHO DA RUA PASSO DO FIUZA.	97.000,00	16.905,40	113.905,40	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
335080	57	RS	ENCRUZILHA DA DO SUL	31/03/2016	PAVIMENTACAO DE VIAS PUBLICAS	300.000,00	17.819,60	317.819,60	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
335087	25	RS	SAO PAULO DAS MISSOES	30/08/2016	O Projeto visa a Pavimentacao por Calcamento com pedras irregulares para melhorar a seguranca no transito.	100.000,00	64.124,48	164.124,48	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
347736	27	RS	CACHOEIRA DO SUL	28/01/2016	Calcamento com blocos inter-travados de concreto, contemplando varias ruas da cidade.	580.382,50	50.468,04	630.850,54	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária

310886	60	SC	LAGES	30/03/2016	CONSTRUCAO DE PASSEIOS NO MUNICIPIO DE LAGES/SC	295.300,00	24.330,73	319.630,73	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
310941	30	SC	PAPANDUVA	30/06/2016	IMPLANTACAO DE PASSEIOS E SINALIZACAO DE TRANSITO NAS RUAS CENTRAIS DO MUNICIPIO DE PAPANDUVA	300.000,00	17.925,75	317.925,75	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
311084	83	SC	CANELINHA	31/03/2016	PAVIMENTACAO E DRENAGEM DA RUA JULIO PEDRO STEIL.	250.000,00	11.200,00	261.200,00	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
311146	23	SC	SAO BENTO DO SUL	30/06/2016	REVITALIZACAO DA SINALIZACAO VIARIA, IMPLANTACAO DE PASSEIOS E CICLOVIA NA AVENIDA SAO BENTO	300.000,00	438.871,41	738.871,41	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
330506	84	SC	LAGUNA	20/02/2016	PAVIMENTACAO, DRENAGEM E SINALIZACAO VIARIA DE TRECHO DA RUA ANTONIO JOAQUIM DE SOUZA	196.400,00	61.916,68	258.316,68	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
330557	04	SC	NAVEGANTE S	30/06/2016	REMODELAGEM DO PASSEIO PUBLICO AV JOAO SACA VEN	394.200,00	73.693,50	467.893,50	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
345438	73	SC	ILHOTA	25/02/2016	Implantacao do Calcedao Central com extensao de 600 metros ePAVIMENTCAO MUNICIPIO DE ILHOTA	100.000,00	7.415,18	107.415,18	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
390444	95	SC	RIO DO SUL	30/04/2016	Pavimentacao objetivando acessibilidade de diversos pontos de onibus no municipio de Rio do Sul	245.850,00	21.379,00	267.229,00	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
1001946	36	SC	RIO DO SUL	30/06/2016	Construcao de abrigo de onibus no municipio de Rio do Sul e modernizacao do terminal urbano localizado na Rua Santos Dum	295.300,00	25.678,30	320.978,30	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária

1003637	00	SC	BLUMENAU	31/12/2015	Reestruturacao do corredor estrutural de transporte da rua dos imigrantes.Bairro passo manso. Extensao de 406,24 metros.	592.000,00	51.478,30	643.478,30	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
1002277	41	SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	30/12/2015	Urbanizacao dos Canteiros Centrais com Implantacao de Ciclovía, no Marcos Freire III, no municipio de Nossa Senhora do S	987.600,00	397.528,15	1.385.128,15	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
281101	46	SP	CAMPINAS	30/06/2016	APOIO a CONCLUSaO DO TUNEL II (JOÁ PENTEADO) DO CORREDOR ESTRUTURAL DE TRANSPORTE COLETIVO RODOVIARIO DE CAMPINAS - SP	16.811.600,00	2.709.104,08	19.520.704,08	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
310903	79	SP	ESTRELA D'OESTE	20/09/2016	EXECUCAO DE OBRA DE INFRAESTRUTURA URBANA, PAVIMENTCAO, CALCADA, PAISAGISMO, ILUMINACAO E SINALIZACAO VIARIA	500.000,00	20.670,64	520.670,64	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
315542	15	SP	PRESIDENTE PRUDENTE	05/05/2016	Pavimentacao e Sinalizacao	250.000,00	98.176,37	348.176,37	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
336037	33	SP	PRESIDENTE PRUDENTE	05/09/2015	PROGRAMA MUNICIPAL DE INTEGRACAO DE SISTEMAS VIARIOS NO MUNICIPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE ENTRE BAIROS JARDIM PLANALTO E	760.000,00	70.808,17	850.598,82	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
311033	62	TO	AUGUSTINOPOLIS	31/03/2016	Pavimentacao de vias urbanas com tratamento superficial duplo com meio fio e sarjeta e construcao de calcadas	300.000,00	9.029,97	309.029,97	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
331575	41	TO	ARAGUAINA	31/05/2016	Obras de infraestrutura urbana - recapeamento asfaltico, sinalizacao vertical e horizontal, rampas para acessibilidade d	1.976.600,00	601.713,89	2.578.313,89	ATRASADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária

1004345	11	AC	RIO BRANCO	28/06/2016	Construcao de Abrigos para Usuario de Transporte Coletivo no Municipio de Rio Branco	295.300,00	12.304,17	307.604,17	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
1004466	71	AC	RIO BRANCO	30/09/2016	Construcao de Microterminal Urbano de Transporte de Passageiros no Municipio de Rio Branco.	789.800,00	203.958,29	993.758,29	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
265043	04	AL	MACEIO	30/06/2016	IMPLANTACAO DO CORREDOR ESTRUTURAL DE TRANSPORTE COLETIVO RODOVIARIO NA PARTE ALTA DE MACEIO/AL	3.954.600,00	208.136,84	4.162.736,84	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
315428		AP	LARANJAL DO JARI	06/08/2016	Urbanizacao da Sede do Municipio de Laranjal do Jari	5.100.000,00	300.000,00	5.400.000,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
310948	09	BA	ITABUNA	31/08/2016	EXECUCAO DE OBRAS DE PAVIMENTACAO ASFALTICA EM ZONAS ESPECIAIS.	1.152.000,00	48.000,00	1.200.000,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
311537	50	BA	ITANHEM	31/08/2016	Realizacao de escadarias, recuperacao de pavimentacao, rampas, iluminacao e implantacao de pavimentacao, rebaixamento de	494.000,00	23.000,00	517.000,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
330490	00	BA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	30/04/2016	Sinalizacao e infraestrutura para mobilidade em vias publicas do centro da sede do municipio de Livramento de NOssa Senh	264.500,00	14.000,00	278.500,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
334596		BA	ITUBERA	31/08/2015	Construcao de Calcada, Sinalizacao, Iluminacao e Acessibilidade.	493.100,00	12.327,50	505.821,57	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
335946	16	BA	WENCESLAU GUIMARAES	31/08/2016	APOIO A PROJETOS DE CORREDORES ESTRUTURAI S DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO	140.000,00	5.000,00	145.000,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária

335989	30	BA	WENCESLAU GUIMARAES	31/08/2016	Pavimentacao de Ruas no Municipio de Wenceslau Guimaraes-BA	140.000,00	28.870,31	168.870,31	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
1002279	82	BA	FEIRA DE SANTANA	05/03/2016	Construcao de passarela sobre a Avenida Olimpio Vital,no municipio de Feira de Santana	1.284.300,00	130.700,00	1.415.000,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
311155	46	CE	FORQUILHA	30/10/2016	PAVIMENTACAO NO DISTRITO DE TRAPIA	140.000,00	4.200,00	144.200,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
313776	96	CE	TIANGUA	26/02/2016	CONSTRUCAO DE PAVIMENTACAO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS DO BAIRRO FRECHEIRAS, SEDE DO MUNICIPIO DE TIANGUA-CE.	241.000,00	18.244,79	259.244,79	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
330673	11	CE	CARIRE	28/06/2016	URBANIZACAO DE ACUDE	1.482.100,00	48.512,20	1.530.612,20	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
334584	16	CE	PACATUBA	30/12/2015	Implantacao de melhorias na infraestrutura de segurança e EDUCACAO NO TRANSITO	500.000,00	33.200,84	533.200,84	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
334598	79	CE	MARTINOPOLE	30/06/2016	Pavimentacao na Via de Acesso ao Aterro Sanitario na sede do Municipio de Martinopole-CE.	300.000,00	6.123,00	306.123,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
335942	70	CE	ITATIRA	30/06/2016	SINALIZACAO, CONSTRUCAO DE CALCADAS RAMPAS EM VIAS	130.000,00	5.000,00	135.000,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
335943	84	CE	ITATIRA	30/08/2016	SINALIZACAO, CONSTRUCAO DE CALCADAS RAMPAS	135.000,00	5.000,00	140.000,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária

335975	70	CE	CAMOCIM	30/12/2016	PAVIMENTACAO DE RUAS	300.000,00	16.283,80	316.283,80	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
336842	81	CE	FRECHEIRINHA	27/04/2016	OBRAS DE ADAPTACAO DE CALCADAS E RAMPAS	137.060,00	2.797,14	139.857,14	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
338822	81	CE	MERUOCA	28/06/2016	SERVICOS DE PAVIMENTACAO EM PARALELEPIPEDO	200.000,00	4.081,63	204.081,63	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
193823	02	GO	BELA VISTA DE GOIAS	31/03/2016	CONSTRUCAO DE CICLOVIAS, ABRIGO EM PARADA DE ONIBUS SINALIZACAO VERTICAL E HORIZONTAL	243.750,00	12.187,50	255.937,50	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
310923	18	GO	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	31/01/2016	Mobilidade Urbana	98.200,00	4.000,00	102.200,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
310988		GO	ITAPACI	30/03/2015	Intervenções viárias para redução de acidentes de trânsito: Construção e padronização temática de calçadas, alargamento	500.000,00	10.204,08	511.476,02	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
311013	21	GO	NEROPOLIS	30/06/2016	Intervenções viárias para redução de acidentes de trânsito: CONSTRUÇÃO E PADRONIZAÇÃO TEMÁTICA DE CALCADAS E OUTRAS	1.000.000,00	30.000,00	1.030.000,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
311014	35	GO	PIRACANJUBA	30/05/2016	INTERVENCOES VIARIAS PARA REDUCAO DE ACIDENTES DE TRANSITO	500.000,00	11.000,00	511.000,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
312762		GO	GOIANIA	30/03/2016	Implantação da Avenida Leste Oeste	6.328.200,00	347.914,22	6.676.114,22	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária

317225	15	GO	GOIATUBA	31/05/2016	IMPLANTACAO DE ROTATORIAS E ALTERACOES NA GEOMETRIA DE RUAS E AVENIDAS, JUNTAMENTE COM PAISAGISMOS E SINALIZACAO HORIZON	300.000,00	12.000,00	312.000,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
334614	74	GO	SANTA ROSA DE GOIAS	30/03/2016	IMPLANTACAO DE SINALIZACAO VERTICAL, HORIZONTAL E SEMAFORICA NO MUNICIPIO DE SANTA ROSA DE GOIAS-GO	97.500,00	2.500,00	100.000,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
347009	25	GO	PORANGATU	30/03/2016	INTERVENCOES VIARIAS PARA REDUCAO DE ACIDENTES DE TRANSITO NO MUNICIPIO DE PORANGATU - GO	800.000,00	17.600,00	817.600,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
310858	22	MA	RAPOSA	30/09/2016	O projeto proposto consiste na execucao de pavimento com blocos de concreto sextavados, meio-fio, calcaada e sinalizacao	400.000,00	14.610,00	414.610,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
310889	92	MG	ANDRELANDIA	28/02/2016	CONSTRUCAO DE PONTE NO DISTRITO DE PARADA E PAVIMENTACAO DE RUAS INCLUINDO MEIO-FIO,PASSEIO E DRENAGEM	294.600,00	62.810,45	357.410,45	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
310901	51	MG	SANTOS DUMONT	30/09/2016	Av. Presidente Castelo Branco - Bairro Nossa Senhora de Fatima e Rua Jose Belmiro - Bairro Nossa Senhora Aparecida	700.000,00	38.685,71	738.685,71	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
313739	35	MG	BARROSO	31/01/2016	Construcao de 12.000 m2 de passeios na Avenida Tiradentes e Av. Prefeito Genesio Gracano. Colocacao de 19 postes e 07 lu	294.600,00	41.606,95	336.206,95	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
313749	51	MG	BOM SUCESSO	23/01/2016	PAVIMENTACAO ASFALTICA EM VIAS DE DIVERSOS BAIRROS.	600.000,00	31.616,64	631.616,64	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária

331550	51	MG	BARROSO	30/06/2016	Pavimentacao e implantacao de iluminacao publica em diversos pontos do Municipio.	196.400,00	9.475,33	205.875,33	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
317205	76	MS	AQUIDAUANA	30/04/2016	PAVIMENTACAO DAS RUAS MATO GROSSO DO SUL E ANTONIO GONCALVES LOCALIZADAS NO BAIRRO NOVA AQUIDAUANA, AQUIDAUANA/MS	2.400.000,00	49.000,00	2.449.000,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
334726	21	MT	PONTAL DO ARAGUAIA	31/01/2016	Construcao de ciclovia, pavimentacao asfaltica, calçada e passeio de concreto	987.600,00	29.628,00	1.017.228,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
335968	87	MT	NOVA MARILANDIA	31/07/2016	PAVIMENTACAO DE RUAS E AVENIDADES DE NOVA MARILANDIA - MT	1.000.000,00	20.408,16	1.020.408,16	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
335981	58	MT	PLANALTO DA SERRA	30/06/2016	OBRA DE INFRAESTRUTURA URBANA NO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA - MT	300.000,00	33.334,00	333.334,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
338842		MT	BARAO DE MELGACO	30/06/2016	OBRA DE INFRA ESTRUTURA URBANA, PAVIMENTACAO ASFALTICA E DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS NO MUNICIPIO DE BARAO DE MELGACO - M	500.000,00	55.556,00	559.343,34	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
310852	68	PA	MARABA	30/04/2016	FOMENTO A PROJETOS DESTINADOS A REDUCAO DE ACIDENTES DE TRANSITO.	2.000.000,00	827.490,55	2.827.490,55	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
317223	97	PA	JACUNDA	30/04/2016	PROMOVER A REDUCAO DE ACIDENTES NO TRANSITO E DOS CONFLITOS ENTRE OS DIFERENTES MODOS DE TRANSPORTES E DE CIRCULACAO.	500.000,00	67.474,52	567.474,52	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária

335078	14	PB	PILAR	28/12/2015	SEGURANCA E EDUCACAO DE TRANSITO	750.000,00	25.000,00	775.000,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
311044	91	PE	JOAO ALFREDO	30/12/2016	PAVIMENTACAO DE VARIAS RUAS DO MUNICIPIO COM DRENAGEM PLUVIAL.	2.925.000,00	182.641,96	3.107.641,96	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
311524	01	PE	PASSIRA	30/12/2016	IMPLANTACAO DE PROJETOS DIVERSOS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	300.000,00	36.559,95	336.559,95	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
338829	50	PE	VERTENTES	30/12/2015	Pavimentacao Asfaltica na Cidade de Vertentes.	300.000,00	6.240,26	306.240,26	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
310997	02	PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	30/01/2016	Pavimentacao de Calcadas	300.000,00	90.000,00	390.000,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
311046	19	PR	SAO JORGE DO PATROCINIO	30/12/2015	O - IMPLANTACAO DE SISTEMA DE SEGURANCA DE TRANSITO	150.000,00	3.061,22	153.061,22	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
311518	23	PR	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	30/04/2016	PAVIMENTACAO DE CALCADAS RUAS SETE DE SETEMBRO E PREFEITO PERY SCHREINER	300.000,00	18.004,62	318.004,62	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
330515	95	PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	30/10/2016	Revitalizacao da Rua Professor Duilio Calderari	1.000.000,00	59.562,05	1.059.562,05	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
358096		PR	FRANCISCO BELTRAO	14/06/2015	CONSTRUCAO DE CALCADAS COM SINALIZACAO TATIL NAS RUAS TEREZOPOLIS, SEMINARIO, SAO CRISTOVAO E MARILIA	500.000,00	263.459,23	809.372,30	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária

310912	80	RJ	CARDOSO MOREIRA	28/08/2016	Construcao de Passeio Publico na Rua Nestor Marins, no Bairro Novo Mundo da sede do Municipio	300.000,00	6.500,00	306.500,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
310980	18	RJ	CACHOEIRAS DE MACACU	01/03/2015	IMPLANTACAO DE PASSAGEM DE PEDESTRE NO MUNICIPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU/RJ	300.000,00	30.000,00	330.000,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
311010	90	RJ	PORCIUNCULA	30/11/2015	Melhorias das condicoes viarias, atraves da construcao e recuperacao de passeios publicos, rebaixamento de guias e demai	300.000,00	6.200,00	306.200,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
311031	43	RJ	NILOPOLIS	11/02/2016	Melhorias Operacionais dos Sistemas Viarios, Priorizando a Acessibilidade e Mobilidade Urbana em diversos logradouros do	2.340.000,00	203.478,26	2.543.478,26	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
311047	23	RJ	SAO SEBASTIAO DO ALTO	20/01/2016	Obras de pavimentacao e passeios sinalizados.	290.000,00	16.250,00	306.250,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
315110	96	RJ	NILOPOLIS	01/04/2016	MELHORIAS OPERACIONAIS DO SISTEMAS VIARIOS PARA ACESSO A RUA GETULIO VARGAS E SEUS CORREDORES DE ACESSO	1.500.000,00	130.440,00	1.630.440,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
330494	46	RJ	CACHOEIRAS DE MACACU	01/08/2016	OBRAS EM CALCADAS COM SINALIZACAO (HORIZONTAL E VERTICAL) NOS CENTROS URBANOS DO MUNICIPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU.	300.000,00	26.086,96	326.086,96	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
330496	66	RJ	CACHOEIRAS DE MACACU	01/08/2016	OBRAS DE PAVIMENTACAO COM REBAIXAMENTO/ALARGAMENTO DE CALCADAS NOS CENTROS URBANOS DO MUNICIPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU.	382.894,62	33.295,42	416.190,04	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária

330654	86	RJ	PORCIUNCULA A	30/11/2015	Construcao de passeio de pedestres com ciclovia no Municipio de Porciuncula/RJ.	295.300,00	6.700,00	302.000,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
331713	18	RJ	CARDOSO MOREIRA	15/08/2016	Recuperacao da pavimentacao da Rua Francisco da Silva Siqueira.	300.000,00	56.611,97	356.611,97	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
310918	44	RS	JAGUARAO	30/06/2016	Implantacao de intervencoes que contribuam para a minimizacao dos acidentes de transito e dos conflitos entre os modos d	100.000,00	2.500,00	102.500,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
311053	13	RS	CANGUCU	30/12/2016	Trata da pavimentacao da Rua Fernando Ferrari, com a execucao de abrigos para onibus, pista para pedestres com acesso a	500.000,00	241.584,13	741.584,13	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
330548	82	RS	CANDELARI A	30/06/2016	Pavimentacao de 3.800,00 m2 em PVS na Vila Botucarai.	196.400,00	15.600,00	212.000,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
330560	51	RS	ARROIO GRANDE	30/12/2015	Implantacao de sinalizacao horizontal, vertical, semaforica, de orientacao tatil, chicana ,paisagismo, elementos reductor	94.499,00	3.000,00	97.499,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
330684	40	RS	QUARAI	16/06/2016	Instalacao de melhorias viarias, atraves de pavimentacao, em todas as vias publicas da Vila Antenor Ferreira Leite.	318.909,47	173.914,97	492.824,44	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
334654	66	RS	SANTIAGO	30/07/2016	Contribuir para a prevencao e reducao de acidentes no transito atraves da pavimentacao de trechos das ruas Rua Servando	100.000,00	67.486,01	167.486,01	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
334714	88	RS	MIRAGUAI	30/03/2016	PAVIMENTACAO DE RUAS DA CIDADE DE MIRAGUAI RS, COM PEDRAS IRREGULARES (CALCAMENTO)	100.000,00	15.537,23	115.537,23	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária

310955	04	SC	GARUVA	30/01/2016	Infra-Estrutura no sistema viario para promover a reducao deACIDENTES NO TRANSITO/CALCADAS NA AV. CELSO RAMOS	100.000,00	39.317,16	139.317,16	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
311041	69	SC	RIO DOS CEDROS	31/12/2015	IMPLANTACAO DE PASSEIOS E SINALIZACAO AV TIRADENTES TRECHO I	250.000,00	28.831,73	278.831,73	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
312045		SC	SAO JOAQUIM	29/06/2015	CONSTRUCAO DE PASSEIOS PARA PEDESTRES	170.000,00	5.070,00	185.875,37	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
313731	53	SC	POMERODE	31/07/2016	Recuperacao do pavimento em paralelepipedo e reforma da ciclovia, ruas 15 de Novembro, Luiz Abry, Frederico Weege e Paul	960.000,00	145.302,93	1.105.302,93	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
313733	71	SC	FREI ROGERIO	31/07/2016	PAVIMENTACAO COM LAJOTAS E SINALIZACAO RUA SAO FRANCISCO	110.000,00	20.839,06	130.839,06	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
330529	56	SC	SAO JOAO BATISTA	30/03/2015	PAVIMENTACAO, INFRA-ESTRUTURA E SINALIZACAO DA RUA TIBURCIO TAURINO BOZZANO	245.850,00	5.017,35	250.867,35	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
330535	34	SC	RIO DOS CEDROS	31/12/2015	IMPLANTACAO DE MELHORIA DOS PASSEIOS,GUIAS REBAIXADAS,SINALIZACAO E FAIXA DE PEDESTRES, NA AV TIRADENTES.	196.400,00	14.817,56	211.217,56	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
334708	09	SC	FORMOSA DO SUL	30/12/2016	CONSTRUCAO INFRAESTRUTURA COM ALARGAMENTO DA SC 468 NO PERIMETRO URBANO, CONSTRUCAO DE PASSEIOS E ILUMINACAO PUBLICA	196.400,00	33.585,98	229.985,98	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária

335948	34	SC	POMERODE	29/02/2016	ADEQUACAO DE PASSEIO RUAS 15 DE NOVEMBRO/LUIZ ABRY/FREDERICO WEEGE E PAULO ZIMMERMANN, A ACESSIBILIDADE UNIVERSAL.	295.300,00	202.481,35	497.781,35	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
335954	24	SC	SAO JOAO BATISTA	30/05/2016	Obras de infraestrutura para qualificacao da mobilidade urbana no municipio de Sao Joao Batista - SC	245.850,00	55.510,30	301.360,30	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
335996	23	SC	SAO JOAO BATISTA	30/03/2015	Pavimentacao, infraestrutura e sinalizacao das Vias Urbanas no municipio de Sao Joao Batista/SC.	294.000,00	16.278,80	310.278,80	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
336007	79	SC	PAPANDUVA	30/06/2016	IMPLANTACAO DE PASSEIOS E SINALIZACAO DE TRANSITO NO MUNIC IPIO DE PAPANDUVA/SC	290.000,00	9.000,00	299.000,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
336856	55	SC	SANTA ROSA DE LIMA	23/06/2016	MELHORIAS NOS CORREDORES ESTRUTURAIIS DO TRANSPORTE COLETIVO	146.950,00	39.454,80	186.404,80	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
336913	43	SC	VARGEM	31/12/2016	Conclusao da Drenagem Pluvial e Pavimentacao com paralelepipedo da Rua Clovis Padilha e trecho da Zilda Manica.	146.950,00	72.384,14	219.334,14	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
336915	63	SC	OURO VERDE	31/12/2016	Pavimentacao com Pedres Iregulares em Ruas do Perimetro Urbano do Municipio.	146.950,00	9.026,54	155.976,54	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
1002332	12	SC	CAMBORIU	30/06/2016	Implantacao e readequacao de passeios, rampas, travessias, sinalizacao, com o objetivo de complementar e qualificar o ac	250.795,00	94.048,53	344.843,53	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
301930	12	SP	CAMPINAS	30/06/2016	Apoio a projetos de corredores estruturais de transporte coletivo urbano - adequacao de vias urbanas - campinas - SP	987.600,00	221.962,02	1.209.562,02	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária

310874	25	SP	AMERICANA	30/04/2016	Implantacao de calcamento podotatil.	300.000,00	60.228,39	360.228,39	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
310978	77	SP	GUARULHOS	08/05/2016	Implantacao de Sinalizacao viaria no Municipio de Guarulhos, DE FORMA A AMPLIAR E MELHORAR A MOBILIDADE E SEGURANCA	2.208.000,00	216.000,00	2.424.000,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
311045	05	SP	GUARULHOS	08/05/2016	Implantacao de Sinalizacao viaria no Municipio de Guarulhos,DE FORMA A AMPLIAR E MELHORAR A MOBILIDADE E SEGURANCA	1.012.000,00	99.000,00	1.111.000,00	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
311092	80	SP	COTIA	23/04/2016	Acoes de execucao de recapeamento e pavimentacao asfaltica nas ruas do Pq. Sao George e Portal da Primavera	250.000,00	36.849,94	286.849,94	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
312786		SP	GUARULHOS	19/06/2016	Execucao da transposicao do Complexo Viario Jacu-Pessego com a Rodovia Presidente Dutra, BR 116-Km 213, e servicos comp	19.778.600,00	5.876.381,14	25.654.981,14	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
312914	47	SP	GUARULHOS	30/06/2016	Execucao da transposicao do Complexo Viario Jacu-Pessego com a Rodovia Presidente Dutra, BR 116-Km 213, e servicos comp	6.921.600,00	3.184.978,14	10.106.578,14	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
330843	63	SP	SANTOS	30/06/2016	Contratacao de empresa especializada para fornecimento e implantacao de 40 (Quarenta) Controladores de Trafego	2.500.000,00	1.507.940,50	4.007.940,50	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
331588	99	SP	ATIBAIA	22/08/2016	Implantacao de sistema semaforico e sinalizacoes horizontal, vertical e faixas de travessia de pedestres com rampas de acessibilidade	400.000,00	99.197,17	499.197,17	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária
336036	29	SP	SANTOS	30/06/2016	Contratacao de empresa especializada para fornecimento e implantacao de Controladores de Trafego para Tempo Real (Semaf)	500.000,00	205.884,77	705.884,77	PARALISADA	Correspondência e email para Tomador e Mandatária

Tabela 13 – Informações (dados) sobre as Obras atrasadas e paralisadas ao longo do Exercício – FIN

AG. OPERADOR	PropONENTE	UF	Objeto	Data Assinatura	Vigência (Carência para o FGTS)	Valor		2015					Obs. DEMOB	
						União	Contrapartida	Ag. Oper. Posição da obra 31/12/15	Posição DEMOB	Tempo Paralisada	Impactos da paralisação	Providências para a retomada da execução		Resultados
0203471-83	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	RN	PRO-TRANSPORTE - GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	26-jun-06		57.055.924,14	22.442.589,20	ATRASADA	ATRASADA	Maior que 12 meses	A obra é desenvolvida lentamente nas frentes onde não há problemas com deslocamentos involuntários.	Houve alteração do tomador do recurso - a prefeitura passou para o estado; além do mais há um grave problema em relação aos deslocamentos involuntários (desapropriações e reassentamentos).	Acompanhamento.	
0341494-76	MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - MS	MS	SINALIZAÇÃO VIÁRIA; MODERNIZAÇÃO SEMAFÓRICA; EXECUÇÃO DE PONTES E PASSARELAS; ABRIGOS DE ÔNIBUS; CICLOVIA E VIADUTO	24-ago-10		55.211.937,29	8.572.598,75	PARALISADA	PARALISADA	17 meses	Atraso da entrega de infraestruturas à população.	Verificação junto ao agente financeiro (CAIXA) em relação aos apontamentos da CGU.	Reenvio ao agente financeiro de solicitação de providências junto ao tomador.	Trata-se de contrato FIN não PAC

0359577-51	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RJ	VIA LIGHT - TRECHO D	28-jun-11	19/06/2015	259.138.332,31	205.031.094,02			18 meses	Não houve grandes impactos devido a paralisação pq foram iniciados somente serviços de mobilização da empresa.	Realização de reunião entre Mcdidades, CAIXA e o Governo do Estado do Rio de Janeiro em 25/08/2015 para levantamento dos motivos geradores da paralisação da obra e o encaminhamento das soluções cabíveis. Nesta reunião os representantes do GOV RJ informaram que a paralisação da obra se deveu aos problemas de segurança enfrentados na região, inviabilizando a entrada da empresa na área para realização dos serviços. Informaram ainda que os problemas foram parcialmente superados e a empresa responsável conseguiu entrar no local para realização dos serviços de sondagem e levantamento topográfico para a elaboração dos projetos executivos. Providências adotadas: Diversas reuniões com o Tomador/Videoconfe	A empresa responsável conseguiu entrar no local para realização dos serviços de sondagem e levantamento topográfico para a elaboração dos projetos executivos. O proponente apresentou os Boletins de Medição à CAIXA, que analisou a documentação e verificou pendências.	Obra paralisada devido a problemas relacionados à violência no local objeto da intervenção.
------------	--------------------------	----	----------------------	-----------	------------	----------------	----------------	--	--	----------	--	---	--	---

												rência com o MCidades (25/08/15)/Ofícios solicitando providência de regularização da operação (26/08/15, 03/09/15, 02/12/15 e 28/01/16)/Realização de Reunião GGI com o Tomador (14/09/15, 12/01/16 e 29/01/16).		
0336673-43	MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE - MG	M G	ADEQUACOES VIARIAS, ESTACAO SAO JOSE, ESTACOES DE TRANSFERENCIA, CIRCUITO FECHADO DE TV INCLUSIVE CAMERAS	30-jun-10	13/03/2014	146.000.000,00	12.750.000,00	ATRASADA	CONCLUÍDA					
0336681-40	MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE - MG	M G	VIA 210 (LIGACAO VIA DO MINERIO/TERESA CRISTINA)	30-jun-10	13/01/2013	72.000.000,00	34.220.000,00	PARALISADA	PARALISADA		Apesar de descrita como paralisado, o empreendimento está concluído			Apesar de descrita como paralisado, o empreendimento está concluído

0336683-69	MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE - MG	M G	VIA 710 (ANDRADAS/CRISTIANO MACHADO)	30-jun-10	13/12/2013	78.000.000,00	133.685.000,00								Houve tentativa de vinculação do empreendimento a uma ação do Programa Minha Casa Minha Vida como alternativa aos deslocamentos involuntários, mas não houve possibilidade de aditamento da ação existente para o município nem nova seleção por ausência de limite no programa
0342635-93	MUNICIPIO DE CURITIBA - PR	P R	CORREDOR AEROPORTO/RODOFERROVIARIA - OBRAS DE INTERLIGACAO ENTRE O AEROPORTO EM SJP E A RODOFERROVIARIA EM CTBA.	23-set-10	13/06/2014	62.500.000,00	80.336.408,71								

0342641-71	MUNICIPIO DE CURITIBA - PR	P R	REQUALIFICACAO DA RODOFERROVIA E SEUS ACESSOS	23-set-10	13/12/2013	35.000.000,00	13.900.000,00	ATRASADA	ATRASADA					
0342643-99	MUNICIPIO DE CURITIBA - PR	P R	EXTENSAO DA LINHA VERDE SUL	23-set-10	13/04/2014	18.500.000,00	8.330.023,98	ATRASADA	ATRASADA					
0366932-02	DISTRITO FEDERAL	D F	AMPLIACAO DA DF 047 E OBRA DE ARTE ESPECIAL - ACESSO AO AEROPORTO	01-nov-11	18/08/2013	98.000.000,00	5.157.886,72	PARALISADA	PARALISADA					Apesar do status de paralisada (3 meses sem desembolso), a obra fisica objeto do contrato foi concluída em mai/14, restando a realização do último desembolso. O GDF pleiteou a utilização do saldo residual do contrato para ampliação de meta.
0376094-70	MUNICIPIO DE FORTALEZA - CE	C E	CE-A.05 BRT - AV ALBERTO CRAVEIRO OBRAS	29-dez-11	03/10/2013	23.700.000,00	10.765.035,09	PARALISADA	PARALISADA	17 MESES	Demora para população receber as melhorias aprovadas.	Reuniões presenciais e por videoconferência realizadas em junho, agosto e novembro.	Obra resultou paralisada devido ao distrato com a empresa	

													executora em 2014. Remanescente da obra será licitado juntamente com a Paulino Rocha.
0376091-47	MUNICIPIO DE FORTALEZA - CE	CE	CE-A.06 BRT - AV PAULINO ROCHA - OBRAS	29-dez-11	03/08/2013	19.600.000,00	31.905.821,90	PARALISADA	PARALISADA	17 MESES	Demora para população receber as melhorias aprovadas.	Reuniões presenciais e por videoconferência realizadas em junho, agosto e novembro.	Obra resultou paralisada devido ao distrato com a empresa executora em 2014. Remanescente da obra será licitado juntamente com a Alberto Craveiro.
0373684-42	MUNICIPIO DE NATAL - RN	RN	OBRAS VIARIAS PARA INTEGRACAO DO NOVO AEROPORTO, ARENA DAS DUNAS E SETOR HOTELEIRO VISANDO A COPA 2014 EM NATAL/RN	20-dez-11	12/06/2015	293.000.000,00	77.947.996,91	ATRASADA	ATRASADA				

0343031-15	ESTADO DO CEARA	C E	CE-A.01 VLT PARANGABA / MUCURIBE	08-out-10	06/02/2014	170.000.000,00	120.144.592,16	PARALISADA	ATRASADA	11 MESES	Depreciação de serviços executados não concluídos. Vulnerabilidade da reocupação de áreas liberadas para obra.	MCidades realizou reuniões presenciais e por videoconferência realizadas em junho, agosto, outubro e dezembro. Dois dos 3 lotes tiveram as obras retomadas.	Obra resultou paralisada devido ao distrato com a empresa executora em 2014. Novas licitações foram realizadas sem sucesso e posteriormente novas foram lançadas para trechos da obra que resultou no retorno da obra em outubro de 2015.	
0340264-78	MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS	R S	IMPLANTACO DO CORREDOR AVENIDA TRONCO/CRUZEIRO DO SUL	29-jul-10	05/07/2014	71.680.638,00	84.382.597,79	ATRASADA	ATRASADA					
0340267-00	MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS	R S	IMPLANTACAO DO CORREDOR PADRE CACIQUE/AVENIDA BEIRA RIO (AV. EDVALDO PEREIRA PAIVA)	29-jul-10	05/06/2013	78.200.000,00	40.980.175,20	ATRASADA	ATRASADA					

0340276-11	MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS	RS	IMPLANTACAO DO MONITORAMENTO OPERACIONAL DOS CORREDORES TER-CEIRA PERIMETRAL, AV. TRONCO E PADRE CACIQUE	29-jul-10	05/06/2012	13.700.000,00	721.052,63	PARALISADA	PARALISADA	12 meses	o beneficio do monitoramento e, consequente racionalização não são efetivados	Monitoramento rotineiro dos desembolsos, pendências no SACI (PAC PENDENCIAS)	não houve retomada, será agendada nova reunião para providência	Instalação de sistema de monitoramento nas avenidas Tronco, 3ª Perimetral e Padre Cacique. Como as obras ainda não foram finalizadas nessas três avenidas, o sistema ainda não pôde ser instalado.
0340278-39	MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS	RS	IMPLANTACAO DO BRT PROTASIO ALVES (11 ESTACOES)	29-jul-10	05/06/2013	53.000.000,00	24.900.795,19	ATRASADA	ATRASADA					
0357557-71	MUNICIPIO DE RECIFE - PE	PE	VIA QUE INTERLIGARA A RUA ANTONIO FALCAO, EM BOA VIAGEM, COM O TUNEL DA RUA MANOEL DE BRITO, NO PINA, E SISTEMAS VIARIOS	20-mai-11	05/12/2014	331.000.000,00	102.202.973,73	ATRASADA	ATRASADA					

0341979-37	ESTADO DE SAO PAULO	S P	LINHA 17-OURO-LIGACAO DO AEROPORTO DE CONGONHAS A REDE METROFERROVIARIA - TRECHO 1	31-ago-10	04/09/2013	1.082.000.000,00	563.128.450,16	ATRASADA	ATRASADA						
0340269-28	MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS	R S	CORREDOR TERCEIRA PERIMETRAL- OBRAS DE ARTE(VIADUTO BENTO GONCALVES, VIADUTO PLINIO BRASIL MILANO E TRINCHEIRA FARRAPOS)	29-jul-10	05/06/2013	94.600.000,00	99.527.369,20	ATRASADA	ATRASADA						
0342260-72	ESTADO DO PARANA	P R	CORREDOR AEROPORTO-RODOFERROVIARIA ESTADO PR	02-set-10	07/04/2013	42.300.000,00	2.226.315,79	ATRASADA	ATRASADA						
0342262-90	ESTADO DO PARANA	P R	SIMM SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO METROPOLITANO	02-set-10	07/04/2013	10.000.000,00	526.315,79	ATRASADA	ATRASADA						
0342264-17	ESTADO DO PARANA	P R	REQUALIFICACAO DO CORREDOR MAL FLORIANO TRECHO DIVISA AERO- PORTO	02-set-10	07/01/2013	10.000.000,00	526.315,79	ATRASADA	ATRASADA						

0342268-55	ESTADO DO PARANÁ	P R	VIAS DE INTEGRACAO RADIAL METROPOLITANAS - VIA DE INTEGRACAO CURITIBA PINHAIS	02-set-10	07/04/2013	36.500.000,00	1.921.052,63	ATRASADA	ATRASADA					
0375658-77	ESTADO DE PERNAMBUCO	P E	IMPLANTACAO DO TRANSPORTE RAPIDO POR ONIBUS NO CORREDOR DA 'V CAXANGA ATE O TERMINAL DE CAMARAGIBE	26-dez-11	03/10/2013	71.000.000,00	17.121.409,40	ATRASADA	PARALISADA	11 meses	considerando ser uma obra paralisada, mas que os componentes do sistema que foram concluídos permitem a operação do BRT, os impactos são mais perceptíveis no nível de serviço que hoje é prestado à população. Por exemplo.: estão previstas 20 estações de BRT, destas 15 foram concluídas e estão em operação, as que não foram iniciadas ou concluídas dificulta o acesso da população localizada no entorno destas, ao sistema. Os dois terminais de integração que não foram concluídos, além	Licitação para contratação de empresa para o levantamento dos serviços remanescentes finalizada. A empresa POLICONSULT foi homologada como vencedora do processo. Contrato assinado, Ordem de Serviço emitida, serviços iniciados no final de outubro/15. Após a conclusão do levantamento o Estado irá licitar novamente a obra.	A empresa POLICONSULT está executando o levantamento dos serviços remanescentes.	

											do impacto operacional para o sistema, estão sujeitos às interperies o que pode acarretar em perda de serviço já executado e aumento do custo da obra.			
0375664-55	ESTADO DE PERNAMBUCO	PE	CONSTRUCAO DO TERMINAL DE COSME E DAMIAO	26-dez-11	03/04/2013	15.000.000,00	3.131.208,60	ATRASADA	FINALIZADA					
0375666-74	ESTADO DE PERNAMBUCO	PE	IMPLANTACÃO DO TRANSPORTE RAPIDO POR ONIBUS NO CORREDOR NORTE SUL NO TRECHO IGARASSU/JOANA BEZERRA/CENTRO DO RECIFE	26-dez-11	03/11/2013	162.000.000,00	18.890.000,00	ATRASADA	PARALISADA	2 meses	considerando ser uma obra paralisada, mas que os componentes do sistema que foram concluídos permitem a operação do BRT, os impactos são mais perceptíveis no nível de serviço que hoje é prestado à população. Por exemplo.: estão previstas 29 estações de BRT, destas 26 foram concluídas e 23 estão em operação, as que não foram iniciadas ou concluídas	O Estado tomou as providências necessárias junto à construtora para que a obra fosse retomada	A obra foi retomada em janeiro/2016. As estações que faltam estão em execução e o terminal de Abreu e Lima tem data prevista de inauguração em abril/16.	De acordo com o monitoramento realizado por este Departamento a obra esteve paralisada entre os meses de outubro/15 e janeiro/16.

									<p>dificulta o acesso da população localizada no entorno destas, ao sistema. O terminal de integração Abreu e Lima (com mais de 90% de execução física) ainda não foi concluído, causando impacto operacional para o sistema, mas não está sujeito às interperies pois o terminal encontra-se coberto e os serviços que faltam são instalação elétrica e serviços externos.</p>		
--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	--	--

0375668-92	ESTADO DE PERNAMBUCO	PE	IMPLANTACAO DE OBRA VIARIA DO RAMAL CIDADE DA COPA	26-dez-11	03/11/2013	99.000.000,00	72.591.329,68	ATRASADA	PARALISADA	11 meses	Considerando se tratar de uma obra em local onde antes não havia uma infraestrutura viária, os impactos estão relacionados mais a necessidade de refazer serviços que já haviam sido executados, o que provavelmente acarretará no aumento do custo da obra.	O Estado publicou o Edital de licitação para contratação de empresa para o levantamento dos serviços remanescentes e montagem da licitação das obras em 03/07/15, realizou a licitação através de Pregão eletrônico em 15/07/15, porém esta resultou deserta. Republicou o Edital, e esta segunda resultou fracassada. A partir deste cenário, o Estado passou a revisar o edital para lançar novamente a licitação.	O Estado revisou o edital para lançar novamente a licitação do levantamento dos serviços remanescentes. O Termo de Referência será concluído e a licitação tem data prevista de publicação em março/16.	
0340274-93	MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS	RS	CORREDOR RUA VOLUNTARIOS DA PATRIA E TERMINAL DE ONIBUS SAO PEDRO	29-jul-10	05/06/2013	24.000.000,00	111.000.000,00	PARALISADA	PARALISADA	11 meses	Desistência de empresas contratadas, aumento no custo dos insumos, deterioração das etapas parcialmente concluídas, transtornos à população devido ao bloqueio de vias, entre outros.	As providências tomadas pela Prefeitura ocorrem no sentido de tentar agilizar as desapropriações, porém, segundo relato dos técnicos da SMOV (Secretaria Municipal de Obras e Viação), as negociações têm tido sucessos esporádicos.	Poucas áreas desapropriadas até o momento atual.	Dificuldades de desapropriação de áreas comerciais e públicas impedem avanço das obras e, consequentemente, paralisam os desembolsos.

0340285-22	MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS	RS	IMPLANTACAO DO PROLONGAMENTO DA AVENIDA SEVERO DULLIUS	29-jul-10	05/06/2013	21.600.000,00	61.400.000,00	ATRASADA	ATRASADA					
0340271-61	MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS	RS	REQUALIFICACAO DO COMPLEXO DA RODOVIARIA	29-jul-10	05/06/2013	19.000.000,00	12.521.979,24	PARALISADA	PARALISADA	10 meses	Aumento no custo dos insumos, transtornos à população devido à não execução do novo Complexo da Rodoviária, problemas no tráfego de veículos particulares e ônibus no entorno da Rodoviária, entre outros.	Prefeitura tenta agilizar a elaboração do projeto do novo Complexo da Rodoviária.	Até o momento, Prefeitura não informou sobre o andamento dos projetos	O atraso se deve, segundo informações da própria Prefeitura, à falta de projetos para o novo Complexo da Rodoviária, os quais ainda não foram entregues na CAIXA.
0376721-60	MUNICIPIO DE PALHOCA - SC	SC	PRO-TRANSPORTE PAVIMENT./DRENAGEM PALHOCA B. CAMINHO NOVOPZO 1E DESEMBOLSO: JAN/2015 PZO ULTIMO DESEMBOLSO: DEZ/2015	25-jan-12	07/06/2013	3.350.000,00	386.659,77	ATRASADA	Normal					

0379536-73	MUNICIPIO DE BIRIGUI - SP	SP	PAVIMENTACAO ASFALTICA EM DIVERSAS RUAS E BAIRROS DA CIDADE	01-mar-12	17/09/2013	7.924.895,04	417.100,00	PARALISADA	PARALISADA	4 meses	Defasagem do recurso, atraso na entrega da obra, benfeitorias não disponíveis para o uso da população, etc.	Foi realizada reunião em 16/10/2015, onde foi informado pelo tomador que a obra encontra-se com 80% de conclusão, porém o prazo contratual com a empreiteira findou-se e o mesmo foi extinto. A Prefeitura está elaborando o plano de reprogramação para posterior licitação e conclusão da obra.	Paralisada até o presente momento	Embora paralisada, já foram executados 80%, será realizada nova reunião para fomentar a retomada da mesma.
0379853-23	MUNICIPIO DE GUARATINGUETA - SP	SP	PAV DRENAGEM E COMPLEMENTACAO DE AGUAS ESGOTO JD STA LUZIA	05-mar-12	19/05/2013	12.850.000,00	3.218.507,68	ATRASADA	ATRASADA					
0379252-55	MUNICIPIO DE ESTANCIA DE ATIBAIA - SP	SP	URBANIZACAO PARC.E COMPLEMENTAR B.JD.IMPERIAL - ESGOTO,AGUA DRENAGEM PROFUNDA E SUPERF., GUIAS,SARJETAS E PAVIMENTACAO	29-fev-12	20/03/2014	6.479.000,00	542.360,51	ATRASADA	PARALISADA	11 meses	DEFASAGEM do recurso, atraso na entrega da obra, benfeitorias não disponíveis para o uso da população, etc.	embora não haja desembolso desde 10/14 há BM de 12/2015, portanto alguma pendência inviabiliza o desbloqueio. Obra em 98%	não houve retomada, será agendada nova reunião para providência	

0376524-74	MUNICIPIO DE SAO JOSE - SC	S	PRO. TRANSPORTE PAVIM./ DRENAGEM / SINALIZACAO - SAO JOSE PZO 1E DESEMBOLSO: JAN/2013 PZO.ULTIMO DESEMBOLSO: ABR/2016	20-jan-12	01/02/2013	11.030.000,00	2.565.325,95	ATRASADA	OBRA FÍSICA CONCLUÍDA					Obra concluída e prefeitura deseja utilizar o saldo residual
0376528-10	MUNICIPIO DE SAO JOSE - SC	S	PRO. TRANSPORTE - PAVIMENTACAO - SAO JOSE - LOT. BENJAMIN PZO.1E DESEMBOLSO: JAN/2013 - PZO.ULTIMO DESEMBOLSO: MAR/2016	20-jan-12	01/10/2012	3.760.000,00	197.894,74	ATRASADA	OBRA FÍSICA CONCLUÍDA					Obra concluída, realizado GGI 26/08/2015 e a prefeitura informou que já finalizou a obra porém deseja utilizar o saldo - contrato fica paralisado
0374289-72	MUNICIPIO DE ARACAJU - SE	S	IMPLANTACAO DO SISTEMA VIARIO DE INTERLIGACAO NO LOTEAMENTO ARUANA	27-dez-11	20/11/2013	11.310.000,00	4.818.352,56	ATRASADA	NORMAL					

0379806-49	MUNICIPIO DE MIRANDA - MS	M S	PAVIMENTACAO DRENAGEM E REDE DE ESGOTO NO BAIRRO MARIA DO ROSARIO	29-fev-12	19/05/2012	1.615.000,00	289.628,97	PARALISADA	PARALISADA	16 MESES	ATRASSO DE METAS, EM FASE DE REVISAO DE PROJETO PARA ADAPTAÇÃO PARA ATENDIMENTO À ACESSIBILIDADE DOS PEDESTRES.	REUNIÕES DA PREFEITURA COM GIGOV	AGUARDANDO ENTREGA DE PROJETO REVISADO.	A PREFEITURA BUSCA SOLUÇÃO DE TRÁFEGO COMPARTILHADO PORÉM NÃO APRESENTOU SOLUÇÃO DE PROJETO PARA AS CALÇADAS COM PREVISÃO DE REUNIÃO NO PRÓXIMO TRIMESTRE
0379752-05	MUNICIPIO DE LAURO FREITAS - BA	B A	ADEQUACAO DA INFRAESTRUTURA DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO URBANO DA POLIGONAL I LOCALIDADE JAMBEIRO, JAIBA	05-mar-12	04/10/2013	3.280.000,00	192.853,89	ATRASADA	ATRASADA	21 MESES	Atraso na conclusão do empreendimento	Realizada reunião de GGI no dia 11/09/2015	A prefeitura informou que a paralisação da obra se deu à problemas com a empresa executora anterior. O contrato foi rescindido e uma nova empresa assumiu a	Situação atual atrasada. O último desembolso foi em dezembro de 2015.

obra. O contrato já foi assinado e a Caixa já realizou as análises e a obra retornou. Novo cronograma prevê a conclusão da obra para set/2016.

A prefeitura informou que houve reprogramação e alteração nas vias para readequar o traçado conforme novo adensamento do bairro. O atraso na obra foi devida a baixa capacidade da usina do município. A expectativa é de que a obra seja acelerada

A obra encontra-se atualmente na situação ATRASADA.

0379776-83	MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	B A	PAV. VIAS LOCAIS NOS BAIROS ZABELE, SÃO PEDRO E BATEIAS	02-mar-12	01/11/2014	17.930.000,00	943.684,21	ATRASADA	NORMAL				Realizada reunião de GGI realizada no dia 09/09/2015.
------------	--	--------	---	-----------	------------	---------------	------------	----------	--------	--	--	--	---

com a chegada da nova usina, com previsão de entrar em operação em dez/2015.

O atraso na obra foi devida a baixa capacidade da usina do município. A expectativa é de que a obra seja acelerada com a chegada da nova usina, com previsão de entrar em operação em dez/2015.

A obra encontra-se atualmente na situação ATRASADA.

0379794-03	MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	BA	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS LOCALIZADAS NO LOTEAMENTO MORADA REAL	01-mar-12	01/05/2014	5.024.094,94	264.426,05	ATRASADA	ATRASADA			Realizada reunião de GGI realizada no dia 09/09/2015.	
0379661-02	MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - RO	RO	PAC 2 - PAVIMENTAÇÃO E CALCADAS DO LOTEAMENTO FLAMBOYANT	02-mar-12	03/11/2013	13.890.000,00	731.052,63	ATRASADA	Atrasada				

0379665-49	MUNICIPIO DE PORTO VELHO - RO	RO	PAC 2 - PAVIMENTACAO E DRENAGEM DE BAIROS DA ZONA LESTE DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO - JK E TANCREDO NEVES	02-mar-12	03/09/2013	19.700.000,00	1.036.842,10	PARALISADA	PARALISADA	3 anos	Prefeitura impedida de efetuar liberaçao em funçao de recomendaçao do MPF - Ministério Público Federal e Operaçao da Polícia Federal.	Atendimento de auditorias internas e externas.	Previsao de soluçao das pendencias operacionais e de engenharia até junho/2016.
0379671-27	MUNICIPIO DE PORTO VELHO - RO	RO	PAC 2 - PAVIMENTACAO E DRENAGEM DE BAIROS DA ZONA SUL DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO- CONCEICAO, NOVA FLORESTA E ELETRONORT	02-mar-12	03/09/2013	15.370.000,00	808.947,37	PARALISADA	PARALISADA	3 anos	Empresa contrata para a execuçao da obra abandonou o contrato desde janeiro de 2013. Será necessário realizar novo procedimento licitatório.	Meta reprogramada e em fase de licitaçao.	Previsao de soluçao das pendencias operacionais e de engenharia até junho/2016.
0379754-23	MUNICIPIO DE CACAPAVA - SP	SP	PAVIMENTACAO DO BAIRRO JARDIM PANORAMA	05-mar-12	09/12/2012	4.694.700,63	408.234,84	PARALISADA	PARALISADA	2 anos e 10 meses	Defasagem do recurso, atraso na entrega da obra, obra executada deteriorando, benfeitorias não disponíveis para o uso da populaçao, etc.	Foi realizada reunião em 23/10/2015, onde a Prefeitura alegou que não estava possibilitada de prosseguir com o empreendimento devido uma açao judicial. Essa açao diz respeito à rescisao unilateral por parte da Prefeitura devido a má qualidade dos serviços e vícios contrutivos. A equipe da Prefeitura alega que devido aos prazos judiciais (perícia) perdido pela empreiteira poderá reiniciar as obras em breve.	Paralisada até o presente momento

0379849-52	MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO - SP	S P	PAVIMENTACAO DOS BAIROS DA COSTA SUL: UQUEHY, BARRA DO SAHY, BALEIA E BOICUCANGA	05-mar-12	01/06/2013	27.792.093,23	1.462.741,75	ATRASADA	PARALISADA	14 meses	DEFASAGEM do recurso, atraso na entrega da obra, obra executada deteriorando, benfeitorias não disponíveis para o uso da população, etc.	Monitoramento rotineiro dos desembolsos, pendências no SACI (PAC PENDENCIAS)	não houve retomada, será agendada nova reunião para providência	
0379839-36	MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO - SP	S P	PAVIMENTACAO DOS BAIROS DA COSTA NORTE: JARAGUA E CANTO DO MAR	05-mar-12	01/12/2012	15.931.234,00	838.486,00	PARALISADA	PARALISADA	1 ano e 3 meses	Defasagem do recurso.	Foi realizada reunião em 23/10/2016, onde foi informado que foram concluídas as metas previstas, porém a prefeitura manifestou interesse em utilizar o restante do recurso para nova intervenções. Deste modo, a prefeitura efetuará o pedido de reprogramação para Caixa e prosseguirá com os devidos processos.	Paralisada até o presente momento	O processo de reprogramação já está em andamento(2016), conforme pendências da Caixa: - 14/03/2016 Encaminha da CE GIGOV/SJ 0522/2016 com as pendências de reprogramação para desembolso em relação aos serviços executados pela empresa contratada. - 11/03/2016 Encaminha da CE

														GIGOV/SJ 0498/2016 com as pendências para alteração contratual para ampliação de metas com utilização do saldo residual.
0379659-61	MUNICIPIO DE MAFRA - SC	SC	PRO. TRANSPORTE - PAVIMENTACAO - MAFRA - CENTRO E VILA IVETEPRAZO REALIZ. ULTIMO DESEMBOLSO: 12/2016	29-fev-12	03/03/2014	8.340.000,00	1.783.409,40	ATRASADA	ATRASADA			realizado GGI em 20/08/2015		Teve rescisão do contrato em jul/2014. Retornou as obras em 2015.
0383354-69	MUNICIPIO DE TELEMACO BORBA - PR	PR	PRO-TRANSPORTE - ATENDIMENTO AOS CONJUNTOS HABITACIONAIS JD EUROPA, RIO ALEGRE E RECANTO FELIZ	26-abr-12	20/05/2013	1.106.250,13	58.223,69	PARALISADA	PARALISADA	11 Meses	Reprogramações do Contrato. Redução de Metas nas execuções de Serviços.	Foi realizado um GGI, Grupo de Gestão Integrado, o municípe propôs reprogramação com previsão de conclusão. Resta execução de calçadas do contrato. O Município informa que a reprogramação deve ser protocolada na Caixa Econômica federal. Data do GGI 25/09/15.	Houve apresentação de a reprogramação após reunião de GGI, para adequação dos conograma do contrato.	

0391207-44	MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA - PR	PR	PRO-TRANSPORTE - PAVIMENTACAO DOS BAIROS VILA RIBEIRO, CONJHAB ALVARO DE ABREU E JARDIM BELA MANHA	30-jul-12	01/02/2014	5.586.871,71	294.045,88	PARALISADA	PARALISADA	5 Meses	Reprogramações do Contrato. Redução de Metas nas execuções de Serviços.	Realizado um GGI, Grupo de Gestão Integrado para monitoramento do contrato que se encontrava atrasada. As execuções encontram-se em andamento, restando serviços de drenagens. Houve como justificativas do atraso uma rescisão contratual com a executora dos serviços em 05/2015 o que provocou os atrasos. Data da reunião conjunta 14/09/15.	Houve Atualização da Programação do Contrato, posterior as Reuniões realizadas.	
0387793-64	MUNICIPIO DE SARANDI - PR	PR	PAVIMENTACAO DOS BAIROS JARDIM VERAO E JARDIM SAO JORGE	29-jun-12	10/02/2013	4.577.000,00	240.894,74	PARALISADA	PARALISADA	9 Meses	Reprogramações do Contrato. Redução de Metas nas execuções de Serviços.	Houve monitoramento por meio de sistema de informações desde Ministério, com comunicação de providências entre Ministério e Caixa Econômica Federal.	Houve Atualização da Programação do Contrato, posterior as Reuniões realizadas.	
0378273-84	MUNICIPIO DE PARANAVAI - PR	PR	PAVIMENTACAO DOS BAIROS VILA OPERARIA, VILA ALTA, DONA JOSEFA, HELIO LOPES, ANDRE LUIZ, JARDIM SIMONE E LARANJEIRAS	14-fev-12	17/10/2014	14.146.000,00	826.236,23	ATRASADA	ATRASADA					Houve Reunião de GGI em agosto/2015 com Previsão de apresentação de novo cronograma em setembro para adequação de valores e

0377494-30	MUNICIPIO DE PASSO FUNDO - RS	RS	PAVIMENTACAO, ACESSIBILIDADE, DRENAGEM E SINALIZACAO DO SETOR 9: REGIAO DO BAIRRO INTEGRACAO	03-fev-12	06/04/2013	10.838.547,80	589.697,47	ATRASADA	NORMAL					
0379718-79	MUNICIPIO DE SANTO ANGELO - RS	RS	PAVIMENTACAO DO BAIRRO PILAU I	02-mar-12	08/12/2012	845.533,83	72.416,18	PARALISADA	PARALISADA	1 mês	Obra está paralisada há pouco tempo, porém, iniciada em jul/12 e com apenas 54% de execução física. Como a obra está em ritmo muito lento e está longe do fim, a paralisação só faz agravar o aumento nos custos (devido à inflação), trazendo prejuízos à mobilidade da população local e à reputação da Prefeitura Municipal.	Município providenciando prorrogação do contrato com fornecedor e iniciando providências para reprogramação contratual.	Permanece a situação	Cronograma de execução excessivamente longo para uma obra de baixa complexidade, cujo início efetivo ocorreu em jul/12.
0377410-22	MUNICIPIO DE BOM JESUS - GO	GO	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS NOS BAIRROS TROPICAL E ANIBAL LIMA.	31-jan-12	20/08/2012	1.020.000,00	413.613,16	ATRASADA	ATRASADA					Execução física em 2015: jan: 33,10% - dez: 75,63%

0385115-15	MUNICIPIO DE MOSSORO - RN	RN	PAVIMENTACAO EM PARALELO E RECAPE EM DIVERSOS BAIRROS DO MUNICIPIO DE MOSSORO/RN.	01-jun-12	17/10/2013	35.822.124,45	2.088.897,29	ATRASADA	ATRASADA					
0379053-40	MUNICIPIO DE ITAPEVI - SP	SP	PAC2 - PAVIMEN, DRENAGEM, PASSEIOS E SINALIZACAO NOS BAIRROS AMBUIA, PARQUE MIRAFLORES, VILA OLIMPIA, VILA SAO FRANCISCO	17-fev-12	05/01/2013	8.645.000,00	606.282,81	ATRASADA	PARALISADA	2 meses	DEFASAGEM do recurso, atraso na entrega da obra, obra executada deteriorando, benfeitorias não disponíveis para o uso da população, etc	14/10/15 - Reunião de GGI:- Contrato de execução distratado. Prefeitura informou que enviaria os ajustes até o final de outubro/15. Após aceite da Caixa, seria lançado o edital (previsão era para o final de 2015).	Sem informação, será agendada nova reunião para apresentação dos resultados	Contrato de execução foi distratado e estão sendo tomadas providências para nova licitação e retomada ds obras
0392802-74	MUNICIPIO DE TAQUARANA - AL	AL	PAVIMENTACAO E DRENAGEM DOS BAIRROS SERRA DE SANTA CRUZ E RESIDENCIAL ALTO DAS COLINAS	10-ago-12	18/05/2014	2.567.852,38	135.150,12	ATRASADA	ATRASADA					
0366242-59	MUNICIPIO DE GUARANIACU - PR	PR	PAVIMENTACAO DISTRITOS GUAPORE E MATO QUEIMADO E B. GERVASIO GERVASIO PEREIRA, BENTO GONCALVES, JD REAL E VICENTE NOGUEIRA	07-nov-11	13/11/2012	1.558.761,02	104.449,63	ATRASADA	ATRASADA					Ocorreu Reunião de GGI com previsao de apresenacao reprogramacao em setembro de 2015.

0384479-89	MUNICIPIO DE SAO LUIS - MA	MA	PAVIMENTACAO DRENAGEM BAIROS SA VIANA,PINDORAMA,COROADINHO,VILA EMBRATEL E PARAISO	15-mai-12	07/11/2013	34.202.468,06	1.800.129,90	PARALISADA	PARALISADA	11 meses	RESCINDIU, LICITOU EM 23016 E RETORNOU EM 2016			
0379845-15	MUNICIPIO DE ITURAMA - MG	MG	GUIAS, SARJETA, CALCADAS E PAVIMENTACAO NO DISTRITO DE ALEXANDRITA	28-fev-12	10/04/2013	7.650.000,00	497.102,27	ATRASADA	Paralisada	5 meses	Previsão de término da obra deverá ser prorrogado	GGI Realizado. Estipulação de prazo para conclusão de pendências.	Prazo para conclusão das pendências foi estipulado.	
0370204-79	MUNICIPIO DE TRES CORACOES - MG	MG	PAVIMENTACAO DO BAIRRO MORADA DO SOL EM TRES CORACOES/MG	09-dez-11	09/10/2012	4.420.000,00	405.924,42	ATRASADA	Atrasada					GGI realizada. Prefeitura não compareceu. Monitoramento rotineiro dos desembolsos, no sistema de acompanhamento - SACI
0369799-40	MUNICIPIO DE ABELARDOLUZ - SC	SC	PAV. DRENAGEM BAIROS APARECIDA E ALVORADA - PRO-TRANSPORTE PAC 2 ABELARDO LUZ - PZO.1.DES: 12/2012 PZO.ULT.DES: 11/2015	07-dez-11	02/12/2012	1.880.000,00	385.048,50	ATRASADA	Normal					

0365186-59	MUNICIPIO DE RIO CLARO - SP	S P	IMPL.DE GALERIAS AGUAS PLUVIAIS,GUIAS ,SARJETAS,ACE SSIBILIDADE,PAVIMENTACAO,CALCADAS E SINALIZACAO NO BOM SUCESSO	25-out-11	09/12/2012	2.280.000,00	919.785,15	ATRASADA	PARALISADA	11 meses	DEFASAGEM do recurso, atraso na entrega da obra, obra executada deteriorando, benfeitorias não disponíveis para o uso da população, etc	Reunião em 15/10/2015, fomos informados que o contrato CEF encontra-se em reprogramação, a previsão era dez/15	não houve retomada, será agendada nova reunião para providência	Contrato em reprogramação, obras em 80,95%
0377654-70	MUNICIPIO DE MARTINHOS - MG	M G	PAVIMENTACAO DE VIAS NOS BAIROS ALTO SAO FRANCISCO, NOVO HORIZONTE, BAMBE E SAO GERALDO	13-fev-12	10/03/2013	1.045.000,00	167.871,52	ATRASADA	Atrasada					Retomada das obras de calçadas em 01/03/2016
0391272-40	MUNICIPIO DE ESPERANCA FELIZ - MG	M G	PAVIMENTACAO E DRENAGEM NO BAIRRO VALE DO SOL II	30-jul-12	09/12/2012	1.328.327,95	69.912,00	ATRASADA	Atrasada					
0379233-16	MUNICIPIO DE ITATIBA - SP	S P	OBRAS DE PAVIMENTACAO, DRENAGEM E PASSEIO NO LOTEAMENTO JD NOVA ESPERANCA	29-fev-12	15/06/2014	1.913.000,00	492.706,67	ATRASADA	ATRASADA					
0395559-95	MUNICIPIO DE GOIANIA - GO	G O	PAVIMENTACAO E DRENAGEM DE VARIOS BAIROS DE GOIANIA	19-set-12	19/09/2015	62.130.000,00	23.484.860,34	ATRASADA	ATRASADA					

0376084-55	MUNICIPIO DE HORIZONTE - CE	C	PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NOS BAIROS PLANALTO HORIZONTE, DISTRITO INDUSTRIAL E DIADEMA	29-dez-11	07/02/2013	7.350.241,27	973.800,29	PARALISADA	NORMAL	12 MESES	Demora para população receber as melhorias aprovadas.	Reunião por videoconferência em 14/09/2015 para esclarecer o motivo do status PARALISADA. A condição de paralisada será convertida a normal assim que for apresentado novo boletim de medição. Reprogramação prevê 5 meses para conclusão da obra em jan/2016.	Necessidade e de drenagem profunda cuja 1ª licitação não obteve sucesso. A 2ª licitação prosperou e as obras foram retomadas no início do mês (set/2015). O atraso foi devido à falta de mão-de-obra no local. Obra retornou em setembro/2015 e a apresentação na Caixa Boletim de Medição em dezembro de 2015.
0379331-02	MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PR	P	PAVIMENTAÇÃO E CALCADAS DE VIAS URBANAS NOS BAIROS JARDIM SANTA ROSA E CONJ. RESIDENCIAL DANIEL LUISINHO	01-mar-12	20/11/2012	2.130.000,00	298.746,42	ATRASADA	ATRASADA				

NICHELLE													
0379339-86	MUNICIPIO DE CASTRO - PR	P R	PAVIMENTACAO DOS BAIROS JARDIM BAYLLY, MORADA DO SOL VE THERMAS DE RIVIERA.	01-mar-12	07/01/2013	2.947.000,00	286.810,32	ATRASADA	ATRASADA				
0379327-42	MUNICIPIO DE PALMEIRA - PR	P R	PAVIMENTACAO DOS BAIROS PAPIROS, PALMEIRINHA, LOTEAMENTO MUNICIPAL, DANIEL MANSANI E BELA VISTA.	01-mar-12	05/10/2012	7.274.150,00	383.262,85	ATRASADA	ATRASADA				
0394668-83	MUNICIPIO DE JI-PARANA - RO	R O	PAC 2 - PAVIMENTACAO DOS BAIROS JARDIM DOS MIGRANTES E PRE-SIDENCIAL NO MUNICIPIO DE JI PARANA/RO	31-ago-12	17/11/2013	5.000.000,00	1.082.330,57	ATRASADA	ATRASADA				
0395225-59	MUNICIPIO DE ANAPOLIS - GO	G O	PAVIMENTACAO E DRENAGEM DO BAIRRO ELISIOS LOT LAS PALMAS B SANTO ANTONIO SETOR SUL 3 ETAPA_SETOR AEROPORTO E SOUZAN	12-set-12	08/10/2013	14.080.000,00	741.052,63	ATRASADA	ATRASADA				

0379379-78	MUNICIPIO DE CERES - GO	GO	PAVIMENTACO DE VIAS DOS BAIROS: SARAH RIBEIRO E TROPICAL I E II_NO MUNICIPIO DE CERES/GO	01-mar-12	15/08/2012	2.888.731,70	152.038,52	ATRASADA	ATRASADA				
0387621-85	MUNICIPIO DE SAO JOAO EVANGELISTA - MG	MG	PAVIMENTACAO NOS BAIROS ENGENHO DE SERRA, HAMILTON RIBEIRO, CENTRO E CENTENARIO.	29-jun-12	15/06/2014	1.060.047,34	139.952,66	ATRASADA	Atrasada				Prefeitura aguardava o início de 2016, quando obterá recursos para aumentar a contrapartida e finalizar a execução das calçadas.
0377463-62	MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA - MG	MG	PAVIMENTACAO, RECAPEAMENTO, E DRENAGEM NOS BAIROS NOVO HORIZONTE, JARDIM NOVA ESPERANCA, ACACIAS/BELVEDERE E ELDORA	06-fev-12	15/02/2013	4.400.000,00	475.020,39	PARALISADA	Paralisada	2 meses		Realização de GGI na qual acordou-se reprogramação contratual. Aguardo de análise Caixa da documentação de reprogramação	
0383262-52	MUNICIPIO DE GUARULHOS - SP	SP	PAC2 - VILARICA PAVIMENTACAO E DRENAGEM	18-abr-12	20/01/2014	5.318.134,30	279.901,80	ATRASADA	NORMAL	0 meses			Retomada, não houve atualização da informação CEF Ag FIN

0377606-82	MUNICIPIO DE CONTAGEM - MG	MG	PAVIMENTACAO DE VIAS PUBLICAS, DIVERSOS BAIRROS DO MUNICIPIO DE CONTAGEM/MG	07-fev-12	03/09/2015	13.501.296,00	710.594,53	ATRASADA	Paralisada	6 meses		Realização de GGI e informação de realização de encerramento contratual e realização de novo certame licitatório		
0380123-04	MUNICIPIO DE ARTUR NOGUEIRA - SP	SP	PAVIMENTACAO E DRENAGEM EM DIVERSOS BAIRROS - VALORES VE, CP E VI RERRATIFICADOS NA PORTARIA 225-226/2011 MCIDADES	14-fev-12	16/02/2013	11.685.000,00	1.507.388,99	ATRASADA	ATRASADA					
0368212-33	ESTADO DO ACRE	AC	PAVIMENTACAO DE VIAS NA BAIXADA DA SOBRAL E REGIONAL DO TANCREDO NEVES	29-nov-11	11/11/2015	35.540.000,00	5.263.391,41	ATRASADA	ATRASADA					
0377301-07	MUNICIPIO DE VENANCIO AIRES - RS	RS	PAVIMENTACAO DOS BAIRROS: LEOPOLDINA, CIDADE NOVA, CIDADE ALTA E XANGRILA	30-jan-12	11/03/2013	12.169.356,17	1.835.206,67	PARALISADA	PARALISADA	3 meses	Como a obra está paralisada há pouco tempo e já está no fim (91% de execução), não há impactos significativos, porém, o cronograma de execução está excessivamente longo (quase 4 anos até o presente momento).	Prefeitura está se empenhando em atender as pendências para que CEF possa liberar nova parcela.	Permanece a situação	Obra de baixa complexidade e iniciada em mai/12, porém o cronograma de execução longo justifica-se pelo fato de a meta ser factível no médio/longo prazo.

0380097-85	MUNICIPIO DE CAPIVARI - SP	SP	PAVIMENTAÇÃO DO LOTEAMENTO RIVIERA (ALTERADO PELA PORTARIA MCIDADES 225/226 DE 03/05/2011 - PAC2.	29-fev-12	09/07/2012	2.090.000,00	157.709,82	ATRASADA	ATRASADA				
0392202-18	MUNICIPIO DE VENANCIO AIRES - RS	RS	PAVIMENTAÇÃO DO BAIRRO CORONEL BRITO NO MUNICIPIO DE VENANCIO AIRES/RS	27-jul-12	11/09/2013	6.654.733,90	722.846,18	ATRASADA	ATRASADA				
0378065-60	MUNICIPIO DE ACOPIARA - CE	CE	PAVIMENTAÇÃO DO BAIRRO NOVA ACOPIARA - ACOPIARA CE	17-fev-12	20/08/2012	1.622.765,13	255.590,57	PARALISADA	PARALISADA	20 MESES	A execução realizada refere-se à 98% da pavimentação. As calçadas não foram iniciadas. Demora para a população receber as melhorias nas calçadas.	Reunião por videoconferência em 22/09/2015 sem comparecimento do Município. A GIGOV local (Juazeiro do Norte) comentou que o Município tem sido inoperante também em outros contratos. A Caixa informou que a prefeitura alega necessidade de reprogramar para alterar quantitativos e suprimir a iluminação que informaram ficar a cargo da concessionária de energia. Mas ainda nada foi entregue na Caixa. A GIGOV foi orientada a intimar a Prefeitura a dar	A Caixa enviou Ofício sob nº 0451/2015/GIGOV JN à Prefeitura de Acopiara conforme orientação do MCidades.

												continuidade sob pena de aplicação da Portaria que determina o cancelamento do contrato após 1 ano sem desembolso, e neste caso, não havendo funcionalidade dos serviços executados, o recurso terá que ser devolvido.		
0377731-09	MUNICIPIO DE CAUCAIA - CE	CE	PAV PEDRA TOSCA E DRENAGEM VARIOS BAIROS DO MUNICIPIO DE CAUCAIA CE	10-fev-12	03/04/2013	49.400.000,00	2.600.000,00	ATRASADA	ATRASADA					
0379876-97	MUNICIPIO DE MONTE NEGRO - RS	RS	PAVIMENTACAO DA RUA GETULIO VARGAS - MONTENEGRO/RS	01-mar-12	16/09/2012	1.260.000,00	242.743,88	ATRASADA	ATRASADA					
0379878-14	MUNICIPIO DE MONTE NEGRO - RS	RS	PAVIMENTACAO DAS RUAS SELMA WALAUER E ERNESTO ZIETLOW EM MONTENEGRO/RS	01-mar-12	16/09/2012	1.360.000,00	278.011,39	ATRASADA	NORMAL					
0380006-84	MUNICIPIO DE DIVINO POLIS - MG	MG	DRENAGEM/PAVIM VIAS BELVEDERE, N. FORTALEZA, CANDELARIA, OLIVEIRAS, N.HOLANDA, STA LUCIA, STA ROSA,	05-mar-12	13/07/2015	20.500.000,00	3.503.970,62	ATRASADA	Paralisada	9 meses		Informação do proponente de encerramento contratual e elaboração de as built para embasar o novo certame licitatório.		

			PE.EUSTAQUIO, GRAJAU											
0369435-49	MUNICIPIO DE NOVA CANA DO NORTE - MT	M T	PAVIMENTACAO E DRENAGEM DOS BAIROS SAGRADA FAMILIA E SAO FRANCISCO	07-dez-11	03/01/2013	4.100.000,00	223.118,04							Desembolsos em desconformidade com o cronograma apresentado. Desembolsos realizados (ref.2015) em ago, set e dez/15, porém apresentou o mesmo % de execução financeira nos meses de set a nov/15. Retornou à programação prevista após o desembolso de dez/15.
0388681-31	MUNICIPIO DE BAGERS	R S	PAVIMENTACAO/DRENAGEM/REDE SANEAMENTO BAIROS:PEDRA BRANCA,IPIRANGA,STA.LUZIA,BONITO,STA.FLORA,2 IRMAOS E ESTRELA D'ALVA	02-jul-12	15/10/2014	30.330.000,00	5.734.915,55			2 meses	Aumento nos custos (devido à inflação), prejuízos à mobilidade da população local e à reputação da Prefeitura Municipal.	GGI com MCidades deve ser agendado para resolver a pendência.	Permanece a situação	Obra está paralisada há pouco tempo e com baixíssima execução (< 1%). Iniciada em dez/14, tem ritmo muito lento, o que se agravou
								ATRASADA	ATRASADA					
								PARALISADA	PARALISADA					

														com pedido de reprogramação encaminhado ao MCidades em 29/02/2016, solicitando a exclusão do lote 2 da obra, conforme orientação da CAIXA.
0377952-84	MUNICÍPIO DE DOIS IRMAOS - RS	RS	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS DO BAIRRO SAO JOAO NO MUNICIPIO DE DOISIRMAOS/RS	16-fev-12	05/04/2013	2.077.000,00	109.922,37	PARALISADA	PARALISADA	9 meses	Aumento nos custos (devido à inflação), prejuízos à mobilidade da população local e à reputação da Prefeitura Municipal.	Monitoramento rotineiro dos desembolsos, pendências no SACI (PAC PENDENCIAS)	Permanece a situação	Obra iniciada em nov/13, com meta factível no curto prazo e boa execução de 91,1% até a data do último desembolso (dez/14).
0379861-20	MUNICÍPIO DE SAPIRANGA - RS	RS	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS DOS BAIRROS CENTENARIO, SAO JACO E AMARAL RIBEIRO EM SAPIRANGA/RS	02-mar-12	15/05/2014	19.500.000,00	3.046.596,94	ATRASADA	ATRASADA					
0379866-72	MUNICÍPIO DE SAPIRANGA - RS	RS	PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO BAIRRO SAO LUIZ EM SAPIRANGA/RS	02-mar-12	15/09/2012	1.780.000,00	201.649,45	ATRASADA	ATRASADA					

0377751-52	MUNICÍPIO DE BARBALHA - CE	C	PAVIMENTAÇÃO DO BAIRRO MALVINAS	14-fev-12	08/03/2014	1.017.450,00	261.094,16	PARALISADA	PARALISADA	16 MESES	Acréscimo de valor na ordem de 450 mil Reais a serem aportados na contrapartida.	MCidades realizou reunião com a Caixa e prefeitura em 22/09/2015 . A prefeitura informou que a construtora alegou preços impraticáveis e rescindiu o contrato. Caixa aguarda licença de instalação.	A prefeitura prepara documentação para nova análise com alteração do tipo de pavimentação (antes pedra tosca sem rejunte para pedra tosca com rejunte) e redução de meta. Outra alternativa é concluir a via iniciada e rescindir o contrato.	
0379930-54	MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PINHAL - RS	R	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DO DISTRITO MAGISTERIO	05-mar-12	01/09/2012	1.113.382,09	58.599,06	PARALISADA	PARALISADA	0 mês	Aumento nos custos (devido à inflação), prejuízos à mobilidade da população local e à reputação da Prefeitura Municipal.	Prefeitura está providenciando reularização do CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária)	Permanece a situação	CRP do Tomador está vencido e Prefeitura está providenciando regularização. Obra com meta factível em curto prazo, porém com baixíssima execução (37%) mesmo tendo sido

0387096-27	ESTADO DE MATO GROSSO	MT	IMPLANTACAO DOS CORREDORES VLT CPA/AEROPORTO E COXIPO/CENTRO	18-jun-12	08/01/2014	423.700.000,00	1.153.917.277,15			12 meses	Obras paralisadas desde jan/2015 pela nova gestão do Governo MT. Todo o processo do VLT encontra-se judicializado, por meio de ação civil pública de autoria do MPF e Outros tendo como réu o Consórcio construtor VLT. Em audiência de conciliação de 07/04/2015, as partes acordaram pela suspensão do contrato, do processo e da decisão liminar até a conclusão do processo para resolução das seguintes questões: avaliação dos custos para conclusão da obra, falhas na execução, atraso de pagamentos, dificuldades de desapropriações e licenciamentos, não liberação de áreas para o bom andamento da obra, reequilíbrio econômico-financeiro do	Com autorização da Justiça Federal, o Governo do Estado MT fez a contratação da empresa KPMG CONSULTORIA LTDA, em 27/10/2015 para realização dos serviços de verificação independente das estimativas de término da atual implantação do VLT, bem como a elaboração dos estudos tarifários, modelo operacional e de viabilidade econômico-financeira e estruturação do projeto VLT Cuiabá-Várzea Grande. Esta empresa foi contratada para subsidiar o Governo do Estado MT a definir as estratégias de continuidade do projeto de implantação do VLT, com um prazo de 120 dias contados a partir da assinatura do contrato para a execução dos serviços.	Ao longo de 2015 foram realizadas ações de monitoramento por parte do DEMOB/SeMOB, através de reunião de GGI (jun/15), reunião presencial e visita no local (jul/15) e via e-mail institucional (dez/15).	
------------	-----------------------	----	--	-----------	------------	----------------	------------------	--	--	----------	---	--	---	--

											contrato de obras, plano de manutenção do material rodante entregue e adequação do cronograma de execução. A área da obra no canteiro central foi isolada com new jersey. Demora no prazo de conclusão do empreendimento.			
0387571-88	MUNICIPIO DE FORTALEZA - CE	CE	CE-A.02 EIXO VIA EXPRESSA / RAUL BARBOSA	26-jun-12	03/01/2014	141.700.000,00	10.301.689,76		ATRASADA	ATRASADA				A Caixa informou em reunião que a prefeitura alega necessidade de reprogramar para alterar quantitativos e suprimir a iluminação que informaram ficar a cargo da concessionária de energia. Mas ainda nada foi entregue na Caixa. Obra atrasou

devido ao distrato com a empresa executora em 2014. Novas licitações foram realizadas para trechos da obra OEAs).

0408256-22	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	RN	ACESSO AO NOVO AEROPORTO DE SAO GONCALO DO AMARANTE CORRESPONDE NDO A INTERVENCAO DE CODIGO RN-A.01/02 MATRIZ DE RESPONSABILIDADE	19-mar-13	18/07/2014	12.100.000,00	60.963.549,57	ATRASADA	ATRASADA					
0425724-40	MUNICIPIO DE MOJIM DAS CRUZES - SP	SP	PAC 2 - PAVIMENTACAO - PAV. ASFALTICA, DRENAGEM, REDE AGUA ESGOTO, PASEIOS COM ACESSIBILIDADE	29-nov-13	20/12/2014	17.774.321,41	935.490,60	ATRASADA	ATRASADA					
0422865-85	MUNICIPIO DE MOJIM DAS CRUZES - SP	SP	PAC2- PAVIMENTACAO-EXEC DE DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS, PAVIMENTACAO, ESGOTAMENTO	30-out-13	20/11/2014	10.406.288,89	547.699,42	ATRASADA	ATRASADA					

			SANITARIO E CALCADAS EM AV											
0411857-59	MUNICIPIO DE BELEM - PA	PA	BRT ALMIRANTE BARROSO E AUGUSTO MONTENEGRO E CENTRO BELEM ICOARACI	14-mai-13	08/04/2017	314.000.000,00	62.800.000,00	ATRASADA	NORMAL					
0403309-44	DISTRITO FEDERAL	DF	SISTEMA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS-GAMA-SANTA MARIA- PLANO PILOTO - PROJETO EIXO SUL	28-dez-12	18/06/2014	561.522.650,00	199.871.775,00	PARALISADA	PARALISADA	6 meses	Operação comercial do BRT Expresso DF Eixo Sul desde nov/2014, porém aquém da expectativa devido à inauguração parcial do empreendimento (1ª etapa) em jun/14.	Finalização das metas executadas com o Consórcio Construtor BRT e ação preparatória para as demais metas não iniciadas, com monitoramento do DeMOB/SeMOB via reunião presencial.	GDF informou ter criado um grupo de trabalho de forma a ajustar os processos para continuidade e da operação, sendo necessária a emissão do termo de recebimento de obra executada, nova licitação das metas não iniciadas (inclusive ligação até o Terminal Asa Sul), e reprogramação do contrato com a	

													CAIXA.	
0416942-92	DISTRITO FEDERAL	D F	SISTEMA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIRO - EPIG, ESPM, EPTG, AV. COMERCIAL, AV. SANDU, AV. HELIO PRATES E VC 311	25-jun-13	18/06/2017	517.477.350,00	27.235.650,00	PARALISADA	Paralisada	12 meses	Etapa de financiamento do empreendimento, com um único desembolso em dez/14 para a meta do Viaduto no final da W3 Sul, o qual encontra-se concluído. Paralisada por estar mais de 3 meses sem desembolso, porém as obras das demais metas não foram iniciadas, encontrando-se em estágio de ação preparatória. Demora no prazo de conclusão do empreendimento.	Ação preparatória para as demais etapas não iniciadas, com monitoramento do DeMOB/SeMOB via reunião presencial.	GDF informou em GGI sobre o andamento dos processos licitatórios do túnel de Taguatinga, do trecho 1 - Sol Nascente e Hélio Prates (lançamento previsto em dez/15) e do alargamento do viaduto sobre a Estrada Parque Ceilândia/Taguatinga.	
0438233-70	MUNICÍPIO DE RIO DE JANEIRO - RJ	R J	IMPLANTACAO E RECUPERACAO DE PAVIMENTACAO E MANEJO AGUAS PLUVIAIS - SANTA CRUZ E VALA DO SANGUE	30-abr-14	13/04/2018	181.933.942,44	9.575.470,65	ATRASADA	ATRASADA					Motivos de atraso em relação ao cronograma inicial: - Problemas orçamentários de início de ano do Município do Rio de Janeiro que levou à suspensão das obras

0438241-77	MUNICÍPIO DE RIO DE JANEIRO - RJ	RJ	IMPLANTACAO E RECUPERACAO DE PAVIMENTACAO E REDE DE MANEJO DE AGUAS PLUVIAIS DA REGIAO DE SEPETIBA	30-abr-14	13/04/2018	55.857.244,62	2.939.854,98															<p>Motivos de atraso em relação ao cronograma inicial:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Problemas orçamentários de início de ano do Município do Rio de Janeiro que levou à suspensão das obras nos meses iniciais do ano; - Limitações de logística no local de execução por depender de liberação de faixas de rua pela CETRio; - Locais das obras abaixo do nível do mar gerando alagamento em alguns dias, atrasando a execução. Ressaltamos que apesar do atraso
------------	----------------------------------	----	--	-----------	------------	---------------	--------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

														são enviadas medições mensais e os pagamentos são realizados de forma regular.
0438260-14	MUNICÍPIO DE RIO DE JANEIRO - RJ	RJ	IMPLANTACAO E RECUPERACAO DE PAVIMENTACAO E REDE DE MANEJO DE AGUAS PLUVIAIS DE VIAS DE GUARATIBA	30-abr-14	13/04/2018	143.418.183,44	7.548.325,44							Motivos de atraso em relação ao cronograma inicial: - Problemas orçamentários de início de ano do Município do Rio de Janeiro que levou à suspensão das obras nos meses iniciais do ano; - Limitações de logística no local de execução por depender de liberação de faixas de rua pela CETRio; - Locais das obras abaixo do

nível do mar gerando alagamento em alguns dias, atrasando a execução. Ressaltamos que apesar do atraso são enviadas medições mensais e os pagamentos são realizados de forma regular.

0438579-50	MUNICIPIO DE GOIANIA - GO	GO	IMPLANTACAO E MELHORIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO PRIMEIRO TRECHO BRT GOIANIA	30-abr-14	19/10/2016	140.000.000,00	52.662.105,95	ATRASADA	Atrasada					
0439919-89	MUNICIPIO DE ESTA. BALN. DE PRAIA GRANDE - SP	SP	IMPLANTACAO DE CORREDORES DE TRANSPUBLICO NAS AV.MARGINAIS A ROD.MANOEL DE NOBREGA	15-mai-14	10/11/2016	63.584.348,00	11.453.111,06	ATRASADA	ATRASADA					

0442611-30	MUNICIPIO DE SAO BERNARDO DO CAMPO - SP	S P	IMPLANTACAO E MELHORIA DA INFRAENSTRUTURA DE SISTEMAS DE TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO	30-jun-14	13/12/2015	165.000.000,00	86.195.225,90	ATRASADA	ATRASADA					
0423874-19	MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE - MG	M G	IMPLANTACAO BOULEVARD ARRUDAS TRECHO CARIJOS E RIO DE JANEIRO E COMPLEXO VIARIO LAGOINHA E NOVA ALCA VIADUTO LESTE	12-nov-13	13/05/2016	128.000.000,00	12.407.969,45	ATRASADA	Atrasada					Realização de GGI na sala de videoconferência do Ed. Matriz Caixa. A prefeitura municipal informou que o empreendimento foi iniciado em dezembro de 2014. A obra é dividida em três lotes: Viaduto Leste (iniciado em 25/03/2015) e tamponamentos da Rua Rio de Janeiro à Rua 25 de Abril (iniciado em 29/12/2014) e da Rua 25

de Abril à
Rua Carijós
(licitação).

0435461-82	MUNICIPIO DE SANTO ANGELO - RS	R S	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS URBANAS DE SANTO ANGELO CC: 000152.02.84/2012-98	20-mar-14	08/02/2018	34.018.563,87	4.286.280,18	ATRASADA	ATRASADA					
0439008-63	MUNICIPIO DE CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM - ES	E S	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS URBANAS NO MUNICIPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	08-mai-14	03/06/2015	3.040.315,68	199.137,98	ATRASADA	ATRASADA					
0437933-23	MUNICIPIO DE CRUZ ALTA - RS	R S	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS URBANAS EM CRUZ ALTA, RSCC: 000142.02.84/2012-99	16-abr-14	01/11/2016	18.914.725,79	1.100.000,00	ATRASADA	ATRASADA					
0426451-78	MUNICIPIO DE CACHOEIRA DO SUL - RS	R S	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS URBANAS - CACHOEIRA DO SUL	17-dez-13	09/06/2015	10.648.317,52	560.437,76	PARALISADA	PARALISADA	6 meses	Aumento nos custos (devido à inflação), prejuízos à mobilidade da população local e à reputação da Prefeitura Municipal.	CAIXA aguarda CTEF do lote 2 e resultado de processo licitatório de reponsabilidade do tomador.	Pendências a ser resolvidas ainda em março/16, de acordo com os registros.	Obra iniciada em jul/14, com baixa execução (14,3%) e com meta factível no médio/longo prazo.

0435596-02	MUNICIPIO DE CAMPINAS - SP	SP	PAVIMENTACAO, PASSEIOS, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZACAO VIAS PUBLICAS, REDE AGUA E ESGOTAMENTO SANITARIO E CICLOFAIXA	26-mar-14	07/05/2016	21.418.696,90	1.440.657,81	ATRASADA	ATRASADA						
0425131-79	MUNICIPIO DE CARAZINHO - RS	RS	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS URBANAS NO MUNICIPIO DE CARAZINHO - RS - CC: 000040.02.84/2012-82	29-nov-13	03/11/2015	12.327.984,33	1.295.537,75	ATRASADA	ATRASADA						
0426560-94	MUNICIPIO DE SANTA ROSA - RS	RS	PROGRAMA DE QUALIFICACAO E MELHORIA NA MOBILIDADE URBANA. CC: 000779.02.84/2012-01	13-dez-13	13/12/2015	35.000.000,00	1.842.105,26	ATRASADA	ATRASADA						
0439432-08	MUNICIPIO DE UMUARAMA - PR	PR	PAVIMENTACAO E DRENAGEM DISTRITO DE SERRA DOS DOURADOS	08-mai-14	12/01/2015	2.889.304,72	152.068,67	ATRASADA	NORMAL						

0425036-15	MUNICIPIO DE TERESINA - PI	PI	PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO DE VIAS DE CIRCULAÇÃO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO E VIAS DE LIGAÇÃO - MUN. TERESINA	27-nov-13	19/08/2015	57.245.208,95	3.012.905,73	PARALISADA	NORMAL	5 MESES			Em dezembro/15 o projeto retornou.	
0438955-19	MUNICIPIO DE PALMAS - TO	TO	PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS 2012 PALMAS	08-mai-14	15/05/2016	16.931.770,71	891.145,83	PARALISADA	PARALISADA	20 meses	Inexecução física	Edital publicado e licitação em andamento	Previsão de solução das pendências operacionais e de engenharia até abril/2016.	
0438962-01	MUNICIPIO DE PALMAS - TO	TO	PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS PALMAS	08-mai-14	15/05/2016	12.797.111,30	673.532,17	PARALISADA	PARALISADA	20 meses	Inexecução física	Edital publicado e licitação em andamento	Previsão de solução das pendências operacionais e de engenharia até abril/2016.	
0424606-89	MUNICIPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR	PR	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS ESTRUTURANTES	19-nov-13	13/12/2014	7.000.000,00	590.536,04	ATRASADA	ATRASADA					
0437864-91	MUNICIPIO DE JAGUARUAIVA - PR	PR	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	17-abr-14	20/04/2015	6.483.678,79	352.953,56	ATRASADA	ATRASADA					

0433501-12	MUNICIPIO DE FLORIANOPOLIS - SC	SC	PRO. TRANSPORTE - PAV. TRECHO 1 E 2 MARGINAL BEIRA-MAR NORTEPZO.1º DESEMBOLSO: FEV/2015 PZO.ULTIMO DESEMBOLSO: JAN/2016	25-fev-14	15/06/2015	4.252.451,99	1.444.901,73	ATRASADA	Normal					
0441969-37	MUNICIPIO DE AGUDOS - SP	SP	EXECUCAO DE GALERIAS DE AGUAS PLUVIAIS, PAVIMENTACAO ASFALT., GUIAS E SARJETAS E CALCADAS CIMENTADAS	30-jun-14	19/12/2015	3.076.481,12	573.368,81	ATRASADA	PARALISADA	3 meses	DEFASAGEM do recurso, atraso na entrega da obra, obra executada deteriorando, benfeitorias não disponíveis para o uso da população, etc	Monitoramento rotineiro dos desembolsos, pendências no SACI (PAC PENDENCIAS)	houve novo desbloqueio em 01/2016	retomada a execução
0429481-98	MUNICIPIO DE IRATI - PR	PR	PAVIMENTACAO EM CBUQ SIST DRENAGEM ESGOTO CALCADAS QUIAS SINALIZACAO	21-jan-14	18/09/2014	4.100.000,00	382.952,23	ATRASADA	ATRASADA					
0433474-87	MUNICIPIO DE FLORIANOPOLIS - SC	SC	PRO. TRANSPORTE - PAVIMENT. FPOLIS - R. PADRE ROHR(SAMBAQUI)PZO.1º DESEMBOLSO: JUN/2015 PZO.ULTIMO DESEMBOLSO: MAI/2016	25-fev-14	15/10/2015	4.983.498,91	262.289,42	ATRASADA	Normal					

0427495-19	MUNICIPIO DE CACHOEIRINHA - RS	R S	MOBILIDADE URBANA - MUNICIPIO DE CACHOEIRINHA -RS - CARTA CONSULTA 001123.02.84/2012-80	19-dez-13	20/11/2015	49.751.442,37	2.618.496,97	ATRASADA	ATRASADA					
0440451-64	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO - SP	S P	PAVIMENTACAO ASFALTICA	30-mai-14	06/05/2015	2.867.054,13	150.897,58	ATRASADA	ATRASADA					
0441267-40	MUNICIPIO DE BIGUAÇU - SC	S C	PRO. TRANSPORTE - PAV./QUALIFIC. VIAS - RIO CAVEIRAS E FUNDOPRAZO 1º DES: 06/2016 PRAZO ULT. DES: 05/2017	11-jun-14	06/10/2015	3.950.000,00	220.000,00	ATRASADA	Normal					
0429958-53	MUNICIPIO DE PALMEIRA DAS MISSOES - RS	R S	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS URBANAS CC: 001422.02.84/2012-41	24-jan-14	05/12/2014	4.803.003,67	302.058,67	PARALISADA	PARALISADA	4 meses	Aumento nos custos (devido à inflação), prejuízos à mobilidade da população local e à reputação da Prefeitura Municipal.	CAIXA aguarda apresentação de BM para liberação de nova parcela.	Prefeitura prevê solução até 30/04/16.	Obra iniciada em jun/14, com meta factível no médio prazo e com boa execução de 93%.

0426454-09	MUNICIPIO DE CHARQUEADAS - RS	RS	QUALIFICACAO DE VIAS URBANAS DO TRANSPORTE COLETIVO- MUNICIPIO DE CHARQUEADAS -RS - CARTA CONSULTA 001639.02.84/2012-98	17-dez-13	01/02/2016	11.341.699,02	596.931,53	PARALISADA	PARALISADA	3 meses	Aumento nos custos (devido à inflação), prejuízos à mobilidade da população local e à reputação da Prefeitura Municipal.	Prefeitura Municipal com CRP vencido. Nova medição depende de entrega de DCTO pelo Tomador.	Prefeitura prevê solução até 30/04/16.	Obra iniciada em mar/14, com meta factível no médio/longo prazo e com boa execução de 91,7%.
0440932-77	MUNICIPIO DE MARINGA - PR	PR	PAVIMENTACAO ASFALTICA AVENIDA NILDO RIBEIRO DA ROCHA	30-mai-14	17/03/2015	2.916.901,44	153.521,13	ATRASADA	ATRASADA					
0434573-02	MUNICIPIO DE PITANGA - PR	PR	PAVIMENTACAO DE VIAS URBANAS	05-mar-14	12/12/2014	5.363.147,74	282.270,94	ATRASADA	ATRASADA					
0447670-66	MUNICIPIO DE MATAO - SP	SP	PAVIMENTACAO ASFALTICA NOS DISTRITOS IND DE TORIBA E SILVANIA E RECAP.ASFALTICO DA VIA ENG MILCIADES BOTTURA	16-out-14	17/10/2015	3.542.711,15	186.458,48	ATRASADA	ATRASADA					

0432883-19	MUNICIPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP	SP	PAVIMENTACAO ASFALTICA, ABRIGO E TERMINAIS URBANO, CICLOVIA E SINALIZACAO VIARIA EM DIVERSOS BAIRROS NO MUNICIPIO DE PP	19-fev-14	04/08/2015	31.500.000,00	3.613.830,00	ATRASADA	ATRASADA						
0447723-95	MUNICIPIO DE MATAO - SP	SP	PAV ASFALTICA NO PORTAL TERRA DA SAUDADE, DISTRITO IND TORIBA E RECAP ASFALTICO NAS AV FRANC MASTROPIETRO E TROLES.	16-out-14	17/10/2015	3.815.351,86	227.127,96	ATRASADA	ATRASADA						
0439024-66	MUNICIPIO DE DOM ELISEU - PA	PA	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DOS BAIRROS B JESUS, ESPANADA, FLOR DO IPE, J AMERICA, LIBERDADE, PDS, PLANALTO E TROPICAL	07-mai-14	13/09/2015	19.000.000,00	1.000.000,00	ATRASADA	ATRASADA						
0435910-11	MUNICIPIO DE RIBEIRAO PRETO - SP	SP	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DAS VIAS URBANAS NO JD ITAU	31-mar-14	07/09/2014	3.044.764,48	160.251,00	ATRASADA	ATRASADA						

0437773-98	MUNICIPIO DE GRAMADO - RS	RS	PAC2ETAPA - GRAMADO	10-abr-14	19/10/2016	17.576.067,19	1.193.363,04	PARALISADA	PARALISADA	0 mês	Aumento nos custos (devido à inflação), prejuízos à mobilidade da população local e à reputação da Prefeitura Municipal.	Prefeitura está providenciando ultimo BM da 1ª etapa e documentação para o processo licitatório da 5ª etapa	Prefeitura prevê solução para ambas providências até 30/06/16.	Obra iniciada em jul/14, com meta factível no médio/longo prazo e com boa execução de 85,7%.
0432430-33	MUNICIPIO DE CARLOS BARBOSA - RS	RS	PAC2ETAPA - CARLOS BARBOSA - 000937	30-jan-14	09/07/2015	6.223.336,05	327.544,00	ATRASADA	NORMAL					
0431684-81	MUNICIPIO DE VACARIA - RS	RS	PAC2ETAPA - VACARIA - 000130	04-fev-14	15/02/2015	6.718.999,76	353.631,57	ATRASADA	NORMAL					
0432038-71	MUNICIPIO DE VACARIA - RS	RS	PAC2ETAPA - VACARIA - 000137	04-fev-14	15/02/2015	6.349.495,02	334.183,95	ATRASADA	NORMAL					
0434853-95	MUNICIPIO DE MARIALVA - PR	PR	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NAS VIAS MARGINAIS DA BR 376 NO MUNICIPIO DE MARIALVA - PR	12-mar-14	10/06/2015	4.927.781,90	1.130.826,73	ATRASADA	ATRASADA					

0426345-74	ESTADO DE TOCANTINS	T O	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS URBANAS EM PARAISO DO TOCANTINS	10-dez-13	16/12/2015	15.472.474,09	814.340,74	PARALISADA	PARALISADA	19 meses	Inexecução física	Conclusão do projeto executivo e do licenciamento ambiental.	Previsão de solução das pendências operacionais e de engenharia até abril/2016.
0435787-19	MUNICIPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR	P R	PAVIMENTACAO POLIEDRICA EM DIVERSOS BAIRROS DA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU - PR	31-mar-14	20/04/2016	6.267.867,00	329.887,74	ATRASADA	NORMAL				
0442165-33	MUNICIPIO DE MARACAJU - MS	M S	PAVIMENTACAO ASFALTICA E DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS NO MUNICIPIO DE MARACAJU/MS	27-jun-14	03/07/2016	5.000.000,00	343.018,93	ATRASADA	ATRASADA				
0435808-66	MUNICIPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR	P R	PAVIMENTACAO ASFALTICA EM DIVERSOS BAIRROS DE FOZ DO IGUAÇU	31-mar-14	20/04/2016	17.005.260,59	895.013,72	ATRASADA	NORMAL				
0423890-13	MUNICIPIO DE FARROUPILHA - RS	R S	PAC2ETAPA - FARROUPILHA	12-nov-13	11/05/2014	4.231.669,07	568.076,16	ATRASADA	NORMAL				
0426343-55	ESTADO DE TOCANTINS	T O	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS URBANAS EM ARAGUAINA	10-dez-13	16/12/2015	42.250.000,00	2.250.000,00	PARALISADA	PARALISADA	16 meses	Inexecução física	Tomador não possui recurso para a contrapartida, tendo solicitado o financiamento deste recurso em contrato CPAC.	Previsão de solução das pendências operacionais e de engenharia até JUNHO/16

0434251-11	MUNICIPIO DE CAXIAS DO SUL - RS	R S	PAC2ETAPA - CAXIAS DO SUL - 001180	20-fev-14	02/02/2016	10.583.000,00	557.000,00	ATRASADA	NORMAL					
0434280-63	MUNICIPIO DE CAXIAS DO SUL - RS	R S	PAC2ETAPA - CAXIAS DO SUL - 001202	20-fev-14	02/08/2015	4.094.500,00	1.348.817,81	ATRASADA	NORMAL					
0440353-78	MUNICIPIO DE SAO GONCALO - RJ	R J	OBRAS DE MICRODRENAGEM E PAVIMENTACAO	22-mai-14	20/11/2016	162.911.198,16	8.574.273,60	ATRASADA	ATRASADA					A prefeitura tem apresentado dificuldades no depósito da contrapartida e também nas prestações de contas. Isso tem causado atraso na obra.
0425261-50	MUNICIPIO DE GARIBALDI - RS	R S	PAC2ETAPA - GARIBALDI - 001735	28-nov-13	12/09/2014	12.537.606,90	660.000,00	ATRASADA	NORMAL					
0450176-37	MUNICIPIO DE ROLANDIA - PR	P R	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS URBANAS - PAVIMENTACAO ROLANDIA PR	30-dez-14	18/12/2018	5.225.000,00	275.000,00	ATRASADA	ATRASADA					

0429055-33	MUNICIPIO DE LAJEADO - RS	RS	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS DO MUNICIPIO DE LAJEADO CARTA CONSULTA 000146.02.84/2012-21	13-jan-14	11/11/2015	18.571.381,02	1.805.054,89	ATRASADA	NORMAL					
0435038-47	MUNICIPIO DE PELOTAS - RS	RS	QUALIFICACAO DAS VIAS ESTRUTURANTES DO TRANSPORTE COLETIVO CARTA CONSULTA 000220.02.84/2012-64	18-mar-14	17/09/2016	25.570.667,35	10.536.823,68	ATRASADA	ATRASADA					
0435580-22	MUNICIPIO DE SAO BORJA - RS	RS	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS URBANAS - SAO BORJA	26-mar-14	17/04/2017	26.127.651,10	1.392.239,54	PARALISADA	PARALISADA	3 meses	Aumento nos custos (devido à inflação), prejuízos à mobilidade da população local e à reputação da Prefeitura Municipal.	Prefeitura aguarda decisão judicial para liberação de parcela, devido a não Prestação de Contas Parcial do 1º lote; documentação técnica de projeto ainda não apresentada para os demais lotes.	Prefeitura prevê solução para ambas situações até 30/05/16.	Obra iniciada em jun/14, com meta factível no longo prazo e com execução razoável de 15,7%.
0439126-99	MUNICIPIO DE TAQUARI - RS	RS	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS URBANAS DE TAQUARI CARTA CONSULTA 000827.02.84/2012-71	09-mai-14	06/03/2016	7.306.602,10	577.575,60	ATRASADA	NORMAL					

0429048-38	MUNICIPIO DE VENANCIO AIRES - RS	R S	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS URBANAS NO MUNICIPIO DE VENANCIO AIRES. CARTA CONSULTA 001050.02.84/2012-62	13-jan-14	11/03/2015	7.124.522,15	535.776,68	ATRASADA	ATRASADA				
0428064-28	MUNICIPIO DE NOVO HAMBURGO - RS	R S	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS URBANAS 2012PAC NORTE CARTA CONSULTA 001655.02.84/2012-53	31-dez-13	03/03/2016	5.341.375,00	281.125,00	ATRASADA	ATRASADA				
0425279-58	MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PR	P R	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS NO MUNICIPIO CAMPINA GRANDE DO SUL	28-nov-13	20/10/2014	3.000.000,00	197.000,00	ATRASADA	ATRASADA				
0425283-17	MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PR	P R	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS NO MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DE SUL	28-nov-13	20/10/2014	3.400.000,00	201.514,00	ATRASADA	ATRASADA				

0439171-55	MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS - PR	P R	PAVIMENTACAO COM CBUQ	09-mai-14	18/11/2015	4.133.853,68	217.571,25	ATRASADA	ATRASADA						
0437871-84	MUNICIPIO DE TELEMACO BORBA - PR	P R	PAV NOVO E REQUALIFICACAO ESTRUTURAIS PARQUE LIMEIRA	17-abr-14	20/02/2015	5.344.560,90	2.654.047,30	ATRASADA	ATRASADA						
0422625-75	MUNICIPIO DE FREDERICO WESTPHALEN - RS	R S	EXECUCAO DE OBRAS VIARIAS COMPLEMENTARES E SINALIZACAO PARA IMPLEMENTACAO DO SISTEMA DE MOBILIDADE URBANA NO MUNICIPIO	23-out-13	12/05/2015	5.927.221,97	446.134,99	ATRASADA	NORMAL						
0442235-71	MUNICIPIO DE NOVA ANDRADINA - MS	M S	DRENAGEM E PAVIMENTACAO ASFALTICA	27-jun-14	03/10/2015	8.584.433,06	2.405.037,50	ATRASADA	ATRASADA						

0440004-42	MUNICIPIO DE ICARA - SC	S	PRO. TRANSPORTE - PAV. BAIROS:AURO RA, PRES.VARGAS,VILA NOVAJUSSARA, SC E DEMBOSKI. PZ.1(EDS.:MAI/15 PZ. ULT. DES: SET/17	22-mai-14	11/07/2017	32.279.804,13	2.705.915,76	ATRASADA	ATRASADA			realizado GGI em 19/08/2015		Obra precisou ser reprogramada. Houveram glosas nas medições
0447898-06	MUNICIPIO DE NAVIRA I - MS	M	DRENAGEM E PAVIMENTACAO ASFALTICA - DIVERSOS BAIROS	23-out-14	11/11/2015	5.234.395,00	2.263.865,80	ATRASADA	ATRASADA					
0431700-87	MUNICIPIO DE LAGOA VERMELHA - RS	R	PAVIMENTACAO NA AV PRESIDENTE VARGAS - ETAPA III CC: 000516.02.84/2012-94	28-jan-14	03/09/2016	13.822.974,51	727.524,97	ATRASADA	NORMAL					
0421037-37	MUNICIPIO DE MARAU - RS	R	PAVIMENTACAO DE RUAS DOS BAIROS BORGES E SAO CRISTOVAO CC: 000834.02.84/2012-46	24-set-13	07/07/2014	4.790.423,46	252.127,55	ATRASADA	ATRASADA					

0441154-89	MUNICIPIO DE PASSO FUNDO - RS	RS	PAVIMENTACAO ACESSIBILIDADE DRENAGEM E SINALIZACAO ENTRE BAIROS E BAIRRO-CENTRO - CC: 001278.02.84/2012-16	29-mai-14	06/05/2016	30.426.771,33	1.744.798,49	ATRASADA	ATRASADA					
0435698-34	MUNICIPIO DE VITORIA DA CONQUISTA - BA	BA	PAVIMENTACAO EM CBUQ DA ZONA OESTE	28-mar-14	01/09/2016	12.236.901,73	644.047,46	ATRASADA	ATRASADA			Realizada reunião de GGI realizada no dia 09/09/2015.	O atraso na obra foi devida a baixa capacidade da usina do município. A expectativa é de que a obra seja acelerada com a chegada da nova usina, com previsão de entrar em operação em dez/2015.	A obra encontra-se atualmente na situação ATRASADA.

														algumas ruas se apresentaram mais estreitas que no projeto. Contrato em reprogramação para ampliar as ruas asfaltadas devido à existência de saldo contratual.
0439010-04	MUNICIPIO DE MARABÁ - PA	PA	PAVIMENTAÇÃO DA ÁREA DO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA	07-mai-14	09/05/2016	50.000.000,00	2.633.602,12	ATRASADA	ATRASADA					
0430295-59	MUNICIPIO DE BENTO GONÇALVES - RS	RS	PAC2ETAPA - BENTO GONÇALVES - 000524	23-jan-14	07/01/2018	50.000.000,00	5.313.463,70	ATRASADA	NORMAL					
0426583-66	MUNICIPIO DE CONTAGEM - MG	MG	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM	17-dez-13	03/06/2016	10.161.853,91	624.936,87	ATRASADA	Normal					

0434238-38	MUNICIPIO DE CLAUDIO - MG	M G	INFRAESTRUTURA E URBANIZACAO (DRENAGEM, PAVIMENTACAO E RECAPEAMENTO EM DIVERSOS BAIROS E NO DISTRITO MONS J ALEXANDRE)	28-fev-14	17/04/2016	8.668.479,82	456.235,79	ATRASADA	Atrasada						Informação do proponente de atrasos em decorrência das chuvas
0440304-75	MUNICIPIO DE APARECIDA DE GOIANIA - GO	G O	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS URBANAS EM APARECIDA DE GOIANIA.	28-mai-14	05/03/2015	33.352.505,79	1.755.396,00	ATRASADA	ATRASADA						
0432491-70	MUNICIPIO DE SETE LAGOAS - MG	M G	PAVIMENTACAO DE VIAS URBANAS DO MUNICIPIO DE SETELAGOAS - BAIROS URBANOS	12-fev-14	16/10/2015	25.200.000,00	1.833.214,50	PARALISADA	Normal						
0432499-53	MUNICIPIO DE SETE LAGOAS - MG	M G	PAVIMENTACAO DE VIAS URBANAS DE SETE LAGOAS - SISTEMA VIARIOESTRUTURAL	12-fev-14	16/10/2015	22.669.475,00	1.295.915,00	PARALISADA	Normal						

0432503-15	MUNICIPIO DE SETE LAGOAS - MG	M G	PAVIMENTACAO DE VIAS URBANAS MUNICIPIO DE SETE LAGOAS - BAIROS URBANOS ISOLADOS	12-fev-14	16/10/2015	2.000.000,00	131.550,70	PARALISADA	Paralisada	11 meses		Realização de GGI e reprogramação em análise na Caixa		
0434321-59	MUNICIPIO DE DOURADOS - MS	M S	DRENAGEM E PAVIMENTACAO ASFALTICA EM DIVERSOS BAIROS	20-fev-14	17/07/2015	49.911.063,07	2.800.000,00	ATRASADA	ATRASADA					
0439450-32	MUNICIPIO DE CAMPO GRANDE - MS	M S	DRENAGEM E PAVIMENTACAO COMPLEXO IMBIRUSSU/SEG REDO	09-mai-14	09/05/2017	285.000.000,00	26.737.267,64	ATRASADA	ATRASADA					
0435070-57	MUNICIPIO DE ANDRADINA - SP	S P	OBRAS DE DRENAGEM E PAVIMENTACAO ASFALTICA TIPO CBUQ	14-mar-14	06/09/2015	28.985.000,00	4.428.696,68	ATRASADA	ATRASADA					
0427298-23	MUNICIPIO DE ARAUCARIA - PR	P R	PAVIMENTACAO ASFALTICA NO MUNICIPIO DE ARAUCARIA	18-dez-13	02/06/2014	5.535.731,10	291.354,27	ATRASADA	NORMAL					
0434002-91	MUNICIPIO DA LAPA - PR	P R	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS NO MUNICIPIO DA LAPA	07-mar-14	10/11/2015	6.498.000,00	1.774.442,14	ATRASADA	NORMAL					

0427825-09	MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS CAMPOS - SP	S P	PAVIMENTACAO DO BAIRRO POUSADA DO VALE E IMPLANTACAO DE CALCADA	20-dez-13	05/04/2015	19.366.422,50	1.019.285,39	ATRASADA	ATRASADA						
0429865-31	MUNICIPIO DE BLUMENAU - SC	S C	PRO. TRANSPORTE - PAV./DREN.- BLUMENAU III - R.VALE DO SELKEPZO 1º DESEMBOLSO: DEZ/2015 PZO ULTIMO DESEMBOLSO: NOV/2016	15-jan-14	13/11/2016	3.502.531,01	417.922,50	ATRASADA	ATRASADA						
0437969-56	MUNICIPIO DE RIO DO SUL - SC	S C	PRO. TRANSPORTE - PAVIM./INFRA.- RIO DO SUL - VARIOS BAIROSPZO. 1º DESEMBOLSO: 06/2015 PZO. ULT. DESEMBOLSO: 05/2017	16-abr-14	03/02/2017	8.017.787,38	445.432,63	ATRASADA	ATRASADA						
0435754-21	MUNICIPIO DE TORRES - RS	R S	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS DE URBANIZACAO DE TORRESCARTA CONSULTA 000074.02.84/2012-12	27-mar-14	05/09/2015	7.462.613,62	636.522,47	ATRASADA	NORMAL						

0439618-42	MUNICIPIO DE RIO BRILHANTE - MS	M S	DRENAGEM E PAVIMENTACAO ASFALTICA EM DIVERSOS BAIRROS	09-mai-14	05/10/2015	7.588.055,68	1.837.035,10	ATRASADA	ATRASADA						
0435822-40	MUNICIPIO DE SAO LUIS - MA	M A	REVITALIZACAO DE RUAS E BAIRROS DA CIDADE DE SAO LUIS	31-mar-14	07/11/2015	84.184.228,68	4.430.748,88	ATRASADA	ATRASADA						
0442485-05	MUNICIPIO DE ALEGRETE - RS	R S	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS URBANAS EM ALEGRETE	04-jul-14	19/03/2018	16.741.073,11	881.109,11	ATRASADA	ATRASADA						
0437819-34	MUNICIPIO DE GUARULHOS - SP	S P	PAC2-MUN GUARULHOS-PAVIMENTACAO DE VIAS-RECAPE DO VIARIO DO MUN POR ONDE CIRCULA O TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL	15-abr-14	20/04/2015	108.200.000,00	12.000.000,00	ATRASADA	PARALISADA	1 mês	DEFASAGEM do recurso, atraso na entrega da obra, obra executada deteriorando, benfeitorias não disponíveis para o uso da população, etc	Monitoramento rotineiro dos desembolsos, pendências no SACI (PAC PENDENCIAS)	houve novo desbloqueio em 01/2016	retomada a execução	
0450356-15	MUNICIPIO DE PERUIBE - SP	S P	PAVIMENTACAO ASFALTICA E OBRAS COMPLEMENTARES NA AV GHEORGE POPESCU - PERUIBE-SP	30-dez-14	08/06/2016	11.400.000,00	600.000,00	ATRASADA	ATRASADA						

0447676-20	MUNICIPIO DE BERTIOGA - SP	SP	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DAS VIAS DO CENTRO E LOTEAMENTOS ADJACENTES	14-out-14	16/04/2016	24.998.744,44	6.311.805,97	ATRASADA	ATRASADA						
0447952-76	MUNICIPIO DE PALMAS - PR	PR	PAVIMENTACAO E RECAPEAMENTO DE DIVERSAS RUAS URBANAS	06-mar-14	12/10/2014	2.941.274,75	172.719,02	ATRASADA	ATRASADA						
0426898-64	MUNICIPIO DE LONDRIANA - PR	PR	INTERSECAO RUA PRIMO CAMPANA E ANTONIO CARVALHO LAGE FILHO E DUPLICACAO RUA ANGELINA RICCI VEZOZZO	19-dez-13	01/09/2016	5.901.495,00	428.705,18	ATRASADA	ATRASADA						
0434246-35	MUNICIPIO DE CLAUDIO - MG	MG	DRENAGEM E PAVIMENTACAO DE RUAS DIVERSAS (DIVERSOS BAIRROS DA SEDE DO MUNICIPIO E NO DISTRITO DE MONS. J. ALEXANDRE)	28-fev-14	17/04/2016	5.736.490,20	301.920,54	ATRASADA	Atrasada						

0441016-01	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO RIO PRETO - SP	S P	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS DO POLO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL SANTA CLARA.	30-mai-14	14/01/2015	7.498.610,49	1.475.558,67	ATRASADA	ATRASADA						
0429045-06	MUNICIPIO DE SAO JOSE DA LAPA - MG	M G	PAVIMENTACAO VIAS PUBLICAS DO MUNICIPIO DE SAO JOSE DA LAPA	09-jan-14	07/07/2015	5.585.000,00	300.000,00	ATRASADA	Normal						
0446954-79	MUNICIPIO DE CAPIM BRANCO - MG	M G	PAVIMENTACAO, DRENAGEM PLUVIAL E URBANIZACAO EM CAPIM BRANCO	30-set-14	04/03/2016	3.976.582,00	209.293,75	ATRASADA	Normal						
0440860-11	MUNICIPIO DE NAVIGANTES - SC	S C	PRO. TRANSPORTE - PAVIMENTACAO - NAVIGANTES - BAIRRO S.PAULO PRAZO 1º DES: 05/2015 PRAZO ULT. DES: 07/2016	30-mai-14	03/07/2016	12.500.000,00	658.314,80	ATRASADA	Normal						

0428205-29	MUNICIPIO DE TIMBO - SC	SC	PRO. TRANSPORTE - PAVIMENT./QUALIFIC. - TIMBO - ANEL VIARIO PZO 1º DESEMBOLSO: DEZ/2014 PZO ULTIMO DESEMBOLSO: NOV/2015	30-dez-13	07/02/2016	21.488.670,00	1.130.984,34	ATRASADA	Normal					
0433752-52	MUNICIPIO DE INDAIAL - SC	SC	PRO. TRANSPORTE - PAVIMENT. INDAIAL - ANEL VIARIO PZO.1º DESEMBOLSO: FEV/2015 PZO.ULTIMO DESEMBOLSO: MAI/2017	21-fev-14	06/04/2016	33.236.514,18	1.749.290,22	ATRASADA	ATRASADA			realizado GGI em 18/08/2015		Teve atraso no projeto de esgoto.
0441315-29	MUNICIPIO DE FRAIBURGO - SC	SC	PRO. TRANSPORTE - PAVIMENT. VIAS E PASSEIOS - BAIRRO NACOES PRAZO 1º DES: 06/2015 PRAZO ULT. DES: 11/2015	10-jun-14	19/07/2015	4.843.036,00	272.146,50	ATRASADA	Normal					
0442011-76	MUNICIPIO DE ARIQUEMES - RO	RO	PRO-TRANSPORTE PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS URBANAS 2A. ETAPA	27-jun-14	15/06/2017	35.000.000,00	1.842.105,26	ATRASADA	ATRASADA					

0440882-70	MUNICIPIO DE BRUSQUE - SC	S	PRO. TRANSPORTE - PAVIMENTACAO E QUALIFIC. VIAS - BRUSQUE I PRAZO 1E DES: 05/2015 PRAZO ULT. DES: XX/XXXX	30-mai-14	19/07/2016	13.052.095,22	686.952,38	ATRASADA	ATRASADA			realizado GGI em 14/08/2015	Houve reprogramação de obras e está em andamento sem problemas. Os atrasos foram em projetos e adequações
0428071-11	MUNICIPIO DE POMPEU - MG	M	PAVIMENTACAO DE VIAS URBANAS NO MUNICIPIO DE POMPEU (BAIRRO SPARAI SO E PARQUE CIDADE JARDIM)	30-dez-13	02/02/2015	3.000.000,00	1.046.693,87	PARALISADA	Atrasada				Atrasos por paralisação do contrato de esgotamento sanitário da CODEVASF
0440885-02	MUNICIPIO DE BRUSQUE - SC	S	PRO. TRANSPORTE - PAVIMENTACAO E QUALIFIC. VIAS - BRUSQUE II PRAZO 1E DES: 05/2015 PRAZO ULT. DES: 06/2016	30-mai-14	19/07/2016	34.447.904,78	1.813.047,62	ATRASADA	ATRASADA				Houveram pendências de licitação e pendências técnicas de projeto.
0436516-56	MUNICIPIO DE SANTA REM	P	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS	09-abr-14	15/04/2016	19.163.438,61	3.059.218,71	ATRASADA	ATRASADA				

0428073-39	MUNICIPIO DE POMPEU - MG	MG	PAVIMENTACAO DE VIAS URBANAS NO MUNICIPIO DE POMPEU (BAIRROS BELVEDERE, MORADA DO SOL E VARGEM DO GALINHEIRO)	30-dez-13	02/02/2015	3.000.000,00	907.302,31	PARALISADA	Atrasada					Atrasos por paralisação do contrato de esgotamento sanitário da CODEVAS F
0422984-23	MUNICIPIO DE ITAJAI - SC	SC	PRO-TRANSPORTE - ITAJAI-PAV./QUAL.VIAS R.LAUDELINA DIONISIO PAC 2 PZO. 1º DESEMB: 12/2014 PZO. ULT. DESEMB: 11/2015	31-out-13	19/07/2015	3.378.211,74	177.800,62	ATRASADA	OBRA FÍSICA CONCLUÍDA					Concluída em julho/2015
0438746-79	MUNICIPIO DE ITATIBA - SP	SP	IMPLANTACAO DE CORREDORES DE ONIBUS EM VIAS PUBLICAS	30-abr-14	15/05/2016	34.416.250,99	1.811.381,64	ATRASADA	ATRASADA					
0429953-01	MUNICIPIO DE ESTANCIA DE ATIBAIA - SP	SP	INFRAESTRUTURA E PAVIMENTACAO NO SETOR II	24-jan-14	20/02/2016	9.213.573,67	3.440.985,46	ATRASADA	ATRASADA					
0428079-95	MUNICIPIO DE NOVO HAMBURGO - RS	RS	PAC LOMBA GRANDE. CARTA CONSULTA 001726.02.84/2012-54	31-dez-13	03/03/2016	5.657.862,73	297.782,25	ATRASADA	ATRASADA					

0442376-81	MUNICIPIO DE RECIFE - PE	PE	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS ESTRUTURANTES DOS BAIROS DE BREJO DE BEBERIBE E BREJO DA GUABIRABA - RECIFE	30-jun-14	05/07/2015	3.078.784,23	162.041,28	ATRASADA	ATRASADA					
0434643-49	MUNICIPIO DE SINOP - MT	MT	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS URBANAS NO MUNICIPIO DE SINOP MT	28-fev-14	14/02/2016	50.000.000,00	5.045.687,38	ATRASADA	ATRASADA					Desembolso em desconformidade com o cronograma apresentado.
0435646-09	MUNICIPIO DE CUIABA - MT	MT	PAVIMENTACAO E QUALIFICACAO DE VIAS URBANAS NO MUNICIPIO DE CUIABA MT	19-mar-14	18/03/2015	51.247.174,79	2698272,29 3.406.141,84	ATRASADA	ATRASADA					Desembolso em desconformidade com o cronograma apresentado.
0435946-31	MUNICIPIO DE PITANGUEIRAS - SP	SP	PAV.RECAP.PASSEIO,DRENAGEM E SINAL.NOS BAIROS- JD LEONE,S.JOAO,PAULISTA,VENEZA, VITORIA SUMARE,STATEREZA,PITANGUEIRAS,	31-mar-14	16/03/2015	6.060.161,82	318.955,88	ATRASADA	ATRASADA					
0432418-77	MUNICIPIO DE PIRACICABA - SP	SP	IMPLANTACAO DE CORREDORES DE TRANSPORTE PUBLICO	13-fev-14	02/02/2018	52.687.000,00	2.773.000,00	ATRASADA	ATRASADA					

			COLETIVO E TERMINAIS											
0439194-26	MUNICIPIO DE BLUMENAU - SC	SC	PRO. TRANSPORTE - BLUMENAU IV - CORR. EXCL. FONTE/GARCIA PZO.1GE DESEMB.: MAI/2016 PZO.ULTIMO DESEMB.: OUT/2019	08-mai-14	13/05/2018	61.788.000,00	3.252.000,00	ATRASADA	ATRASADA					
0438750-40	MUNICIPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR	PR	IMPLANTACAO CORREDOR AV FELIPE WANDSCHEER, AV ANDRADINA, MARGINAIS DA BR 277 E EQUIP P/ SIST TRANSPORTE COLETIVO	05-mai-14	20/05/2016	64.720.000,00	3.500.000,00	ATRASADA	ATRASADA					
0426894-26	ESTADO DE SAO PAULO	SP	PAC2- PROTRANSPORT E-GOVSP-EMTU-IMPLANTACAO DO CORREDOR METROPOLITANO-TRECHOS 2, 3, 4-OSASCO, CARAPICUIBA, BAUERI, JANDIRA	12-dez-13	04/01/2016	215.000.000,00	121.000.000,00	ATRASADA	ATRASADA					

0437957-12	MUNICIPIO DE UBERABA - MG	MG	IMPLANTACAO DO BRT SUDOESTE	14-abr-14	02/11/2014	21.662.000,00	1.150.409,34	ATRASADA	Paralisada	4 meses	Previsão de término da obra deverá ser prorrogado	Reunião com prefeitura e Caixa na prefeitura e visita às obras e áreas de intervenção.	Prazo para início e conclusão da obra foi estipulado.	
0459337-65	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA	PR	PAC 2 - PAVIMENTACAO, DRENAGEM DO BAIRRO JD INTERNACIONAL	20-jul-15	19/05/2016	1.700.000,00	290.291,64	ATRASADA	ATRASADA					
0433407-63	MUNICIPIO DE VITORIA DA CONQUISTA - BA	BA	REESTRUTURACAO DOS CORREDORES DE TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO DA CIDADE DE VITORIA DA CONQUISTA	14-fev-14	01/02/2016	57.950.000,00	3.050.000,00	ATRASADA	ATRASADA			Realizada reunião de GGI realizada no dia 09/09/2015.	Obra atrasada devida a baixa capacidade da usina atual. A prefeitura prevê aumento da produção com a chegada de mais uma usina, prevista para operar em dez/2015; 5. A prefeitura acredita que conseguirá concluir a obra em 30/07/2016, já que haverá revisão e redução de	A obra encontra-se atualmente na situação ATRASADA.

													meta.	
0459476-57	PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA	PR	PAV E QUALIF DE VIAS URBANAS RUAS E BAIRROS C PLACAS DE OBRA PAV ASFALTICA ALINH MEIO FIO BASE E PAV ENTRADA DE VEICULOS	24-jul-15	03/11/2016	1.500.000,00	397.140,08	ATRASADA	ATRASADA					
0433835-46	MUNICIPIO DE PELOTAS - RS	RS	PRO-TRANSPORTE PAC2 - MOBILIDADE MEDIAS CIDADES - PM PELOTAS	14-fev-14	17/04/2016	69.967.849,00	3.682.518,37	PARALISADA	PARALISADA	11 meses	1ª etapa em andamento; consiste apenas de elaboração do projeto executivo. Paralisação da elaboração do Projeto Executivo impacta no cronograma de execução das obras propriamente ditas.	Causas da paralisação, segundo informações da CAIXA, são reanálises que vêm sendo feitas nos projetos de diversas ruas que se submeterão às intervenções.	Prefeitura informou a Caixa que situação se resolverá até 30/06/2016	Obra ainda não iniciada. Em execução, apenas a elaboração do Projeto Executivo. -
0440298-95	MUNICIPIO DE APARECIDA DE GOIANIA - GO	GO	REESTRUTURACAO DOS CORREDORES DE TRANSPORTE COLETIVO - EIXO NORTE SUL - 65 KM DE REDE DE CORREDORES	28-mai-14	05/07/2016	60.450.000,00	3.200.000,00	ATRASADA	ATRASADA					

0441510-98	MUNICIPIO DE JUNDIAI - SP	SP	CONSTRUIR SERVICO BRT EM JUNDIAI PARA INTEGRACAO DOS EIXOS DE TRANSPORTE COLETIVO A REDE EXISTENTE E A REDE FUTURA.	09-jun-14	18/12/2016	106.630.000,00	28.502.632,20	ATRASADA	ATRASADA						
0423295-09	MUNICIPIO DE CAXIAS DO SUL - RS	RS	PRO-TRANSPORTE MEDIAS CIDADES	31-out-13	02/10/2016	30.237.760,00	7.559.440,00	ATRASADA	Normal						
0439122-52	MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS CAMPOS - SP	SP	ELABORACAO DE PROJETO E IMPLANTACAO DO SISTEMA BRT EM SJC	08-mai-14	05/02/2018	800.000.000,00	42.105.263,10	ATRASADA	ATRASADA						
0363116-50	MUNICIPIO DE RIO BRANCO - AC	AC	PAVIMENTACAO DE VIAS DOS BAIRROS NOVA ESTACAO E PLACAS	15-set-11	12/09/2015	14.170.000,00	1.091.144,46	ATRASADA	ATRASADA						
0368205-41	ESTADO DO ACRE	AC	PRO-TRANSPORTE/A COES VOLTADAS A QUALIFICACAO E PAVIMENTACAO VIAS, CINCLUSA O SOCIAL, MOBILIDD URBANA, ACESSIBILIDD E	29-nov-11	11/11/2015	86.451.238,62	18.450.240,65	ATRASADA	ATRASADA						

			SALUBR										
0423695-46	ESTADO DO AMAZONAS	AM	IMPLANTACAO LIGACAO VIARIA AV TIMBIRAS-AM010 AV TORRES/CORREDOR EXCLUSIVO DE ONIBUS/TRECHO 2.	31-out-13	17/06/2015	42.000.000,00	10.288.602,21	ATRASADA	ATRASADA				
0438325-88	ESTADO DO ACRE	AC	PAVIMENTACAO DE VIAS URBANAS EM RIO BRANCO	30-abr-14	11/03/2017	34.150.000,00	1.799.882,10	ATRASADA	ATRASADA				
0438320-36	ESTADO DO ACRE	AC	PAVIMENTACAO DE VIAS URBANAS EM RIO BRANCO	30-abr-14	11/09/2015	55.119.000,00	2.901.037,11	ATRASADA	ATRASADA				
0438322-55	ESTADO DO ACRE	AC	PAVIMENTACAO DE VIAS URBANAS NOS BAIRROS OURICURI, RUI LINO, VALE DOS SABIAS E JARDIM PRIMAVERA	30-abr-14	11/09/2015	35.370.000,00	1.871.213,18	ATRASADA	ATRASADA				
0421913-47	MUNICIPIO DE RIO BRANCO - AC	AC	MODERNIZACAO DOS CORREDORES DE TRANSPORTE COLETIVO DA CIDADE DE RIO BRANCO-AC	11-out-13	12/10/2017	51.083.330,06	6.111.676,38	ATRASADA	ATRASADA				